



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

***“CETA: nossa luta é justa e certa!”*** -  
formação e territorialização do Movimento CETA  
(1994-2009)

TIAGO RODRIGUES SANTOS



**TIAGO RODRIGUES SANTOS**

***“CETA: nossa luta é justa e certa!”*** -  
formação e territorialização do Movimento CETA  
(1994-2009)

Monografia apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como pré-requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais, concentração em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Antônio da Silva Câmara

Co-Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Guiomar Inez Germani

**SALVADOR  
2010**

**TIAGO RODRIGUES SANTOS**

**“CETA: nossa luta é justa e certa!” -  
formação e territorialização do Movimento CETA**

Monografia apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como pré-requisito parcial a obtenção de grau de Bacharel em Ciências Sociais, com concentração em Sociologia.

---

Prof. Dr. Antônio da Silva Câmara (Orientador)  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Universidade Federal da Bahia

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Guiomar Inez Germani (Co-Orientadora)  
Instituto de Geociências/Mestrado em Geografia  
Universidade Federal da Bahia

---

Prof. Dr. Mark Cravalho (Professor de Seminário em Ciências Sociais)  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Universidade Federal da Bahia

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lídia Maria Pires Soares Cardel (Professora Convidada)  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Universidade Federal da Bahia

Salvador - BA  
2010

Ao Movimento CETA, pela luta pela reforma agrária, uma luta justa e certa.

Ao querido professor João Saturnino (*in memoriam*), pelo apoio, incentivo e exemplo de vida.

Aos meus sobrinhos, paixões da minha vida, pelo sorriso de cada dia.

## AGRADECIMENTOS

Uma das questões mais instigantes das ciências sociais é a teoria social do trabalho humano. Para mim, a maior descoberta e discussão é que o trabalho humano é, e sempre será, trabalho coletivo, fruto de esforço de homens e mulheres no processo histórico. Cada objetivação do trabalho humano, em objetos, teorias, é fruto de esforços coletivos. Este trabalho acadêmico não foge a essa regra.

Inicialmente agradeço à minha mãe, ex-camponesa, que como tanta outras mulheres e homens, teve que abandonar o seu território no sertão e migrar para a Capital. Aqui chegando, reconstruiu seu território e construiu a minha vida.

Agradeço à minha família sem a qual nada poderia ter sido possível. Pelo apoio, incentivo, motivação, enfim, por tudo o que tem me proporcionado nestes anos. À minha família, meu porto sempre seguro, meus sinceros agradecimentos.

Agradeço ao **meu** professor, amigo e orientador, o “chefe” Antônio Câmara, pelo carinho, posições teóricas, pelo enriquecimento deste trabalho e, principalmente, pelo compromisso na defesa de uma Universidade pública, gratuita e de qualidade. Digo *meu* para poder aproximá-lo mais de mim.

À professora Lídia Cardel, que desde o primeiro semestre tem me acompanhado, apoiado e incentivado. Agradeço pela sua competência aliada à simplicidade, e, ainda, por me aproximar das leituras clássicas da Sociologia Rural e sobre o Camponato. Sem dúvida, essas leituras têm sido muito importantes na minha formação.

Ao professor Mark Cravalho, pela paciência e pela disponibilidade sempre presente na disciplina Seminário.

Aos professores do Curso de Ciências Sociais da UFBA, dos quais destaco às professoras Miriam Rabelo e Maria Victória; aos professores do Departamento de Ciência Política, Paulo Fábio e Antônio Oliveira; e ao professor e amigo Marco Tromboni, pelo incentivo e confiança.

Aos amigos e colegas do Projeto GeografAR: a Hingryd pela amizade e companheirismo em todos esses anos; a Flávio, com especial agradecimento pelas oportunidades na vida; a Denilson, meu querido “amigão”, pelo carinho e lealdade; a Paulo, amigo antes, durante e depois

(?) do GeografAR; a Ednizia, amiga valiosa mesmo estando longe; a Cirlene, minha querida amiga; a Gedeval, que a nossa amizade caminha na razão inversa do tempo que nos conhecemos; a Edite, pela sabedoria secular e pela calma religiosa. Agradeço ainda ao pessoal que tem chegado por rejuvenescer ainda mais o projeto: Hilton, Ivana, e ao “caçula” Ernani. Agradecimento a Elane, Paula, Lurdinha, Janeide e Laurita e aos professores vinculados ao Projeto, Gilca, Agripino, Ely, Alícia e Noeli pela simplicidade.

À Comissão Pastoral da Terra, Regional Nordeste III, pela contribuição e pelo exemplo de apoio aos camponeses. Agradecimento especial à Frei Luciano, Rubem Siqueira, Marta Anjos, irmã Terezinha, Rose e Mara.

Agradeço ainda, aos assentados, acampados e quilombolas ligados ao Movimento CETA, pelo exemplo de luta, e, também, por terem me recebido em suas casas e lonas e compartilhado comigo suas experiências. As lideranças do Movimento CETA, pela acessibilidade, em especial a Bartolomeu – meu primeiro entrevistado -, João Santos, Nólíia e Fernando.

Aos meus amigos conquistados nesta vida, pelo incentivo e companheirismo. Seja a partir da rua, da escola, da Universidade, todos têm demonstrado lealdade a companheirismo.

Entre muitos amigos destaco Lízia, Aline, Noêmia, Andréa, Maiane, Alex, Márcio, pela sincera amizade. A Aullus, pela ajuda escolha do Curso de Ciências Sociais; a Renan, Rodrigo e Bruno (Bora Vitória!!!) companheiros do Nuclear; a Rogério, torcendo para que ele conte a história de uma bela amizade

Aos amigos conquistados na turma de 2004 do Curso de Ciências Sociais da UFBA, entre os quais três tem lugar carimbado em meu coração e na minha vida: Wagner, Ramiz e Cleiton. A Priscilla e Natasha, amigas que conheci na UFBA e que tem me ensinado a ser uma pessoa melhor a cada dia dessa vida.

Aos colegas do Convênio INCRA-RTID, com os quais compartilhei experiências e angústias, com destaque às minhas antropólogas preferidas: Neila, Lirian, Diana e Queila. Embora tenhamos trabalhado de forma precária, mas com certeza de termos feito um trabalho comprometido.

A Família Simas Campos pelo carinho, afeto e incentivo em todos esses anos.

A Universidade Federal da Bahia, e aos seus funcionários – em especial os bibliotecários - , pela sólida formação.

Deixo o último agradecimento, de forma proposital e nem mesmo por isso menos importante, para agradecer à **minha** professora Guiomar Germani, pelas oportunidades, incentivo e confiança nestes anos de GeografAR. Com Guiomar, a qual contendo imensa gratidão, tenho aprendido – entre outras coisas-, o valor de fazer ciência com competência e compromisso.

*Os pobres possuirão a terra (Salmo 37, 11).*



## RESUMO

Este trabalho teve o objetivo de discutir o surgimento, o desenvolvimento e a consolidação do Movimento Estadual dos Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas da Bahia (CETA) no quadro de luta na/pela terra no Estado. Para tanto, foi necessária uma pesquisa cartográfica, documental e bibliográfica sobre o tema proposto; entrevistas com assentados, acampados e lideranças do Movimento e de agentes da Comissão Pastoral da Terra; bem como visita a acampamentos, assentamentos e comunidades quilombolas orientadas pelo Movimento CETA. A análise conseguiu identificar os principais momentos da trajetória do Movimento: a princípio enquanto Comissão de Assentados e Áreas de Conflitos da Bahia (1995-1999); posteriormente como Coordenação Estadual dos Trabalhadores Assentados e Acampados da Bahia (1999- 2002); e, desde 2002, enquanto Movimento Estadual dos Trabalhadores Assentados e Acampados da Bahia passando, em 2004, à incorporar as Comunidades Quilombolas. Pretendeu-se evidenciar a sua relação com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), sendo esta a principal assessoria do Movimento, assim como sua relação com outros movimentos sociais que atuam no espaço baiano. Dessa forma, o estudo desse Movimento, um dos mais atuantes no Estado, constituiu ferramenta imprescindível para o entendimento na nova cara da luta pela terra no Estado, tendo o Movimento como sua grande característica a atuação em redes de movimentos sociais. Constaram-se, também, as peculiaridades e similitudes do Movimento CETA com os outros movimentos sociais rurais do Estado, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST. O estudo permitiu, ainda, identificar que as “fases” do Movimento correspondem, no processo histórico, ao amadurecimento do Movimento frente à conjuntura e no avanço nas formas de luta social. No entanto, acredita-se que o Movimento CETA não se encontra fora de elementos significativos do contexto nacional e estadual, que se caracteriza ao mesmo tempo pelo refluxo das lutas sociais e de relações institucionais com o Estado.

**Palavras-Chave:** Movimento CETA – Luta na/pela terra – Movimentos Sociais Rurais – Reforma Agrária – Comissão Pastoral da Terra

## ABSTRACT

The object of this study is to discuss the emergence, development and consolidation of the State Movement of Settled, Camped and Quilombola Workers of Bahia (CETA) in their struggle for land in the state. Therefore, it was necessary to use a cartographical, documental and literature search on the proposed topic; interviews with settlers, encamped people and the leaders of the Movement and the staff of the Pastoral Land Commission, as well as visits to the camps, settlements and quilombola communities targeted by the CETA Movement. This analysis has identified the key stages of the trajectory of the movement: at first as the Committee of Settlers and Conflict Areas of Bahia (1995-1999), later as a State Coordination of Settled and Encamped Workers in Bahia (1999 - 2002), and currently as the State Movement of Settled and Encamped Workers of Bahia (2002), moving in 2004 to incorporate the quilombola communities. It intends to highlight its relationship with the Pastoral Land Commission (CPT), which is the primary support group of the Movement, as well as its relation with other social movements that operate in the area of Bahia. Thus, the study of this Movement, one of the most active in the state, was an indispensable tool for understanding the new shape of the struggle for land in the State. This Movement has as its major feature its work in networks of the rural social movements. Peculiarities and similarities of the Movement CETA with other rural social movements in the state, in particular the Movement of Landless Workers, MST, were also noted. The study also identifies the phases of the Movement that correspond, in the historical process, to the maturing of the movement in relation to the situation and the advancement in the forms of social struggle. However, it is believed that the CETA Movement is not at variance with the significant elements of the national and state context, which is characterized both by the ebb and flow of the social struggles and institutional relations with the state.

**Keywords:** CETA Movement - Land struggle - Rural Social Movements – Agrarian Reform - Pastoral Land Commission

## LISTA DE SIGLAS

ADCT	Ato de Disposição Constitucional Transitório
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CETA	Movimento dos Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas da Bahia
CF/88	Constituição Federal de 1988
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRQ	Conselho Regional Quilombola
FCP	Fundação Cultural Palmares
FUNDIFRAN	Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco
GEE	Grau de Eficiência Exploração
GEOGRAFAR	Geografia dos Assentamentos na Área Rural
GRPU	Gerência Regional do Patrimônio da União
GT	Grupo de Trabalho
GUT	Grau de Utilização da Terra
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IN 49/08 INCRA	Instrução Normativa 49/2008 do INCRA
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERBA	Instituto de Terras da Bahia
LIMEO	Limite Médio de Enchente Ordinária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MINC	Ministério da Cultura
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PA	Projeto de Assentamento
PEQ	Projeto Especial Quilombola
PIB	Produto Interno Bruto
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SIPRA	Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SR-05	Superintendência Regional da Bahia – INCRA
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNEB	Universidade Estadual da Bahia

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>1</b>	<b>QUESTÃO AGRÁRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS</b>	<b>21</b>
1.1	Século XX: lutas e organização dos camponeses e trabalhadores	27
<b>2</b>	<b>QUESTÃO AGRÁRIA, IGREJA E MOVIMENTOS SOCIAIS</b>	<b>33</b>
2.1	Novos Sujeitos Sociais em Cena	34
2.2	A Igreja na História	37
2.2.1	O Vaticano II	37
2.3	“Um vulcão em erupção”: América Latina, Medellín (1968) e Puebla (1979)	39
2.4	Brasil: dos palácios à periferia	41
2.4.1	O Golpe Militar e à Igreja	43
2.5	Vaticano II, Medellín e Puebla no Brasil: A práxis	45
2.6	A Igreja e à Questão agrária	46
2.6.1	“Eu ouvi os clamores do meu povo”	46
<b>3</b>	<b>CETA: FORMAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO</b>	<b>50</b>
3.1	Às áreas de Conflitos e Ocupações	57
3.2	A situação nos Projetos de Assentamentos (PAs)	59
3.3	A formação da Comissão (1995-1999)	62
3.4	De Comissão à Coordenação (1999-2002)	71
3.5	De Coordenação à Movimento (2002 – dias atuais)	75
3.5.1	As Comunidades Quilombolas e a Articulação Rural-Urbana (2004-2006)	82
3.6	O Movimento CETA nos dias atuais.	89
3.7	Territorialização do Movimento CETA	94
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>111</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>115</b>

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o processo de formação e territorialização do Movimento de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas da Bahia, o Movimento CETA, compreendendo o período de 1994, ano de seu “surgimento”, até os dias atuais. Esta proposta vem sendo desenvolvida no âmbito do Projeto Integrado de Pesquisa GeografAR – A Geografia dos Assentamentos na Área Rural (IGEO-MGEO/UFBA), que desde de 1996, com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), vem estudando o campo baiano<sup>1</sup>. Inicialmente a proposta surgiu a partir da pesquisa “Acesso à terra e Desenvolvimento Territorial no Médio São Francisco”, iniciada em 2005, no âmbito do Projeto GeografAR. Posteriormente foi incorporado a esta pesquisa uma participação direta do Núcleo de Estudos Rurais e Ambientais (NUCLEAR) da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Ufba, na orientação e no desenvolvimento desta monografia.

O Estado da Bahia apresenta uma diversidade de atores sociais de luta *na* e *pela* terra: trabalhadores sem terra, posseiros, ribeirinhos, comunidades negras rurais quilombolas, comunidades de fundo e fechos de pasto, enfim, uma série de atores que demonstram força e luta no processo conflituoso que se desenvolve no contexto estadual. Esses atores sociais podem ou não estar vinculados a movimentos sociais ou organizações populares.

Nesse sentido, dentre os movimentos que atuam no estado, destacam-se: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); e o Movimento de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas da Bahia, o Movimento CETA, objeto desta pesquisa; federações de trabalhadores, a exemplo da Federação dos Trabalhadores em Agricultura (FETAG). Acrescentam-se, ainda, as entidades e organizações de apoio aos trabalhadores rurais e camponeses, destacando-se a Comissão Pastoral da Terra (CPT); Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais (AATR), e a Fundação de Desenvolvimento do São Francisco (FUNDIFRAN), entre outras.

Cabe frisar, como ver-se-á, que os movimentos sociais são apenas uma das formas de resistência camponesa, pois o movimento camponês é muito mais amplo que os movimentos sociais.

---

<sup>1</sup>O Projeto GeografAR – A Geografia dos Assentamentos na Área Rural – é coordenado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Guiomar Germani e tem como proposta discutir a produção e organização do espaço no campo baiano, tendo como principais eixos de análise a ação do Estado, através da implementação de suas políticas públicas e a ação dos movimentos sociais populares organizados pela conquista da/na terra. (MGEO/UFBA/ CNPq) Para mais informações, consultar a página eletrônica [www.geografar.ufba.br](http://www.geografar.ufba.br).

Diante de um quadro que apresenta, de um lado a exclusão ao acesso à terra e de outro a concentração fundiária, a ação desses sujeitos sociais torna-se objeto de investigação sociológica. E, é dentro desse contexto de diversidade de atores sociais no campo e concentração fundiária que a compreensão do processo de formação e territorialização do Movimento CETA, inserido no quadro apresentado, ganha importância.

O contato com as ações do Movimento CETA se deu quando o pesquisador participou da organização do Seminário Terras Públicas na Bahia, ocorrido entre os dias 17 a 19 de março de 2005, em Salvador<sup>2</sup>. O contato com diversos movimentos, entidades e organizações populares possibilitou ao autor a identificação, mesmo que parcial, de suas ideologias e práticas sociais. Foi esse contato que despertou o interesse de compreender as relações estabelecidas entre a CPT, enquanto assessoria, e os movimentos sociais. Quando se obteve a informação de que havia naquele momento, dentre os movimentos presentes, havia uma relação mais próxima da CPT com o Movimento CETA, buscou-se a partir de então entender como se dá a relação assessoria-movimento.

A partir da escolha do objeto de pesquisa, buscaram-se outros trabalhos referentes ao Movimento, pois embora já tivesse uma grande atuação e visibilidade no estado, quando o assunto era “sem terra”, sempre se presumia que estava se referindo ao MST. Para surpresa, embora tivesse em 2005, completado 11 anos de existência, não se identificou nenhum trabalho sobre o Movimento CETA, o que foi um motivo a mais para que nesta proposta de pesquisa buscasse entender o processo de surgimento, desenvolvimento e consolidação do Movimento no estado. Ressalta-se que hoje, em 2009, ainda não se tem notícias ou informações de trabalhos acadêmicos específicos sobre o Movimento<sup>3</sup>.

Assim, acrescenta-se, também, que o estudo sobre o Movimento CETA poderá ter uma dupla contribuição: uma teórica e outra social. Na teórica, o processo de pesquisa poderá se elucidar questões referentes às ações do movimento, o que poderá colaborar para desvendar as particularidades e similitudes das ações dos movimentos sociais, suas composições internas, se atuam ou não em redes com outros movimentos. Enfim, a pesquisa poderá possibilitar uma nova leitura no estudo desses sujeitos sociais. Já a contribuição que aqui se chama de “social”, queremos atentar para a (re) construção da história do Movimento com um enfoque sociológico, possibilitando que os próprios

---

<sup>2</sup> O Seminário Terras Públicas na Bahia, foi realizado entre os dias 17 a 19 de março de 2006 no Auditório Raul Chaves da Faculdade de Direito da UFBA. Promovido pelo Departamento e Mestrado em Geografia da UFBA, pelo Departamento e Mestrado em Economia da UFBA, pelo Departamento e Mestrado em Educação, pelo Departamento e Mestrado em Direito da UFBA, pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB/Campus V). O evento contou com a participação de organizações e entidades populares como a CPT, CETA, MST, FETAG, CESE, CJP, FETRAF, MTD e AATR.

<sup>3</sup> Não se considera nesta afirmação trabalhos específicos referentes a estudos de assentamentos e acampamentos orientados pelo Movimento CETA.

sujeitos (re)visitar sua trajetória ao longo do tempo, com um “olhar de fora” e que possibilitem a continuidade aos registros dessa história.

\*

O objetivo deste trabalho é analisar o processo de formação e territorialização do Movimento CETA, que se encontra vinculado a uma questão maior, que é a questão agrária. Neste sentido, deveremos apresentar abaixo algumas considerações e posicionamentos teóricos que nos parecem pertinentes para o estudo do tema.

A chamada “Questão Agrária” é recorrente na história do país. Em pleno século XXI, a não resolução do problema agrário tem inquietado tanto à sociedade quanto estudiosos, que procuram na história, na sociologia, na economia, em diversas outras ciências, a explicação para esta condição. O acesso a terra tem sido problematizado e proposto com alternativa de sobrevivência e desenvolvimento da nação. Entender a questão agrária e a luta pela realização da reforma agrária é entender a formação socioeconômica do país. Como nos afirma Medeiros: “É ainda necessário entender a complexidade das relações que produziram os demandantes de terra e que continuam a manter essa demanda na ordem do dia, num país urbanizado e industrializado” (MEDEIROS, 2003, p.8).

O Brasil apresenta amplos conflitos agrários. As contradições inerentes ao modo capitalista de produção materializam-se na realidade brasileira, em suas mais variadas formas e intensidades. Especificamente no campo essas contradições se destacam de um lado pela expansão do mercado agroexportador brasileiro, tendo o país configurado entre os primeiros nos *rankings* de produção de determinados produtos (como a soja, o algodão, o milho, a cana-de-açúcar, entre outros) – e de outro lado pela exclusão de uma massa de camponeses da posse e do uso da terra, conforme comprova o expressivo número de acampamentos e outras formas de luta pelo acesso a terra.

Essas contradições estruturais do modo de produção capitalista, donde a sua expressão no campo foram os conflitos agrários, tornaram-se objetos de formulações teóricas na academia, passando a se afirmar a existência de uma “Questão Agrária”. A análise dessa questão torna-se mais complexa quando se relaciona com a existência de uma “Questão Agrícola”, muitas vezes restringida à forma de produção. Se, nos últimos anos o país conseguiu aumentar

significativamente sua produção agrícola – a forma com que o fez, através da expansão das áreas e do uso de tecnologias só contribuiu para que a “questão agrária” se agravasse. Segundo Graziano

Em poucas palavras, a questão agrícola diz respeito aos aspectos ligados às mudanças na produção em si mesma: o que produz, onde se produz, e quanto se produz. Já a questão agrária está ligada às transformações nas relações de produção: como se produz e de que forma se produz. (GRAZIANO, 1990, p.11)

Desta forma, a questão agrária pode ser entendida como o processo de apropriação da terra pelas classes sociais. A terra é um meio de produção, fundamental na atividade agrícola, que não pode ser multiplicado, daí que a sua apropriação torna-se central no entendimento da questão agrária. Os interesses particulares, em oposição, em torno da questão da terra e as configurações desses conflitos, parecem indicar a impossibilidade de serem sanados na sociedade brasileira. Ampliaríamos tal conceito para dizer que a questão agrária envolve como as classes sociais se apropriam da terra um meio de produção não reproduzível. Além disso, entendemos que a transformação da terra, de bem natural em mercadoria, permite que o seu proprietário à apropriação da renda fundiária. Por isso temos a compreensão do porque o capitalista não abre mão da posse e propriedade da terra. Como contradição os camponeses, por outro modo de relacionar-se com a terra – como terra de trabalho e não como mercadoria -, também não. Portanto, os conflitos fundiários são impossíveis de ser sanados na sociedade capitalista.

A apropriação contraditória da terra, conseqüência das relações desiguais na sociedade, reproduz, também no campo, espaços diferenciados. Os espaços desiguais produzidos no modo de produção capitalistas no Brasil são, no campo, basicamente os grandes latifúndios, travestidos em agronegócio e os espaços dos camponeses (ribeirinhos, assentados, acampados, quilombos, entre outros). A existência concomitante desses espaços em nosso tempo traduz a desigualdade existente na sociedade.

Outro tema que permeia as discussões sobre a questão agrária é a permanência do campesinato no modo de produção capitalista. Para muitos autores como Guimarães (2005), Sodré (1962), Vinhas (1968), entre outros, os camponeses no Brasil faziam parte de resquícios do modo de produção feudal. Guimarães (idem) chegava a dizer que o país sofria de “opressão feudal”. Outros, com Nestor Duarte, afirmava que havia duas frentes de lutas no país: “[...] á frente dos camponeses contra os restos feudais e à frente dos assalariados ou operários agrícolas



contra o patronato rural” (Duarte *apud* Guimarães, 2005, p.90). Esses autores viam que o Brasil se encontrava ainda na passagem de um modo de produção para o outro, isto é, o país ainda não tinha completado a passagem do modo de produção feudal para o capitalista. Afirmava, ainda, que a opressão feudal chegava a toda sociedade, mas que afetava principalmente o campo brasileiro. Vinculados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), esses autores procuravam as bases para a compreensão de um Brasil que deveria seguir as etapas dos modos de produção, fato que segundo eles ainda não havia ocorrido no país. A leitura da realidade era de que o Brasil vivia sobre o julgo do modo de produção feudal, pois além de não terem empresas capitalistas, tinha sido colonizado por um país essencialmente feudal.

Não querendo fugir deste debate, compreende-se que ele fora superado pela própria realidade, que cada vez mais evidenciava as contradições e o aprofundamento do modo de produção capitalista no campo – tendo os grandes projetos de modernização e colonização, sobretudo na Amazônia Legal, sua face mais expressiva. A questão agrária expressa a inerência das contradições e limitações do capitalismo no campo, de modo que os processos de apropriação privada, expropriação, subordinação e exploração do campesinato são formatos com que essas limitações e contradições se apresentam na realidade.

Segundo Oliveira (1986), o camponês não materializa resquícios do modo de produção feudal dentro do capitalismo. Ao contrário o camponês está inserido numa lógica de reprodução ampliada do capitalismo. O pensamento do autor era compreender a continuidade de determinadas formas de produção camponesa no campo: “Isso quer dizer que o próprio capital cria e recria relações não-capitalistas de produção” (OLIVEIRA, 1986, p.11). Complementarmente, Martins (1986) afirma que “O nosso campesinato é constituído com a expansão capitalista, como produto dessa expansão” (MARTINS, 1986, p.16). Ainda segundo Moura, as formas de demonstrar a existência do campesinato têm sido mais expressivas que as formas que querem os levar a extinção. A manutenção de certas regras locais, frente a imposições do modo de produção capitalista, expressa a permanência, a dinamicidade e a vitalidade de um *modo vivendis* camponês. (MOURA, 1986, p.17). Posição ainda compartilhada por Shanin, que se fundamentando na afirmação de que o principal elemento do campesinato é o trabalho doméstico, considera o camponês como um “modo de vida” (SHANIN, 2008).

Voltando a citar Oliveira, onde o preço da terra se expressa como renda capitalizada, a renda da terra está sujeita ao capital: “Estamos, pois diante de um processo de sujeição do

campesinato ao capital, uma sujeição que se dá sem que o trabalhador seja expulso da terra, sem que se dê a expropriação de seus instrumentos de produção” (OLIVEIRA, 1986, p. 13).

Portanto, para o autor, o desenvolvimento contraditório do capitalismo possibilita que o campesinato se reproduza também neste modo de produção. Por isso, pela contradição do modo de produção, encontramos variadas formas de relações de trabalho na realidade brasileira, tanto formas capitalistas (a exemplo do trabalho assalariado) e outras formas não tipicamente capitalistas (como arrendatários, meeiros, parceiros, e outros). Mesmo porque no campo há uma diversidade de sujeitos sociais, e nenhum deles podem ser entendidos de forma homogênea, à parte do modo de produção capitalista.

O produto do trabalho retirado dos meeiros, parceiros, entre outros, torna-se mercadoria nas mãos dos capitalistas, transformando-as em capital. É interessante notar como uma relação não tipicamente capitalista o produto pode se tornar capital, porque o modo de produção que as submete é o capitalismo e não um outro, como alguns autores acreditavam. Ainda segundo o Oliveira

Esse processo nada mais é do que um processo de produção do capital, que se faz através de relações não capitalistas. Uma vez acumulado, esse capital poderá numa próxima etapa do processo de produção ser destinado à contratação de bóias-frias, por exemplo, e então se estará implantando o trabalho assalariado na agricultura. (OLIVEIRA, 1986, p.46).

Outro ponto nessa discussão sobre o campesinato é sobre o “lugar político” do mesmo na sociedade. Para iniciarmos, cabe ressaltar que segundo Moura o camponês é: “[...] um povo oprimido em qualquer sociedade. Em qualquer tempo e lugar a posição do camponês é marcada pela subordinação aos donos da terra e do poder [...]” (Moura, 1986, p.10). Ora, se esse grupo é subordinado em qualquer sociedade, poderíamos quase que afirmar que não haveria lugar político para o mesmo.

No entanto, diversas experiências históricas de lutas camponesas – em vários países, ressaltando as suas especificidades –, o campesinato tem dado provas tanto da sua permanência no modo de produção capitalista quanto do seu lugar no mundo político. As ocupações, acampamentos, assentamentos, marchas, entre outras formas de luta, têm demonstrado que o campesinato não é avesso à política, como muitos advogavam e muitos outros ainda hoje advogam.

Sem dúvida, a introdução do termo “camponês” no entendimento dos sujeitos que imprimiam lutas sociais no campo foi, inicialmente, uma defesa política. De certo, houve através das lutas sociais que se seguiram, uma resignificação do termo camponês. Antes, do ponto de vista simbólico – e também de forma concreta – o termo camponês era tratado de maneira depreciativa. No entanto, como qualquer conceito que não corresponda à realidade só pode ser sustentado na violência, e, desde então o termo passou a sofrer novas abordagens.

Para além da existência real do campesinato, o termo camponês se imprimiu, também, como a reafirmação de uma questão de ordem política e ideológica, para enfatizar as lutas e organizações de luta pela terra no país. Antes, outras denominações como caiçara, caipira, caboclo, entre outras, eram usadas para descrever e localizar esses sujeitos sociais. Nessa perspectiva, acredita-se que pela diversidade de sujeitos que atuaram e atuam no campo do país este termo consiga abarcar tanto sua dimensão histórica quanto a sua dimensão política.

Como afirma Palmeira

A mobilização política do campesinato, num certo sentido, cria o campesinato. Ao tirá-los do isolamento político, tira-os do anonimato político. Uma das grandes exigências para a sua eficácia política é que ele assuma uma identidade política. Não é por acaso que o vocabulário político ‘emprestou’ ao campesinato um termo novo – camponês – para formular uma identidade nova, prisioneiro que estava nos termos de circulação restrita (matuto, caboclo, lavrador etc.) no momento da sua entrada no cenário político e que, em que algumas áreas, o termo tenha sido reapropriado para designar os trabalhadores rurais na luta política. (Ibidem, 1985, p.50)

Ainda no bojo dessa discussão, concluímos esta parte reafirmando o pensamento de Martins sobre a diversidade do campesinato: “Essa diversidade ao mesmo tempo em que aumenta o poder de pressão pela reforma agrária, faz dela uma questão complicada, pois envolve interesses que não são idênticos e concepções igualmente diversificadas” (MARTINS, 1986, p.11).

Esta discussão deverá ser mais aprofundada ao longo deste trabalho, nos capítulos que se seguem.

\*\*

Outro conceito que aparecerá na discussão o trabalho é o conceito de movimento social utilizado na abordagem das ações do Movimento CETA. Em primeiro lugar cabe destacar que

quando este trabalho estava sendo esboçado abriram-se duas perspectivas: ou se trabalharia na discussão teórica sobre a abordagem dos movimentos sociais, com ênfase na experiência concreta do Movimento CETA, ou se faria uma revisão histórica e sociológica da existência dos movimentos sociais no campo incluindo nesta longa trajetória, mesmo que recente, o Movimento CETA. Com essas perspectivas em vista, optou-se pela segunda perspectiva e justifiquemos abaixo o por que da escolha deste caminho.

Por considerar que o Movimento CETA é um movimento social considerou-se ser mais interessante analisar a inserção do Movimento CETA na longa marcha de resistência e luta do campesinato brasileiro que discutir teoricamente a categoria “movimento social”. Considerou-se, ainda, que seria muito mais significativo, neste momento, apresentar o surgimento, o desenvolvimento e a consolidação do Movimento CETA neste quadro de atuação de resistências sociais no campo. Mesmo por que isto poderá servir de base, subsídio, para uma discussão teórica sobre o tema em outra oportunidade.

Apenas para nos situarmos, teoricamente, concordamos com Scherer-Warren que afirma: “[...] os movimentos sociais podem ser entendidos como ações coletivas que reagem aos contextos históricos e sociais a que estão inseridos” (SCHERER-WARREN, 2005. p.240). Esses movimentos explicitam suas lutas de formas diversas desde uma simples carta de reivindicações até fechamentos de estradas, de órgãos, etc.

Quando questionado sobre como e em que condições os movimentos sociais podem existir, nos apoiamos em Grzybowski, para dizer que

A percepção de interesses comuns, no cotidiano, nas relações mais imediatas de trabalho e vida, percepção produzida a partir de e na oposição com outros interesses, de outros agentes sociais, a identidade em torno dos interesses comuns, as ações coletivas de resistência, etc. São um conjunto de condições necessárias dos movimentos. Só assim a tensão intrínseca às relações vira movimento”. (GRZTBOWNSKI *apud* FELICIANO 2003, p.80).

Consideramos também que as ações do que se chama de “novos movimentos sociais” não são contraditórias com a perspectiva da luta de classes, mas fazem parte da luta de classes, dada as diversas contradições que se explicitam na realidade. Se hoje o movimento camponês, por exemplo, adquirem novas reivindicações (de gênero, raça, entre outras) é porque têm consciência das múltiplas contradições além da luta de classe, que ainda é a base de sua luta, pois os movimentos no campo contestam o monopólio do meio de produção que é a terra.

\*\*\*

Para realização desta monografia, foram utilizados diversos procedimentos metodológicos. Inicialmente foi feita uma pesquisa documental, cartográfica e bibliográfica do tema proposto. Posteriormente foram realizadas visitas à campo, em assentamentos, acampamentos e comunidades quilombolas orientadas pelo Movimento CETA. Foi percorrido em torno de 10 assentamentos, 3 acampamentos e 15 comunidades quilombolas, a maioria orientada pelo Movimento CETA. Foram realizadas, ainda, entrevistas com lideranças e camponeses ligados ao Movimento e assessorias ligados ao CETA.

Este trabalho apresenta a seguinte estrutura: esta introdução, na qual apresentamos o trabalho e, em linhas gerais, apresentamos algumas posições teóricas referente à questão agrária e movimentos sociais. O primeiro capítulo, intitulado “Questão Agrária e Movimentos Sociais”, pretende abordar histórica e socialmente a questão agrária: a terra como meio de produção e como a questão agrária se situa no modo capitalista de produção. Tem o foco de trabalhar a expropriação da terra dos camponeses e as lutas sociais decorrentes da concentração de terra, bem como o surgimento de movimentos sociais de luta *na/pela* terra. Como recorte, teremos a análise a partir, prioritariamente, da Lei de Terras, de 1850.

Como consequência do anterior, o segundo capítulo, “Questão Agrária, Igreja e Movimentos Sociais” pretendeu identificar e analisar o papel de setores progressistas da Igreja Católica o processo de luta *na/pela* terra no país. Aborda, ainda, o surgimento da Teologia da Libertação e sua relação com as lutas e movimentos sociais de luta *na e pela* terra. Como recorte metodológico, situamos uma análise a partir da década de 70, do século XX, quando essa influência fica mais expressiva e ganha visibilidade.

No terceiro capítulo, intitulado “CETA – formação e territorialização” têm como objetivo analisar o surgimento, o desenvolvimento e a consolidação do Movimento CETA, junto aos camponeses do Estado da Bahia. Buscou-se, ainda, identificar as relações do CETA com outros movimentos sociais; a relação do CETA com o Estado; identificar e mapear a territorialização do Movimento CETA pelo Estado.

As considerações finais retomam algumas discussões realizadas anteriormente e busca apontar questões atuais colocadas pela trajetória do Movimento e do contexto da luta *na e pela* terra: as suas relações com outros movimentos; sua atuação nos Governos Lula e Wagner,

considerados como aliados da reforma agrária; a inserção institucional do Movimento, entre outros fatores.

## 1 QUESTÃO AGRÁRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS

Embora a configuração capitalista atual da questão agrária esteja ligada à Lei de Terras de 1850, a problemática da questão da terra no Brasil remonta do tempo da Colônia, quando da colonização das terras hoje pertencente ao Brasil pela Coroa Portuguesa. Antes de serem “descobertas”, as terras que hoje pertencem ao Brasil foram divididas pelo Tratado de Tordesilhas, assinado entre a Coroa Portuguesa e a Coroa Espanhola, em que os interesses estabelecidos os sobre posses, comerciais e territoriais, das duas Coroas. Inicialmente, o interesse na terra não se explicitou como fundamental, mas era tornou-se fundamental para os interesses comerciais, como depois ficou claro na exploração do pau-brasil.

No início, a ocupação se deu de forma não planejada, mesmo porque não se sabia ainda qual o projeto para novo descobrimento. No entanto outros países passaram a se interessar pelas terras, então Portugal decidiu ocupar (ou pelo menos tentar) as terras do novo descobrimento. A maneira utilizada para a ocupação foi a divisão das terras em 12 faixas que iam do Atlântico até a linha estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas. Estas faixas, denominadas de Capitânicas Hereditárias, foram doadas para pessoas de posses e com condições de povoá-las. Embora esta forma apareça como um processo de “desconcentração de terras”, já que a mesma era até então de posse e propriedade da Coroa Portuguesa, quando se analisa que foram apenas 12 vê-se que não houve qualquer processo de desconcentração.

Imprescindível ressaltar que esta posição de Portugal deve ser colocada com o seguinte entendimento: a relação natureza e sociedade. As normas jurídicas sobre a questão agrária e, portanto sociais, correspondem a maneira de como a sociedade se relaciona com a natureza. Sentindo a Coroa Portuguesa que as terras brasileiras poderiam ser apropriadas em função da *plantation* de cana-de-açúcar, tratou logo de efetivar um dispositivo jurídico para regular o acesso a terra. Obviamente de acordo com os interesses da classe dominante.

Inicialmente somente os 12 (doze) donatários detinham o direito de explorar as terras pertencentes ao Brasil. Como expressa Andrade: “[...] um pequeno grupo recebeu uma grande doação de terra, onde deveria empregar centenas de escravos – indígenas e/ou africanos -, colocando-os a trabalhar, de forma extenuante, para produzir mercadorias cobiçadas pelo mercado colonial.” (ANDRADE, 1987. p. 6).

No Brasil fora implantada a economia colonial mercantil, em consonância com a expansão do mercantilismo. Foi, para tentar esclarecer determinados caminhos teóricos, que acima enumeramos elementos que corroboram com a afirmação de não ter havido no Brasil uma economia feudal. Na época do descobrimento, os índios foram expropriados dos seus territórios, praticamente dizimados, e principalmente foram escravizados, para trabalhar nas *plantations*.

A escravidão, só pra citar, tem que ser entendida no bojo do mercantilismo, e não como modos de produção co-existindo paralelamente. Assim nos afirma Martins

O tráfico negreiro e o trabalho escravo eram exatamente os fatores que retiravam da colônia qualquer caráter feudal. Permitia que, ao invés da metrópole retirar renda da terra através de uma elite territorial, de um monopólio de classe ou de um monopólio estritamente estamental sobre o solo, retirasse renda na circulação, fazendo o escravo produzir renda capitalista antes de produzir mercadorias [...]. (MARTINS, 1986, p.37).

Utilizando mão-de-obra escrava os donatários, como eram chamados os que possuíam as terras, iniciaram o processo de apropriação do espaço. A partir daí já se nota como o início do País foi marcado pela prática concentradora e excludente. Nesse sentido os pilares da economia colonial eram: sesmarias, escravidão, engenho, monocultura e exportação. Ressalta-se, ainda, que a partir de 1530 os primeiros negros chegavam à Colônia para servir de mão-de-obra nas *plantations*.

O regime de sesmarias – que durou de 1530 a 1822 – permitiu que os donatários entregassem parte de suas terras para que outros a explorassem (GERMANI, 2006)<sup>4</sup>. As Ordenações do Reino administravam o regime de sesmarias. No entanto, ao longo dos anos, até 1822 vários decretos e ordenações confundiram ainda mais o acesso a terra no Brasil. Conforme no diz Germani: “O que se via no período colonial é que se promulgava uma variada e conflitiva legislação subsidiária sobre a concessão de terras” (GERMANI, 2006, p.7).

Ao longo do tempo, o aparato legal para garantir o domínio sobre a terra foi montado pela Coroa a exemplo do regime de Sesmarias que vigorou no país até 1822, quando a concessão de Sesmarias foi suspensa. Desta data até 1850 não havia aparato legal sobre o domínio da terra vigorando o regime de posses, posses estas que existiam muitas vezes desde o regime de sesmarias. Entre as grandes propriedades surgiam pequeninas forma de acesso a terra, onde

---

<sup>44</sup> Embora saibamos que várias capitâneas hereditárias foram abandonadas antes que o regime terminasse.



escravos, brancos pobres, empregados das fazendas, cultivavam uma agricultura de subsistência. Os conflitos entre novos posseiros e velhos sesmeiros se intensificaram. Segundo Germani, no Nordeste o regime de posses, dada a configuração da sociedade, não foi muito eficaz no processo de (re) distribuição de terras. Embora não de forma clara e explícita, em meados do século XIX o debate sobre a propriedade e do acesso a terra no Brasil foi reativado. No final, embora tenha havido muitas vozes a favor da redistribuição mais justa, os grandes proprietários saíram vencedores. Como resultado desse impasse foi editada a Lei de Terras.

Em 1850 foi editada a Lei 601, mais conhecida como a Lei de Terras. Esta Lei exigia que as sesmarias concedidas fossem ratificadas pela Coroa, e que caso isso não acontecesse as terras deveriam ser devolvidas ao Estado, estando aí o surgimento do termo “terras devolutas”. Segundo Medeiros

O resultado da polêmica em torno da apropriação e do uso da terra foi a Lei de Terras aprovada em 1850. Por meio dela garantiram-se mecanismos que possibilitaram a manutenção da concentração fundiária e da disponibilidade de mão-de-obra. A constituição republicana de 1891 e o Código Civil de 1917 os mantiveram (MEDEIROS, 2003, p.10).

Segundo Andrade (1985), a Lei de Terras tem que ser vista em relação com o escravismo colonial, pois um dos elementos do escravismo colonial era controlar o acesso à terra para a maioria dos excluídos da sociedade, não permitindo, dessa forma, nenhuma propriedade para esses grupos sociais

Daí a formação de uma sociedade em que a maioria da população perdeu a liberdade, na forma mais ampla possível, tornando-se objeto, mercadoria, e **onde a concentração fundiária, levada ao extremo, impedia que pobres livres tivesse acesso à terra** para cultivá-la, mesmo visando a produção dos próprios alimentos”. (ANDRADE, 1985, p. 6, grifo nosso)

Corroborando com essa tese, Martins afirma sobre a proibição do acesso a terra a partir da Lei de Terras “Essa proibição era dirigida aos camponeses da época, aqueles que se deslocavam para áreas ainda não concedidas em sesmarias aos fazendeiros e ali abriam suas posses” (MARTINS, 1986, p.42). Acrescentando, ainda ratifica dizendo que “O monopólio de classe sobre o trabalhador escravo se transfigura no monopólio de classe sobre a terra. O senhor de escravos se transfigura em senhor de terras”. (Ibidem, p.45).

A partir de 1850, os conflitos de terra se agravaram no país, pois a partir de então o acesso a terra só seria possível por meio de compra e venda, excluindo alguma possibilidade de que pessoas pobres, ex-escravos e imigrantes pobres tivessem acesso a terra. A terra torna-se mercadoria. É o que Martins expressou: “O fim do cativo dos escravos e o início do cativo das terras”. Fazendeiros que havia, ou não, confirmado as sesmarias recebidas expulsaram posseiros das terras. É a partir desse contexto que se inicia, com maior vigor, a “grilagem” de terras no Brasil.

Entre 1850 e 1888 podemos afirmar que o regime escravista entrou em decadência. Sendo assim, na primeira metade do século XIX as condições de superação do escravismo colonial estavam sendo apontadas e radicalizadas, de modo que as leis, fruto da resistência dos povos escravizados, estavam, portanto, chegando ao fim da escravidão. Segundo Andrade, a Lei de 1888, que extinguiu a escravidão, foi uma lei revolucionária, pois os proprietários, donos da mercadoria escravo, não receberam indenizações. No entanto, cabe indagar se havia necessidade de indenização aos senhores de escravos que de forma alguma foram indenizados pelos trabalhos forçados nas fazendas de cana e café. (ANDRADE, 1986. p.8).

A luta pelo fim da escravidão daria, no mínimo, uma seção ou um capítulo inteiro. No entanto queremos aqui pontuar que durante todo o período da história do Brasil a luta escrava pela sua liberdade. As leis, como já foi dito anteriormente, foram fruto da resistência dos povos escravizados, e foram promulgadas como forma de conter essas lutas. No início da década de 80, do século XIX, as idéias abolicionistas começaram a ganhar auxílio da opinião pública, principalmente na capital do país. Essa época marca o encontro mais intenso entre os abolicionistas e os negros das senzalas, que embora de forma pouco organizada continuavam resistindo à escravidão. Segundo Andrade

Esse movimento nas classes dominantes, que se beneficiavam, há três séculos, da escravidão, confluía para um movimento de escravos, que, conscientes da situação injusta a que estavam submetidos, se levantaram, assassinavam os senhores ou simplesmente fugiam para quilombos situados em locais de difícil acesso ou se refugiavam nas cidades. (ANDRADE, 1986, p.34.).

Obviamente o autor escreve “difícil acesso”, o que muitos entendem como sinônimo de isolado. Nesse sentido, podemos tecer uma crítica a esta visão, pois como já é amplamente aceito, os quilombos não eram isolados do meio urbano, muito menos eram isolados da sociedade. Por

consequente, notamos que após a abolição, a questão do acesso a terra pelos negros libertos fora esquecida. Na verdade, a propriedade da terra, como diz Ariovaldo Umbelino, o mais importante dos meios de produção, mesmo – e pelo – com o fim do regime escravista não poderia ser tocada. A abolição aconteceu sem que houvesse uma medida que garantisse a inserção de ex-escravos no novo regime. O que se deu foi a inserção dos imigrantes em áreas de expansão da fronteira agrícola. A inserção desses imigrantes, boa parte camponesa em seus países, no cenário brasileiro – principalmente nas crescentes extensões de fazendas de café espalhadas pelo país – só acrescentou mais interesses divergentes em torno da posse, da propriedade e do uso da terra.

O acirramento dos conflitos agrários tornou-se uma questão pública. Cada vez mais os camponeses, expropriados de suas terras ou tendo que pagar mais “impostos”<sup>5</sup> aos fazendeiros, passaram a se organizar e lutar pelo acesso a terra. Depois da Lei Áurea, várias formas de relações sociais no campo (arrendamento, meeiro, e outras.) foram intensificadas. Parece-nos que esta diversidade de relações sociais foi importante para a classe dominante da terra, já que se abriu a possibilidade – o que acabou acontecendo - de não se aprofundar, na sociedade, uma discussão mais profunda sobre um acesso a terra mais garantido para a parcela da população sem acesso a mesma. Ainda segundo Andrade (1987), os proprietários que não eram tão capitalizados passaram a utilizar ainda mais aquelas formas referidas anteriormente: parceiros, meeiros, arrendatários, etc, como forma de amenizar a falta de mão de obra escrava. “Esses fazendeiros consagravam, assim, formas já existentes – em proporções pouco expressivas –, desde o período colonial, **que criavam um verdadeiro campesinato**”. (ANDRADE, 1987, p.27, grifo nosso).

Essas relações sociais foram contestadas de diversas formas e o Brasil passa a ser palco de inúmeras experiências de luta camponesa. São levantes que se espalham por todo o País, propagando a injustiça do acesso a terra e propondo a acessibilidade a terra pelos camponeses. Essas experiências tiveram, ao longo da história, intensidades e repercussões diferentes.

A todo esse percurso conflituoso, acrescenta-se ainda, como já fora citado, a passagem das terras da União aos Estados, através da Constituição de 1891, onde as terras passaram as mãos das oligarquias estaduais. Ressaltam-se, ainda, as formas que operavam na política brasileira: o coronelismo, enquanto sistema de poder e dominação, e em consequência daquele, o chamado “voto de cabresto”, no qual a participação além de limitada era coibida. Segundo

---

<sup>5</sup> Sabemos que o imposto só é cobrado pelo Estado. No entanto, as taxas de arrendamento, por exemplo, era por muitas vezes considerada pelos camponeses como “imposto” que os fazendeiros cobravam.

Martins “O coronelismo enredava, numa trama complicada, questões de terra, questões de família e questões políticas” (1986, p.43).

Voltando as lutas sociais contra a expropriação da terra, tem-se o marco do “Arraial do Belo Monte”, Canudos, no período de 1892 a 1897, quando fora destruído pelas tropas do Exército Brasileiro. Canudos aparece na História como experiência singular onde a luta misturou caráter místico, religioso e político e que demonstrava que a questão da posse da terra, ou melhor, a falta da posse, entre outros motivos, aglutinou milhares de pessoas entorno do Conselheiro. Segundo Andrade

A revolta contra essas forma de exploração foi feita pelos agricultores, pelos homens do campo, através das mais diversas formas de luta, desde o banditismo social, em que se destacaria a figura de Lampião, até os movimentos classificados pela literatura como *fanáticos*, como o de Canudos na Bahia, ao de Contestado nos Estados de Paraná e Santa Catarina, e o do Caldeirão no Ceará. (ANDRADE, 1987, p.9,1)

O autor diz, ainda, que aparentemente travestidos sob o manto do “religioso”, esses movimentos contestavam, no fundo, a impossibilidade do acesso a terra, e por isso, foram severamente reprimidos pelo Estado, através do Exército e com o apoio oficial da Igreja Católica. Cabe destacar que o papel da Igreja no fim do século XIX, e início do século XX, foi afirmar que a situação de vida dos camponeses era fruto da vontade divina, e não das condições histórica e social da época. Como se verá, na segunda metade do século XX terá um novo posicionamento de setores da Igreja Católica frente aos camponeses e a questão da terra no Brasil.

A Guerra de Canudos, por exemplo, durou de 1892 a 1897 e, mesmo tendo custado a vida de milhares de camponeses, ainda hoje é lembrada como símbolo da luta pela terra pelos movimentos sociais rurais.

É necessário entender a posição que o “fato” Canudos ocupava no cenário político-institucional: era a luta pela consolidação da República que havia se instalado poucos anos antes. A derrota em Canudos significaria uma derrota da República e dos interesses de classe que a haviam implantado. A acusação do Exército, por exemplo, de que os camponeses de Canudos queriam derrubar a República, não procede pela análise de José de Souza Martins (1981): “Ocorre, entretanto, que o movimento religioso de Conselheiro e dos camponeses que o seguiam começara muito antes do fim da monarquia. Tudo indica que era um movimento marcado por critérios de justiça que se contrapunham a justiça parcial e de classe dos coronéis” (MARTINS,

1981, p.52). A República, a “Lei do Cão” nas palavras de Conselheiro, apenas explicitou essas questões. Segundo Martins (p.53), o Conselheiro fazia noção dos processos sociais que afligiam o povo, enquanto este apenas via na República de Canudos a melhora em suas vidas.

Da mesma forma, outras lutas, com a Guerra do Contestado em Santa Catarina, entre 1912 e 1916, foram ratificando os conflitos existentes na posse da propriedade da terra no Brasil e passaram a alimentar o ideário de luta social pela posse e propriedade da terra. Como nos afirma Andrade

Daí deverem ser considerados, os movimentos que os impulsionaram, como movimento de camponeses, como movimentos de reação a uma estrutura fundiária que negava o acesso à posse da terra aos que nela trabalham, em benefícios dos que, tendo direito à terra, utilizava-a como mercadoria, como um bem negociável (ANDRADE, 1985, p.14)

Complementando, Martins (1986) afirma a importância desses acontecimentos para a luta agrária como um todo

[...] a intervenção militar em Canudos e Contestado, em defesa da ordem e do regime, constituiu a mediação que fez, das guerras camponesas, guerras políticas; que arrancou as rebeliões míticas dos camponeses da sua aparente insignificância localista, municipal e pré-política, descobrindo nelas a sua dimensão política profunda, o perigo para a ordem constituída, o seu poder desagregador” (MARTINS, 1986, p.62).

É por isso que essas lutas ainda são frutos de intensos debates sobre a sua importância para o entendimento da questão agrária.

### **1.1 Século XX: lutas e organização dos camponeses**

Como já foi dito, a República não tocou na propriedade da terra, a República não aboliu conflitos a opressão, criou novos opressores. Segundo Andrade, a situação pós-abolição era propícia à centralização maior da propriedade da terra. Conforme nos diz Andrade (1987)

A grande extensão territorial, a baixa densidade demográfica e a vigência da Lei de Terras, de 1850, favoreciam a formação de grandes latifúndios subutilizados [...]. A pequena propriedade dificilmente subsistia próximo ao latifúndio, pois os

latifundiários facilmente expandia seus domínios, ora forçando a venda por parte dos pequenos proprietários, ora forçando simplesmente expulsando-os da gleba que exploravam. Uma prática muito usada pelos latifundiários era a de soltar o gado nas plantações dos produtores, quando se aproximava a época da colheita, provocando a ruína destes. [...]. A história rural brasileira está marcada tanto pelo massacre das populações pobres – indígenas, negros, caboclos e mulatos – como pela luta entre as grandes famílias, sendo, a grande propriedade, o fruto da efetivação da violência. (ANDRADE, 1987, p.40).

A primeira Constituição republicana, de 1891, manteve que a desapropriação por utilidade pública se daria por meio de indenizações prévias. A expansão da agricultura e expansão da utilização do trabalho assalariado e de outras formas de relações de trabalho, como o arrendamento foi expandido em áreas que não estavam no marco da nova fronteira agrícola

Na década de 20, do século XX, o Movimento Tenentistas, analisou que a oligarquia agrária que detinha mais terra e propuseram mudanças na estrutura fundiária. No entanto, essa posição tem que ser analisada dentro de um contexto mais amplo, fato que não era apontado pelos tenentistas, já que não passava por uma discussão mais profunda das condições de vida dos camponeses e trabalhadores rurais, mas sim uma disputa ideológica dos tenentistas.

Na era Vargas, as condições dos trabalhadores não avançaram muito menos as ações para o acesso a terra, a não ser por uma tímida política de colonização: “a Marcha para o Oeste”. Quanto à organização, para os latifundiários não deveria haver representações diferentes para as categorias de trabalhador e patrão. Na verdade, esse foi uma medida para barrar as formas organizativas dos camponeses e trabalhadores rurais, sintetizando aquilo que se chamou “aliança de classes”.

Essas articulações das classes dominantes, não impediram que experiências de organização dos camponeses fossem adiante. Em 1933 o primeiro sindicato de trabalhadores rurais foi criado, na cidade de Campos, no Rio de Janeiro. Como se verá mais a frente, a legislação sindical era muito rígida, além claro da própria conjuntura - Estado Novo (1937-1945) – não viabilizava o seguimento naquele momento desse tipo de organização.

O exemplo da criação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) é expressivo para notarmos como o mundo rural era vista pelo governo da época. Mesmo vivendo num país onde a maioria da população vivia e trabalhava no campo, a CLT fora direcionada para os trabalhadores urbanos, isto é, não havia os direitos trabalhistas garantidos para os trabalhadores do campo. O que se viu, foi o Estado investindo nas culturas de latifúndio, ou “cultura de rico”, como o café, a

cana-de-açúcar e cacau. Esses produtos passaram a ter instituições oficiais de apoio, a exemplo da formação da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), fundada em 1957. Num plano mais político-ideológico comprometido com a reforma agrária, a alternativa apresentada se limitava a propor o aumento do imposto territorial rural como forma de coibir a manutenção de latifúndios.

Se no início do século XX os conflitos agrários prosseguiram, é a partir da segunda metade, por volta de 1950 eles se tornariam mais expressivos, sendo mais significativas também as experiências de organizações sociais no campo (ANDRADE, 1897; GERMANI, 1993; MEDEIROS, 2003; OLIVEIRA, 1985).

#### Segundo Medeiros

[...] no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, a reforma agrária se tornou uma demanda ampla, proposta disputada por diferentes forças sociais, transformando-se na tradução política das lutas por terra que se desenvolviam em diversos pontos do país. (MEDEIROS, 2003, p.14).

Importante ressaltar que ao final da escravidão, o avanço do campesinato brasileiro se dá pela queda da importância econômica de determinadas culturas, a exemplo da cana de açúcar. Quando as terras arrendadas a trabalhadores das próprias fazendas aumentaram de preço, os proprietários queriam a tomá-las de volta, aumentando os conflitos já existentes no campo. Foram esses conflitos ocasionam o surgimento das Ligas Camponesas. Como nos afirma Martins

É nessa situação mais recente de expulsão de foreiros que surgem as Ligas Camponesas, em 1955. É na situação mais recente de restrição à roça do morador da usina, de aumento dos dias que deve oferecer à usina para permanecer na terra, de conversão em assalariado, que surgem os sindicatos pouco depois. (MARTINS, 1986, p.66).

Neste período os projetos desenvolvimentistas estavam curso, e conseqüentemente houve um processo de expansão das fronteiras agrícolas, expansão de criação de gado e intensificação dos conflitos pela posse e uso da terra (MEDEIROS, 2003). A burguesia promoveu processos de mudanças sem modificar as estruturas sociais. Investimentos estrangeiros aumentam consideravelmente no país. Segundo Medeiros

O processo de concentração de renda acentuou-se, e a evolução capitalista na área rural, foi intensificada em grandes porções do território nacional, fazendo expandir as culturas comerciais, pressionando as áreas ocupadas pelos pequenos produtores, que, desapropriados se viram obrigados a migrar ou a se proletarizar”. (Ibidem, p. 54).

Foi em consonância com a política de substituição das importações, que o campo brasileiro torna-se alvo de investimentos. Nos anos 50 do século XX, que se inicia com mais consistência, o processo de industrialização da agricultura. Máquinas e equipamentos pesados são produzidos diretamente para servir ao setor agrícola. Muito desse crescimento tecnológico foi promovido pelas vias do Estado, seja com aquisição de máquinas e insumos agrícolas, seja pela via de incentivos fiscais na área.

Com todo esse processo em curso que aprofundou ainda mais o processo de expropriação e violência no campo, as lutas camponesas são retomadas com mais força. No início da década de 50 do século XX, o PCB foi o principal interlocutor das vozes pela reforma agrária. Como expressamos no início do capítulo, o PCB entendia que havia relações feudais no campo, o que impedia que a revolução seguisse sua marcha natural. Ainda segundo Medeiros (2003)

Eliminar o latifúndio era, segundo os intelectuais do PCB, um dos passos necessários de um conjunto de transformações pelas quais o país deveria passar para poder realizar uma revolução de caráter ‘democrático-burguês’. (Ibidem, p.15).

É neste processo que os termos “camponês” ou “massas exploradas” foram sendo utilizadas pelo PCB para designar os diversos grupos sociais no campo. “Latifundiários” foi o termo usado para designar os proprietários de terra. A reforma agrária preconizada pelo PCB era vista como uma divisão dos latifúndios a quem quisesse na terra trabalhar.

Neste momento, a diversidade de agentes envolvidos com a luta pela reforma agrária e o acesso a terra era enorme. Índios, posseiros, meeiros, colonos, trabalhadores rurais, camponeses, enfim uma sociedade rural multifacetada que se encontrava envolvida na luta por terra. Como nos afirma Medeiros

Apesar das divergências existentes entre as organizações, o que importa é ressaltar é que, nesse processo, os conflitos no campo ganharam visibilidade; começou a se construir uma identidade política – camponês – e a bandeira da ‘reforma agrária’ tornou-se a síntese de suas lutas. (MEDEIROS, 2007, p.33).



Em 1954, após a Conferência Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, foi fundada a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, ULTRAB. Entre 1955 e 1964, as Ligas Camponesas, em especial as sob a liderança de Francisco Julião, organizaram as lutas dos trabalhadores no Nordeste, principalmente em Pernambuco; em 1963 após o Congresso dos Trabalhadores Rurais, foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG). É nesse período também que há uma expansão dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, STR, por todo o país. Segundo Palmeira

As mobilizações camponesas, através das Ligas Camponesas e dos chamados sindicatos rurais, tinham colocado os trabalhadores do campo, até aquele momento rigorosamente marginalizados da vida política, no centro dos acontecimentos. (PALMEIRA, 1985, p.43).

As Ligas Camponesas criaram o fato político: os camponeses e trabalhadores rurais nas ruas, construindo o espaço público de reivindicações, algumas mais imediatas como aumento de salários, outras mais estruturais, como a realização da reforma agrária, “na lei ou na marra”. Embora, como já se viu, houvesse tido outras experiências de lutas camponesas, as ligas promoveram à história das lutas sociais no campo uma organização antes não vista. Esses fatos demonstram avanços na luta pela reforma agrária, conforme nos diz Veiga: “Ela [a reforma agrária] é sempre o resultado de pressões sociais contrárias e, ao mesmo tempo, é limitada por essas pressões”. (VEIGA, 1984, p. 8).

Foi organizada, em 1955, a primeira Liga Camponesa, na zona da mata de Pernambuco, no Engenho da Galiléia, em Pernambuco sob o comando de Francisco Julião. As ligas passaram do seu ponto inicial, que era o assistencialismo, para organizar as lutas por toda Pernambuco. Esse fato demonstra como é dinâmico o processo de organização das lutas e evolução das lutas sociais. Conforme comprova Andrade, essas ações fizeram com que

[...] as Ligas Camponesas evoluíssem de uma posição mais assistencialista e defensiva para uma posição social revolucionária e agressiva, organizando greves, invasões de propriedades não utilizadas e reivindicando a reforma agrária, ‘na lei ou na marra’. (Andrade, 1987, p. 55).

Aconteceram claro, repressões e assassinatos de líderes de diversas Ligas. Esse modelo de organização, que havia se espalhado por quase todo o país chegara ao fim. Chegara ao fim com a instalação da Ditadura Militar, que reprimiu duramente às manifestações da classe trabalhadora.

No entanto se as Ligas desapareceram, suas formas de organização e de luta deixaram muitas marcas na sociedade na luta por uma distribuição mais equitativa de terras.

Importante se faz destacar que os sindicatos e as Ligas Camponesas surgem num período em que os anseios democráticos estão presentes na sociedade brasileira. Período era propício para o desenvolvimento de lutas democráticas. Inclui-se, ainda, uma análise pertinente: a disputa pela mediação das lutas e demandas camponesas no período.

As constantes mobilizações no campo e na cidade, as Reformas de Base – propostas pelo então presidente João Goulart<sup>6</sup> -, o medo das classes dominantes da “ameaça comunista” que assombrava o mundo capitalista, fez nascer um período obscuro na sociedade brasileira. Em 1964, foi instaurada a Ditadura Militar e Civil que permaneceu no país por 21 anos. No início desse período houve repressão as lutas sociais, tanto urbanas quanto rurais. Aquelas experiências de organizações sociais rurais foram sendo duramente reprimidas, e só voltaram a ter vigor a partir da segunda metade da década de 70 do século passado. Ver-se-á que este período coincide com o período em que a Igreja, ou melhor, setores progressistas da Igreja Católica, redirecionam a sua prática social, tendo a luta camponesa adquirido um novo e importante aliado.

---

<sup>6</sup> Só pontuando, a idéia de desapropriação das terras às margens das rodovias que seriam destinadas à reforma agrária.

## 2 QUESTÃO AGRÁRIA, IGREJA E MOVIMENTOS SOCIAIS

O Golpe Militar fora apoiado por setores da sociedade brasileira, entre eles a Igreja Católica. Limitamo-nos a apontar algumas ações realizadas por setores da Igreja Católica que influenciaram a questão agrária no país, e, conseqüentemente, a vida dos camponeses e das organizações e movimentos no campo. Neste espaço não poderíamos discutir toda a trajetória política ocorrida no país, durante o período do governo militar.

Em consonância com o contexto da “Modernização Conservadora” os militares promulgaram a Lei 4.504, mais conhecida como o Estatuto da Terra. Esse estatuto tinha o nítido caráter de frear as lutas sociais, pois prometiam aos trabalhadores a realização de uma reforma agrária “justa e pacífica”. O Estatuto da Terra não se desenvolvia devido somente as questões agrárias, mas também às questões agrícolas, por isso a criação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola (INDA)<sup>7</sup>. Segundo estudos, o IBRA não realizou reforma agrária, se limitando a realizar diagnósticos sobre o campo. O pensamento que estava subjacente era que através de política de incentivos ao avanço do capitalismo no campo, as questões sociais desapareceriam, onde os camponeses se tornariam trabalhadores rurais, e, portanto, integrados ao mercado.

Essa proposta de resolução ou amenização da questão agrária foi pautada, entre outras ações, em Projetos de Colonização onde a intenção era, a partir de uma visão de segurança nacional, enviar trabalhadores sem terra e posseiros, principalmente do Nordeste, para a Amazônia diminuindo, dessa maneira, a tensão existente na região. Um exemplo, na Bahia, foi o Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho, que segundo Germani

O PEC Serra do Ramalho foi implantado, em 1973, num período da história brasileira em que o Estado se dedicava a executar grandes projetos de assentamento, principalmente na região amazônica. O PEC Serra do Ramalho seguiu a mesma lógica, em termos de planejamento espacial, de outros projetos realizados naquele período: caracterizou-se como um grande projeto em área contínua, fracionado em parcelas individuais, organizadas de forma linear e simétrica. O tamanho das parcelas foi determinado pelo módulo da propriedade rural para a região, repetido nos planos sobre as mesas dos escritórios, lado a lado, até preencher toda a área. Na mesa dos técnicos, o espaço era tratado

---

<sup>7</sup> Em 1970, os dois institutos são extintos e cria-se o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), subordinado ao Ministério da Agricultura.

como se fosse homogêneo; reproduziu-se um “modelo ideal” quanto às características de solo e de relevo e, quando levado para a realidade, era esta que deveria se adaptar ao modelo, e não o contrário<sup>8</sup>. (GERMANI, 2001, p. 5)

Com isso, os militares esperavam diminuir a tensão social no campo, o que não ocorreu. As experiências foram desastrosas, pois somadas aos grandes projetos agropecuários financiados pelo governo via incentivos fiscais, a presença desses projetos acirraram os conflitos de terra, seja com os fazendeiros seja com outros posseiros. O impacto dessa política na vida dos índios, peões e posseiros que viviam na Amazônia Legal foi imenso e as perdas sociais foram muitas. No entanto, a resistência dos camponeses continuaria e, antes do fim da ditadura militar, os conflitos no campo explodiram com muito mais vigor e demonstraram que não poderiam ser facilmente controlados pelo Estado. E a entrada em cena da Igreja possibilitou novos rumos na história da resistência camponesa.

## **2.1 Novos sujeitos sociais em cena**

Como já foi dito, a entrada da Igreja possibilitou novos acúmulos e novos interesses em torno da Questão Agrária. Faremos uma breve introdução do “por quê” da conversão da Igreja aos pobres e oprimidos, a fim de fundamentar ainda mais a nossa análise da do papel da Igreja nessa questão.

Segundo Paiva (1985) a vinculação da Igreja com os ideais fascistas nos anos da Segunda Guerra Mundial, foi um dos fatores preponderantes a essa reconversão aos valores democráticos no período pós-guerra (PAIVA, 1985, p.12). A Igreja tentava, então, se redimir das suas posições nos anos da Segunda Guerra. No entanto, avançamos para afirmar que essa conversão se deu pelo clamor da realidade em que viviam as pessoas no pós-guerra. Processo de “massificação” das pessoas nas cidades, colocando a Igreja – há muito tempo vinculada a valores do campo – como responsável pela socialização e pelo processo de culturação das famílias camponesas e também daquelas atingidas pelo êxodo rural que inchava as cidades. Ainda conforme afirmação da autora, são esses processos sociais mais amplos que vão permitir uma Igreja mais comprometida com valores democráticos, principalmente no meio rural. (PAIVA, 1985).

---

<sup>8</sup> Ressalvamos que além de um ser um Projeto de Colonização, o PEC Serra do Ramalho cumpria também o papel de assentar os expropriados pela construção da Barragem do Sobradinho.

O fato é que após o Concílio Vaticano II (1962-1965), e as Conferências Episcopais de Medellín (1968), Colômbia, e Puebla (1979) no México, a Igreja latino-americana orientou suas ações para a opção preferencial pelos pobres. A Igreja passara a olhar o homem de uma forma diversa da que até então via. O homem da nova Igreja é visto como o homem real, aquele que constrói sua história no cotidiano. Segundo Iokoi

Essa forma de olhar [...] produziu uma excessiva tensão interna [...] trata-se de uma visão que não separa a ‘Palavra de Deus’ de sua relação com o homem concreto e analisa o desenvolvimento humano em seus múltiplos aspectos – econômico, político, cultural, religioso (IOKOI, 1996, p. 24).

A interpretação dessa nova leitura da realidade e do Evangelho é de que havia um descompasso entre a prática do Evangelho e o contexto latino-americano. Isso levou alguns teólogos do continente a elaborar uma proposta que estivesse de acordo com as necessidades do “povo de Deus”. Surge assim a Teologia da Libertação, como resposta as condições sociais do povo latino-americano e a prática tradicional do Evangelho de Cristo. Para a Teologia da Libertação, a Igreja sempre esteve do lado dos “donos do poder”, das classes dominantes, que exploram o povo de Deus. Agora essa mesma Igreja deveria assumir esse erro histórico, e se voltar para quem ela sempre deveria estar ao lado: os pobres. Somente dessa maneira estaria se materializando a vontade de Cristo, a mensagem do Libertador dos homens. A Igreja, segundo a definição de Leonardo Boff, que durante muito tempo praticou a “Teologia do Cativo” deveria se voltar para a prática de uma “Teologia da Libertação”. O pobre, conforme esta perspectiva deixa de ser visto como aquele a quem se deve fazer caridade, para se tornar aquele que, passa a ter o papel de transformador, e assim irá transformar o *status quo*.

A nova interpretação da Bíblia, passa também pelo entendimento que a Palavra de Deus sempre condenou à injustiça, a exploração, a opressão, entre outras coisas, sendo assim, qualquer religião que prometa a salvação fora deste mundo, não faz senão a deturpação do Cristianismo, distorção do que Cristo sempre pregou. Passagens como o Êxodo, que narra à fuga do povo de Deus do Cativo da Babilônia, são enfatizadas para explicitar a verdadeira libertação.

Segundo Gutiérrez<sup>9</sup>, a Igreja é histórica, e colocá-la fora dessa perspectiva é um engano por que foge do seu principal objetivo que é evangelizar e libertar os homens, que são concretos. Não se pode fazer ação, quando não consideram os contextos sócio-econômicos em que a prática pastoral está inserida. Assim, temos uma nova perspectiva, que coloca a Igreja num processo constante de construção, desconstrução, reconstrução, e essa proposta de uma nova teologia não é senão a materialização desse processo.

Seguindo essa interpretação, de homem real e concreto, alguns teólogos, padres e leigos ligados ao movimento da Teologia da Libertação, tomam as teorias das ciências humanas, principalmente a História, a Sociologia e a Economia, como um complemento a leitura do Evangelho, como mais um meio válido de explicar a realidade social. No contexto latino-americano, os teólogos que apoiados na Teoria da Dependência da América Latina, tomam como referência filosófica do seu tempo, o pensamento de Karl Marx e sua análise do sistema capitalista. Para eles, não havia contradição entre o marxismo e o cristianismo, uma vez que os dois condenavam a exploração do homem pelo homem. Eram leituras, cada uma ao seu modo, de denunciar as injustiças da exploração da minoria sobre a maioria. Assim, utiliza o marxismo como ferramenta para explicar a realidade e fazer uma práxis essencialmente revolucionária. Essa prática se efetivava também com as novas atividades proposta aos bispos, padres e agentes pastorais. A religião, tomada por essa nova perspectiva, não seria o ópio de povo, ao contrário, tornar-se-ia fator de libertação, de emancipação humana.

Certamente, essa tomada de posição baseando-se no materialismo histórico, tinha seus limites, como a própria história tratou de evidenciar durante o processo de crescimento dos setores progressistas da Igreja Católica. No entanto não se pode desconsiderar o papel relevante tanto do discursos quanto das práticas desses setores, principalmente no meio rural brasileiro.

---

<sup>9</sup> Gustavo Gutiérrez, teólogo peruano nasceu em Lima, 1928. Foi ordenado padre em 1959, e continuou seus estudos em Lovain e Lyon. Tornou-se professor de Teologia e Ciências Sociais na Universidade Católica de Lima. Foi um dos principais fundadores da Teologia da Libertação, sobre a qual escreveu diversas obras, entre as quais: *Reinventar a face da Igreja* (1968), *Teologia da Libertação* (1971) e *Força histórica dos pobres* (1974).

## 2.2 A Igreja na História

No auge na Idade Média, a Igreja se tornou a “guardiã” da cultura ocidental greco-romana, da tradição cristã. Mesmo nos momentos de crise, como por exemplo a Reforma protestante, a Igreja se manteve firme em seus dogmas, em suas visões de mundo. Qualquer movimento de libertação, onde os processos históricos evidenciavam ainda mais os limites e o caráter excludente da sociedade baseada no capitalismo, foram reprimidas “a forro e fogo” (literalmente), e “em nome de Deus”. Contudo, essas próprias mudanças históricas trataram de coloca a Instituição em defesa. A Filosofia, o cientificismo e as descobertas da ciência moderna, a Reforma Protestante, o Iluminismo, as Revoluções Gloriosa, Industrial e Francesa, são exemplos de marcos históricos que colocam acuada a instituição que se auto-declarava acima de tudo e de todos. A Igreja acuada começa a rever seu poder e suas posições.

No século XIX, em meio as conseqüências da Revolução Industrial, surgem propostas de melhorar a vida dos trabalhadores. O socialismo Utópico, de Fourier; o anarquismo de Bakunin; e principalmente o socialismo científico de Marx e Engels e a teoria da luta de classes. A Igreja responde a situação com o socialismo cristão, colocando-se de novo na ofensiva. O Papa Leão XXIII lança a *Rerum novarum*, onde conclama ao cristão a responsabilidade frente a questão social. Para alguns autores como Catão, a encíclica sendo um apelo concreto e dirigido aos cristãos, ganhou proporções que não poderiam se esperar, e pode ser entendido como o gérmen, menos radical e profundo, do que viria ser a Teologia da Libertação. (CATÃO, 1983).

### 2.2.1 O Vaticano II

Convocado em 1961, pelo papa João XXIII, o Concílio Vaticano II (1962-1965) colocou, verdadeiramente, a Igreja para a questão social, participando efetivamente da situação humana, não como até então tinha atuado, mas numa prática *preferencial* pelos pobres. A Igreja, que esteve nos últimos tempos ao lado do poder, faz agora sua opção pelos oprimidos. Fazendo opção pelos pobres, a Igreja se busca se tornar mais compreensiva com as especificidades históricas dos

locais onde atua. A nova práxis da Igreja deveria se pautar pela negação de uma visão eurocêntrica como até então tinha sido, o que, nessa nova visão, se constituiu um erro, que agora não será mais admitido. Será a “unidade na diversidade” que constituirá a doutrina da Igreja dos oprimidos.

A hierarquia eclesiástica é, em parte, contestada uma vez que a Igreja é constituída de cristãos, havia de ser abandonada a eclesiologia do poder, para se constituir uma eclesiologia das comunidades cristãs.<sup>10</sup> Assumia-se a tarefa de denunciar as injustiças, a opressão, a exploração como a prática do Evangelho. Segundo Iokoi

A Pastoral Profética<sup>11</sup>, propugnava a necessidade de olhar para os homens [...] tal linha pastoral considerava que o ‘povo de Deus’ se constituía preponderantemente por oprimidos, pobres expropriados, mundo esse que estava necessitando de libertação, tornando-se o mundo em trânsito revolucionário. (IOKOI, 1996, p. 39)

A visão pastoral deve ser entendida como o agir na Igreja no mundo. De fato, a prática pastoral não é nova e sempre fora presente nas ações da Igreja. O que há de novo é que essa “nova pastoral” compreende o mundo com contraditório, desigual e injusto. Como o agir pastoral é a face prática da Igreja no mundo, essa prática só pode ser conflituosa com o que até então estava sendo praticado pela Igreja. Esta prática compreende a Igreja, assim como a sociedade que a produziu e a qual está inclusa, como contraditória. Segundo Libânio: “A Igreja é entendida como uma instituição, como um campo em que relações sociais se estabelecem com tensões, lutas, disputas, contradições” (1982, p.33). Mais à frente nos diz o autor

[A Igreja] reproduz em si mesmo essas contradições. Funciona em um dado momento, como uma caixa de ressonância dos conflitos sociais. A infra-

---

<sup>10</sup> Essa prática será concretizada com a constituição das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), como se verá mais à frente.

<sup>11</sup> Segundo definição de Gutiérrez, a prática pastoral da Igreja estaria dividida historicamente em quatro linhas: A) *Pastoral da Cristandade*, que se iniciou com a conversão do Imperador Constantino até a Idade Moderna. Considera que não há humanidade fora do Cristianismo. B) *pastoral da Nova Cristandade*, meados do século XIX. Fundamenta-se na concepção de que a Igreja deve agir nas associações civis, como partidos políticos, sindicatos, etc. cristãos. C) *Pastoral da maturidade da fé*. Nasce como uma oposição a anterior, por considerá-la próxima demais dos setores dominantes. Também refuta a idéia de que deve haver sindicatos, partidos, políticos cristãos, pois não pode haver distinção de pessoas por fé. D) *Pastoral Profética*. Segundo Gutiérrez é a que dá origem à Teologia da Libertação, pois pretende resgatar os homens que estão fora da Igreja e aproximá-la dela. Parte do princípio que a leitura do Evangelho é a denuncia das injustiças sociais. A pastoral profética deveria cumprir no continente latino-americano o que a vaticano segundo havia lhe delegado. (IOKOI, *op. cit.*)



estrutura social, a maneira como a sociedade se organiza para produzir e reproduzir os bens materiais, repercute intensamente no corpo social da Igreja. Ela é disputada pelos interesses de classe. (Ibidem, 1982, p.34).

Não seria diferente que esse acontecimento se torna com contradições, mesmo porque, o seio da própria Igreja se concretizava as contradições. Afirmamos, ainda, que o contexto do surgimento da Teologia da Libertação favoreceu para que essas contradições se evidenciassem ainda mais. Que embora a Igreja, como outras instituições, tivesse em si antagonismos, o momento específico a qual estamos nos referindo possibilitou que setores antes marginalizados no interior da Igreja tivessem visibilidade e possibilidade de ação. Como fruto da tensão, os setores tradicionais reagiram contra as proposições do Concílio, mas o contexto estava a favor da constituição de uma nova teologia. Com a tese de que a Igreja esteve operando do lado do poder, e que a verdadeira necessidade era que deveria estar ao lado dos excluídos, os setores conservadores se sentiram acuados e recuaram a uma reação mais forte, mesmo que tenha sido por um curto espaço de tempo.

O continente latino-americano se tornou propício as proposições da nova teologia, como o que foi ratificado nas conferências episcopais de Medellín e Puebla.

### **2.3 “Um vulcão em erupção”: América Latina, Medellín (1968) e Puebla (1979)**

Permanecia na América Latina o sentimento de que as idéias da Igreja não correspondiam as reais necessidades do povo. Havia o sentimento que teria de ser formulada uma teologia eminentemente latino-americana, em que fossem consideradas e respeitadas à sua história, cultural e sociedade. Em verdade, a América Latina tinha sido colonizada por países onde a religião católica era hegemônica. O catolicismo no continente se confirmou com uma ação da união da Igreja – com fins evangelizadores – e do Estado nacional – com objetivos imperialistas e econômicos.

O continente europeu e a América do Norte não se adequavam as proposições da Igreja Católica comprometida com os pobres; a Europa Ocidental e a norte-americana tinham uma forte

secularização da vida social; a Europa Oriental, tinha se materializado o socialismo militante e ateu. África e Ásia tinham histórico sócio-religioso que não dava margem a efetivar a própria lógica da Igreja Católica e, conseqüentemente, da teologia da libertação. Nesse contexto, a América Latina, pela sua história de um catolicismo mais “rústico, se colocou como propensa à aderir a nova visão teológica, uma vez que esse sentimento que já foi explicitado reinava no continente. Esse contexto, segundo Gutiérrez significava que o Continente era como “um vulcão em erupção”.

Neste sentido, no ano de 1968 ocorreu na cidade de Medellín, na Colômbia, a Conferência Episcopal de Medellín, onde se ratificou a diretriz do Vaticano II, porém adequando-o ao contexto latino-americano. Na Conferência a noção de pecado é reinterpretada e ressignificada, onde o verdadeiro pecado se materializa quando um homem explora o outro, onde a injustiça social aflora e o pecado impera. Assim, seria imprescindível o cristão denunciar e lutar contra essas injustiças de modo que estará se cumprindo o Evangelho, a mensagem de Cristo. As ações das pastorais foram ratificadas como estratégias válidas para aproximar a Igreja dos homens comuns dando margem ao nascimento de uma Igreja, eminentemente popular. Além disso, foram dadas diretrizes para a constituição das Comunidades Eclesiais de Bases, as CEBs. O respeito as culturas locais foi enfatizado. Os documentos da Conferência foram sintetizados no documento *Paz e Justiça*, organizados por Gutiérrez, Dom Helder Câmara e José Gremillior.

Em 1979, aconteceu no México a Segunda Conferência Episcopal Latino Americana, em Puebla, no México, onde foi ratificada a posição dos outros dois eventos episcopais (Vaticano II e Medellín), dando ênfase mais uma vez a situação latino-americana. A Conferência de Puebla aconteceu devido à reorganização dos setores conservadores desbancados em Medellín, e que agora queria rever as decisões. Alegavam, de que as posições tomadas em Medellín correspondiam a uma minoria do episcopado, e que as mesmas não passavam de ideologia marxista e temporal, numa instituição religiosa, como a Igreja.

As posições de Puebla foram sintetizadas no documento *Puebla- Documento*, onde foram ratificadas as posições de Medellín, dando ênfase a constituição das CEBs, a participação da Igreja em organizações políticas, movimentos populares (setoriais: mulheres, índios, rurais, entre outras). Também foram ressaltadas a importância que a Igreja do excluídos teria na evangelização da juventude latino-americana. Foi ressaltada a valor do respeito aos ateus, uma

vez que em primeiro lugar por amor a todos os homens e em segundo devido as lutas empreendidas por estes homens que a Igreja passou a ser crítica de si mesma e tomando, assim, um novo rumo. Dessa forma, a Igreja coloca como três dimensões sua prática: histórica, comunitária e cultural Os reflexos dessa prática no Brasil serão analisados com um pouco de detalhes para notarmos a especificidades do nosso país.

#### **2.4 Brasil: dos palácios à periferia**

A história coloca no caso da Igreja no Brasil que esta sempre esteve aliada aos setores conservadores da sociedade. Quando se vai às raízes históricas do país, compreende-se a postura da Instituição, ou seja, demonstra-se historicamente como esteve aliada das classes dominantes na sociedade.

Contudo, como todo o processo histórico, a contradição está posta também na Igreja Católica no Brasil e compreender a mesma longe desta perspectiva é no mínimo incorrer num erro de análise do desenvolvimento do processo histórico. No Período Colonial, a coroa portuguesa e a Igreja, caminharam juntas na condução do poder, porém não puderam conter focos de nacionalismo, o que em parte coloca em questionamento o poder hegemônico da Igreja.No Império, o regime de Padroado coloca a Igreja com o problema referente a sua autonomia, pois se vê cada vez mais a atuação do imperador nas questões da Igreja. Exemplos como a prisão de D. Vital bispo de Olinda e de D. Macedo, de Belém. Na história do Brasil, com o desgaste do poder imperial, a chamada “Questão Religiosa” – assim com a militar – foi um dos fatores que influenciaram na derrocada do império É interessante frisar que no Brasil que a Igreja comemora a constituição do Estado laico, com o fim do Império e a conseqüente proclamação da República em 1889, e precisamente isso estará explicito na constituição de 1891.<sup>12</sup> A partir desse caráter mais autônomo, a Igreja começa a se reestruturar e a contestar o poder perdido em 1891. Quando Getúlio Vargas chega ao poder com a Revolução de 30, o Cardeal do Rio de Janeiro, D. Leme coloca-se em favor do regime instalado, o que de certa forma materializa a tentativa de reconquistar parte do poder perdido em 1891.

---

<sup>12</sup> A Constituição de 1891 previa entre outras coisas, o Estado laico, a liberdade de culto religioso e a secularização da educação.

No final dos anos 1940 e no início da década seguinte, é que a Igreja Católica no Brasil toma um rumo mais avançado frente aos problemas da realidade. A criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1952, tendo com seu secretário o Bispo de Olinda, Dom Hélder Câmara, representante da ala progressista da Igreja, constituiu um dos fatores importantes para essa virada nos rumos da Instituição. Também surge nessa época diversas entidades de leigos, ligados a Igreja, como a Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Universitária Católica, o Movimento de Educação de Base (MEB), onde se toma a perspectiva de luta pelo socialismo com necessidades e práticas cristãs.

Exemplos de outras organizações leigas existiram no passado, porém eram fortemente controladas pela hierarquia eclesial <sup>13</sup>. Isso se constituiu Na materialização de um avanço na posição frente a maior penetração do capital internacional no país. Exemplo dessa crítica radical ao capitalismo se verifica no documento da JUC no seu Congresso em 1954, com o tema “O Estudante e a Questão Social”. No documento-base do Congresso: “Algumas Idéias-força para um Ideal Histórico do Povo Brasileiro”, são explicitadas diversas críticas aquilo que consideram o principal mal do problema brasileiro, e mundial: o sistema capitalista. Segundo citação no texto de Lowy (1991), as críticas são assim expressas

Nós devemos dizer, sem ambigüidade ou hesitação, que o capitalismo historicamente realizado, não merece senão a condenação cristã. É necessário Justificar isso? Será suficiente lembrar aqui algumas alienações da pessoa humana, característica da situação capitalista concreta: a redução do trabalho humano à condição de mercadoria; a ditadura da propriedade privada, sem atenção às exigências do bem comum; o abuso do poder econômico; a concorrência desenfreada, de um lado, as práticas monopolistas de toda sorte do outro; a motivação primeira concentrada no espírito do lucro. (LOWY, 1991, p. 52-53)

No seio a Igreja, como já foi dito, se travava uma luta interna entre uma ala pequena e ultra-reacionária, representada por Dom Sigaud e Dom Carlos Maya; a ala influente encabeçada pelo Cardeal Barros Câmara; e a ala progressista e mais atuante com o Bispo D. Hélder Câmara. A essa contradição pode-se citar que durante a última sessão do Concílio Vaticano II (1965) ocorreu uma Assembléia Geral da CNBB onde foi formulado o Plano de Emergência da CNBB e

---

<sup>13</sup> Como exemplo pode-se citar a União Popular (Minas, 1909); Liga Brasileira das Senhoras Católicas (1910); Aliança Feminista (1924); Círculos Operários (1930); Ação Católica Brasileira (1935).

Plano de Conjunto, onde se reafirma a luta contra o comunismo ateu, mas reafirma também a importância de aproximar a Igreja dos excluídos. Assim, a constituição dessas organizações leigas é de suma importância para se compreender a que ponto a luta avançava no seio da instituição. Um dos exemplos mais claros foi a constituição do Movimento de Educação de Base (MEB), que seguindo à metodologia de Paulo Freire tem como meta organizar e educar o povo pelas bases.

Como costumam frisar alguns teóricos sobre a constituição dos movimentos sociais, cada vez que a repressão e a reação aumentam, os movimentos também avançam na luta para o que configura senão a concretização da luta de classes. Sendo assim, o MEB e a JUC, fundam em 1961 a Ação Popular (AP), e nesta nota-se a face mais crítica e radical do movimento de leigos católicos no Brasil. Além de aprofundar a crítica ao capitalismo, utiliza a bandeira do socialismo marxista como método de análise e ação, e por vezes se afastando do catolicismo. Uns dos seus objetivos ficam bem mais explícito ao longo de sua trajetória: a transformação da sociedade se dá através da luta revolucionária, da conscientização e organização das massas e da ruptura com o imperialismo. A Ação Popular tem, também, como interpretação um forte sentimento de apartidarismo, primeiro por considerar que a lógica partidária não respeita as especificidades do local onde atua, e, segundo, por analisar o prejuízo causado pela monolítica e monopartidária condução da União Soviética. Portanto, a atuação da AP, avança na concepção de luta da chamada esquerda católica, mas não deixa de estar em muitos momentos “amarrada” aos limites do socialismo cristão e da Igreja Católica.

#### **2.4.1 O Golpe Militar e à Igreja**

Como já foi dito, em 1964, os militares tomam o poder e a oposição dos movimentos sociais é duramente reprimida. A CNBB apóia o golpe militar, “em defesa da cultura ocidental, da família e contra o comunismo ateu”. É importante ressaltar que muitos bispos influentes da Igreja se colocam contra o golpe, com D. Hélder Câmara, D. Cândido Paim, D. José Maria Pires. A Ação Popular faz uma luta muito mais radical e se afasta do cristianismo. A repressão entra nos setores mais avançados da Igreja, e, inicialmente, os setores conservadores se calam frente a

situação. Mesmo assim, a ala progressista avança e apóia a guerrilha da Aliança Libertadora Nacional, que tinha como principal líder Carlos Marighela. Outros se vinculam fortemente ao movimento estudantil, o que faz com que a repressão seja maior nos meios eclesiásticos, e a ala conservadora se cala. Conforme afirma Iokoi

A violência da repressão aproximou os militantes religiosos dos membros da juventude comunista e assustou a hierarquia da Igreja, que procurou agir cautelosamente, reafirmando a necessidade da legalidade da ação policial [...]. (IOKOI, 1996, p.38)

Um fato nos esclarece a repressão: em agosto de 1967, o governo militar proibiu a realização do Congresso da União Nacional dos Estudantes que mesmo assim ocorreu no Convento de Vinhedos, em Campinas. A polícia invadiu o local, e prendeu onze padres, e em 1º de agosto o frei da Francisco de Araújo, da Ordem dos Dominicanos foi preso no Convento de Perdizes.

Com todo esse conflito entre Igreja e o Estado, a primeira não poderia mais se calar, e em 1967, é elaborada a “Carta aos Bispos”, em que se colocou como central a articulação da Igreja com o “povo de Deus”. A Igreja dos Oprimidos passa a fazer, num tempo de repressão e conseqüentemente de refluxo dos movimentos sociais, o principal papel de articulação desses movimentos. A Igreja avançando na defesa dos direitos sociais passa muitas vezes a fazer o papel de mediadora entre os camponeses e o Estado, na defesa para lutar pelos direitos dos primeiros. O artigo no Estatuto da Terra, que diz respeito a função social da terra, foi em grande parte, fruto dessa atuação preferencial pelos pobres, e que colocou a luta pela Reforma Agrária num plano legal e legítimo.

As críticas ao regime militar se aprofundam, e a CNBB coloca em xeque o modelo autoritário de desenvolvimento do país. O documento “*eu ouvi os clamores do meu povo*”, de 1973— no auge do governo militar e do “Milagre Brasileiro” - que fala sobre os problemas do Nordeste e do Centro-Oeste, vai na linha de se torna o mais radical documento elaborado pela Igreja em todo o mundo. No documento, a contestação ao sistema capitalista que gera a desigualdade e a exclusão social é colocada de forma mais explicitas vista até então.

## 2.5 Vaticano II, Medellín e Puebla no Brasil: A práxis

No Brasil, a CNBB coloca em prática muito do que se havia discutido nas Conferências Episcopais de Medellín e Puebla – em consequência do Vaticano II. Como já foi explicitado, foi de fundamental importância a atuação da CNBB na exigência de que a terra deveria cumprir sua função social, expressa no Estatuto da Terra. Também, foi enorme o impacto das Comunidades Eclesiais de Base – as CEBs - que segundo Frei Betto

As CEBs são um novo modo de ser da Igreja e um novo modo de a Igreja ser, a partir dos pobres. Nem todos os participantes vivem em condições de pobreza, mas o direito dos pobres centraliza a sua espiritualidade. Não se restringem à animação da fé. Na linha do amor ao próximo, criam projetos alternativos para minorar o sofrimento do povo [...] (BETTO, 2000, p.39).

Desse modo, as CEBs foram incorporadas ao cotidiano do povo, que se constituíram espaços onde se reuniam para discutir a Bíblia a luz da realidade em que viviam. O debate democrático que se trava no interior dessas comunidades, foi ao nosso ver, o maior responsável para que sua experiência fosse reproduzida em muitas partes desse País. Essas comunidades alcançaram aproximadamente o número de cem mil, unindo em torno de dois a três milhões de pessoas. Também é forte a presença e a atuação das mulheres nessas comunidades. A CNBB atuou junto também na realidade, criando assim diversos organismos autônomos em relação a ela, mas que conta com seu apoio. Os casos mais expressivos são a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Conselho Missionário Indígena (Cimi) e a Comissão de Justiça e Paz (CJP)<sup>14</sup>. Segundo Iokoi

As regionais também formaram com grupos de leigos, órgãos anexos a CNBB, tais como a Comissão de Justiça e Paz (nacional e regional), Conselho Missionário Indígena, Comissão Pastoral da Terra, entre outros, para que assumisse tarefas temporais. (IOKOI, 1996, p.47).

---

<sup>14</sup> Vamos mais à frente dar uma maior análise à Comissão Pastoral da Terra, pois se trata de uma entidade que se relaciona com o movimento social em estudo, no caso a Coordenação Estadual dos Trabalhadores Acampados e Acampados (CETA).

Então, pela prática pastoral a Igreja aprofunda ainda mais os vínculos com o povo. Limitamo-nos neste trabalho a comentar a Comissão Pastoral da Terra, dada a sua relação com a problemática deste trabalho.

## **2.6 A Igreja e à Questão agrária**

Dentre as diversas faces históricas que a Igreja dos Oprimidos tem assumido no campo, a formação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), é uma das que mais se destacou. Em nenhum outro momento de sua trajetória histórica, a Igreja tinha se empenhado e assumido tristezas e esperanças de estar ao lado trabalhadores e expropriados rurais, quanto tem sido a prática da CPT. Como, já foi explicitado, o presente trabalho tem como foco de pesquisa a CETA, mas para isso é necessário fazer uma digressão no tempo para perceber a atuação da gestação, a formação e a atuação da CPT, enquanto prática pastora concreta. Dessa forma, analisaremos historicamente as diversas contradições que culminam nessa prática, tanto do ponto de vista nacional, com a formação da CPT nacional, e da formação da Regional Nordeste III da CPT, que congregam os estados da Bahia e de Sergipe.

### **2.6.1 “Eu ouvi os clamores do meu povo”**

No documento que já mencionamos, e que acima parafraseamos o título, estão esboçados a prática da pastoral: “ver, julgar e agir”. Com isso, nasce a CPT, órgão oficioso da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com uma prática de estar do lado dos oprimidos, do povo de Deus. Assim no ano de 1975 – época do governo Geisel (1974-1979) – nasce uma Comissão para apoiar e reivindicar os direitos dos trabalhadores do campo. As práticas pastorais indicadas



nos documentos de Puebla e Medellín já colocavam os diversos campos de ação da nova Igreja. Dentro dessas linhas em que a Comissão deveria atuar estava o campesinato.

Porém, numa época de refluxo dos movimentos sociais – devido a repressão – esses próprios setores da Igreja estavam desorganizados. Numa tentativa de manter contatos entre os bispos e padres que tinham feito a opção preferencial pelos pobres, e que não estavam organizados, é que surge uma movimentação para resolver esse problema da falta de articulação, que num primeiro momento atua a partir da troca e discussão de documentos que giram por todo o país<sup>15</sup>. Este esforço de articulação culminou no Encontro de Articulação, ocorrido no Centro de Estudos e Ação Social (Ceas), na cidade de Salvador, Bahia. Dentre outros temas, foi debatido a possibilidade de se criar, a partir daquela articulação, uma nova ação eclesial que atuasse no campo. Esse Encontro foi realizado em fevereiro de 1974. Estavam presentes padres, leigos, sindicalistas, bispos de vários locais entre eles D. Tomás Balduino, bispo de Goiás, D. Hélder Câmara, bispo do Rio de Janeiro. Na época não foi confeccionado nenhum relatório, pois os presentes temiam a repressão, o que naquele momento de articulação seria um grande prejuízo para a tarefa histórica que estava sendo proposta.

A criação da CPT está estreitamente vinculada a ação da Prelazia de São Félix do Araguaia, e do seu bispo, D. Pedro Casaldáliga. Com a abertura das fronteiras agrícolas, o capital avançou sobre a região amazônica e o bispo de São Félix se colocou ao lado dos oprimidos, dos peões, dos posseiros, dos índios, enfim, de todos aqueles injustiçados pela política agrícola excludente praticada pelo governo militar. Isso atraía a fúria dos latifundiários, e dos grandes proprietários, que viam nessa resistência um entrave ao desenvolvimento das forças produtivas, e acumulação do capital. Nesse processo de contradições, a disputa por aqueles que querem a terra para tratá-la com reserva do capital, e os viam nela uma possibilidade de começar outra história se acirram. Desse modo, foi convocado por D. Pedro Casaldáliga o “Encontro Pastoral da Amazônia Legal”, em 1975, em que se discutiram principalmente as implicações da política agrícola do governo no conjunto e no modo de vida dos camponeses da região. Assim, foi proposta a criação de uma Comissão de Terras para poder articular e assessorar os movimentos sociais do campo. O encontro foi marcado por um clima de tensão, pois estavam presentes do

---

<sup>15</sup> Esse movimento só não teve tanta repercussão pela repressão da época, o que impedia com que esses documentos chegassem em diversos locais. O interessante, é que outros países tiveram contatos com esses documentos, que de uma forma serviu para dar uma mais visibilidade ao movimento.

lado de fora agentes do Serviço Nacional de Informações (SNI), uma espécie de polícia política do regime militar, capangas dos grileiros e latifundiários. Essas formas de intimidação e repressão aconteciam em plena luz do dia, como o claro objetivo de tentar coagir os presentes no encontro. Mais tarde, como proposição do Encontro, o termo “Pastoral” foi acrescentado para ratificar o caráter religioso e eclesial da Comissão.

A Comissão Pastoral da Terra é um órgão oficioso da CNBB, com autonomia perante esta, e a ela se liga pela relação com os oprimidos. Essa relação com a CNBB tem de certo modo gerado questionamentos quanto a autonomia e alcance de suas práticas pastorais. Dentre os objetivos da CPT é apoiar as lutas dos movimentos sociais e evangelizar os trabalhadores, a partir da compreensão da força histórica dos pobres; assessorar a luta dos movimentos sociais; articular os movimentos; respeitar a religiosidade popular dos lugares que atua; fortalecer e articular a prática do ecumenismo. Uma das primeiras atuações da CPT foi cobrar das autoridades o cumprimento do Estatuto da Terra (1964) em que se garantia a função social da terra. Também há de se avaliar a cobrança do Estatuto do Trabalhador Rural (1962).

Na Bahia, como em muitos estados, já havia um trabalho junto aos camponeses antes da formação da CPT, em 1976, no governo Roberto Santos. A construção da Barragem do Sobradinho, em Juazeiro foi o estopim para a necessidade de se formalizar uma comissão que estivesse ao lado do povo oprimido. Foi a CPT que lutou junto aos trabalhadores para que fossem indenizados e que seus direitos fossem respeitados.

O documento intitulado “Igreja e Problemas da Terra”, de 1980, construído pela CNBB foi um marco na intervenção da Igreja na questão agrária. O principal ponto foi a distinção entre terra de negócio e terra de trabalho. A primeira como sendo aquela utilizada pelos grandes proprietários, com incentivo do Estado; a segunda era “terra prometida”, pois a sua utilização pelos camponeses gerava a vida.

Em entrevista, Frei Luciano Bernardo, da CPT-NE III, muito claro ao expressar a situação na Bahia no momento do surgimento da CPT na Bahia

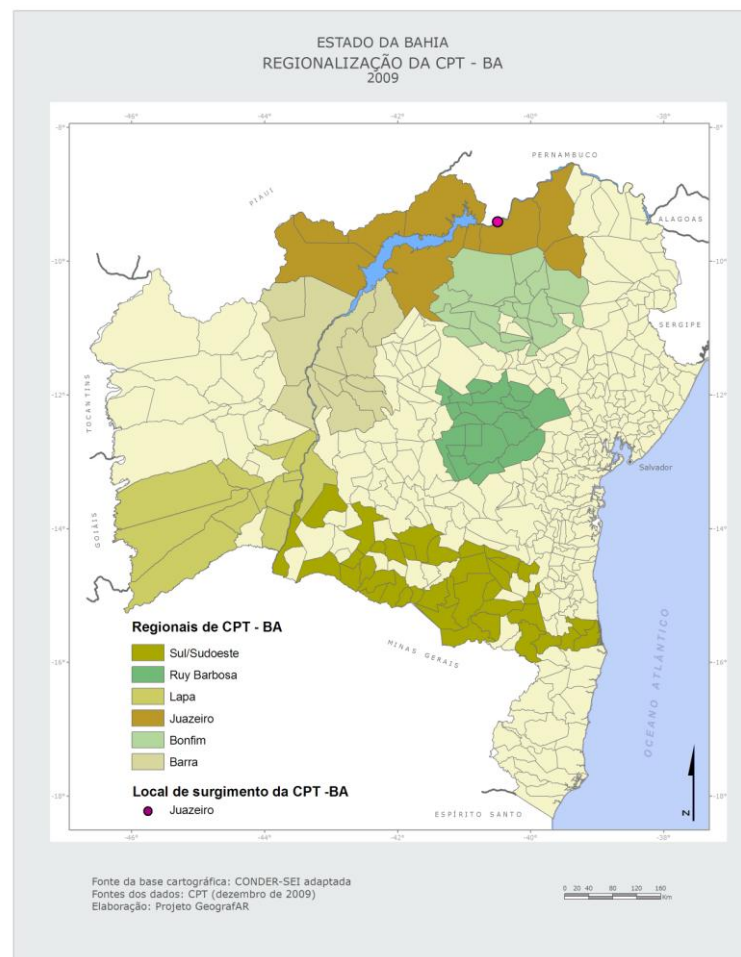
**Frei Luciano:** - Então, [os religiosos] descobriram esses grandes valores [de solidariedade], e também teve animadores, animadoras, leigos, leigas, padres, irmãs, religiosas, bispos, que mergulharam na realidade do povo, que é como uma faísca. E aí a pessoa então assume esta metodologia que acabei de

descrever [de serviço]. Foi isso que provocou esta mudança, foi o mergulho na realidade e na vida do povo. Porque, 30 anos atrás, quando nasceu a CPT, quando tinha a teologia da libertação, estávamos num momento, eu diria trágico, em que o capitalismo mundial descobria o valor da terra, e aí penetrava de uma forma arrasadora e acabando, destruindo a vida de centenas e centenas de famílias que tinham vivido como posseiros na maior tranqüilidade. Não eram ricos mais viviam em paz na terra que valia pouco, entre aspas, naquele tempo, que não era tão valorizada.

(CPT – Bahia, pesquisa de campo, janeiro de 2006)

A CPT então passou a ocupar um posto importante na articulação das lutas camponesas na Bahia durante as décadas de 70, 80 e 90 do século XX. Muitos exemplos poderiam ser discutidos, mas preferimos partir à uma análise mais concreta da atuação da CPT, ou seja, a formação do Movimento CETA. Como nos afirma Paiva: “[...] não é possível pensar a história do movimento dos trabalhadores rurais sem uma referência obrigatória à Igreja” (PAIVA, 1985, p.18-19).

A figura 1 expressa a capilaridade da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Bahia



**Figura1: Regionalização da Comissão Pastoral da Terra - Bahia**

### 3 CETA – FORMAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO

Antes de analisar o surgimento e a evolução do Movimento CETA, achamos pertinente apresentar o contexto agrário que possibilitou o seu nascimento.

Nesse processo, a sociedade brasileira passa por modificações importantes, destacando o fim do regime militar, em 1985, e o surgimento da chamada “Nova República”. Esse novo período apontava uma possibilidade de participação da política da sociedade. A reforma agrária volta à cena política com surgimento de novos movimentos sociais e organizações populares que reforçariam as já existentes na defesa da democratização do acesso a terra.

Se por um lado houve insurgência dos movimentos em torno da questão da democratização do acesso a terra, por outro as classes hegemônicas também se organizam na tentativa de travar qualquer possibilidade de avanço na reforma agrária. A criação durante o Governo de José Sarney do Ministério de Reforma Agrária e Desenvolvimento Agrário e a criação do I Plano Nacional de Reforma Agrária, o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MTS, em 1984, são elementos mais que suficientes para que as classes dominantes radicalizassem a organização, criando a União Democrática Ruralista, (UDR). Essa organização mostraria o seu poder ao longo da “Nova República”: tanto na Constituinte, e mais a frente no Congresso Nacional, os ruralistas se organizam para barrar qualquer avanço pela democratização da posse da terra.

Durante o Governo Sarney (1985-1989) foi proposto o I Plano Nacional de Reforma Agrária, com o apoio da Confederação dos Trabalhadores em Agricultura, (CONTAG). O Plano foi lançado com muitas propostas e com um forte discurso ideológico, entre eles, acusando os latifundiários por vários problemas que atingiam a população do País Um dos pontos fortes do Plano era criar áreas prioritárias (tipo zonas) de assentamentos rurais. Como tantas outras, essa proposta não se efetivou e o que se viu foi a criação de assentamentos pontuais, em áreas onde os conflitos era mais fortes e explícitos. Cabe ressaltar que a proposta do Plano causou conflitos entre os próprios movimentos sociais do campo, fato que sempre foi recorrente na histórica relação entre Estado e movimentos sociais: fragmentar para desintegrar a luta. Conforme nos afirma Medeiros

Assim, por exemplo, enquanto a CONTAG apoiou a proposta, dando um voto de confiança ao novo governo e descartou as ocupações de terra, o MST, no mesmo dia de seu anúncio, fez uma série de ocupações em Santa Catarina,

visando realizar uma demonstração de forças, sinalizar suas desconfianças em relação às promessas no novo governo e pressioná-lo a cumpri-las, mas também se colocar como principal porta-voz dos trabalhadores em terra e da luta pela reforma agrária. (Ibidem, 2003, p.36)

Conforme a tabela 1, o objetivo central do Plano era assentar mais de um milhão de famílias em cinco anos.

**Tabela 1**  
Proposta de Famílias a serem assentadas no  
I Plano Nacional de Reforma Agrária

<b>Período</b>	<b>Famílias Beneficiadas (em mil)</b>
1985-1986	150
1987	300
1988	450
1989	500
<b>Total</b>	<b>1.400</b>

Fonte: FELICIANO, 2006.

Elaboração: Projeto GeografAR, 2008.

Vê-se que a proposta era ousada e se não alterava de forma substancial com a estrutura agrária brasileira, enfrentava consideravelmente a questão do acesso à terra no país. Como forma de contra-ofensiva, os latifundiários, organizados pela Confederação Nacional da Agricultura e pela Sociedade Brasileira, contra-atacaram. Segundo Feliciano,

A UDR firma-se como um movimento dos latifundiários contra a implantação do Plano de Reforma Agrária, já quando fora proposto no Congresso da CONTAG, além de se caracterizar como uma força que usava métodos violentos para conter as manifestações dos movimentos sociais que reivindicavam a democratização do acesso à terra (Ibidem, 2006. p.41).

O I PNRA, com muitas alterações foi aprovado, manteve-se a meta de assentar 1.400.000 famílias, mas buscaram-se formas de não concretizar esse número, ao ponto de ao fim do governo Sarney, assentar 69.778 famílias, menos de 5% da proposta. Entre outras coisas, o I PNRA permitiu evidenciar que as estruturas burocráticas brasileiras permaneciam inertes à situação da estrutura fundiária do País, bem como transparecendo ser impossível a existência de um diálogo – para além das formas de cooptação – com os movimentos sociais.

Nos Governos Collor (1989-1992) e Itamar Franco (1992-1994) a agrária fora quase que esquecida, onde a ação mais efetiva foi a regularização fundiária no primeiro e a criação de 152 projetos de assentamentos no segundo, beneficiando pouco mais de 23 mil famílias. Podemos apenas pontuar que no final do Governo Itamar fora editada a Lei 6.829/1993, que regulamentou o processo de desapropriação de terras no País. Somente propriedades acima de 15 módulos fiscais seriam passíveis de desapropriação, e estas eram passíveis de decisões judiciais. No nosso entendimento, está nesta lei o que se chama, hoje, de “judicialização” da questão e da reforma agrária.

O Governo FHC (1995-2002), como veremos, pauto-se no objetivo de minar as lutas sociais, promovendo um processo de cooptação das lutas, propondo uma reforma agrária “consensual e conversada”. No entanto, cabe-nos, antes de analisar o processo de gestação do Movimento, inserir as condições da propriedade da terra no Brasil.

Nesse quadro de conflitos os dados do Índice do Gini da Estrutura Fundiária do Brasil nos apresentam a confirmação do que se tem dito até agora. A estrutura fundiária é a representação de como as classes sociais se apropriam do espaço. Apesar dos dados parecerem quantitativos, os números expressam a correlação de forças existente na sociedade brasileira, que faz com que a terra esteja concentrada nas mãos de poucos. Conforme representam tabela 2 e figura 2, nos quais se demonstra a estrutura fundiária do Brasil em 1995/96<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> O IBGE realizou, em 2007, o Censo Agropecuário, no entanto como esses dados ainda não foram divulgados, ainda estamos trabalhando com os dados antigos. A utilização desses dados não prejudica a análise haja vista que podemos perceber que a situação da estrutura fundiária, mesmo com a criação de inúmeros assentamentos não se modificou. Em alguns casos, como a Região Oeste da Bahia, pelo avanço do plantio de soja, e na Região Sul, como o avanço da plantação de eucalipto acredita-se que houve um aumento na concentração da terra.

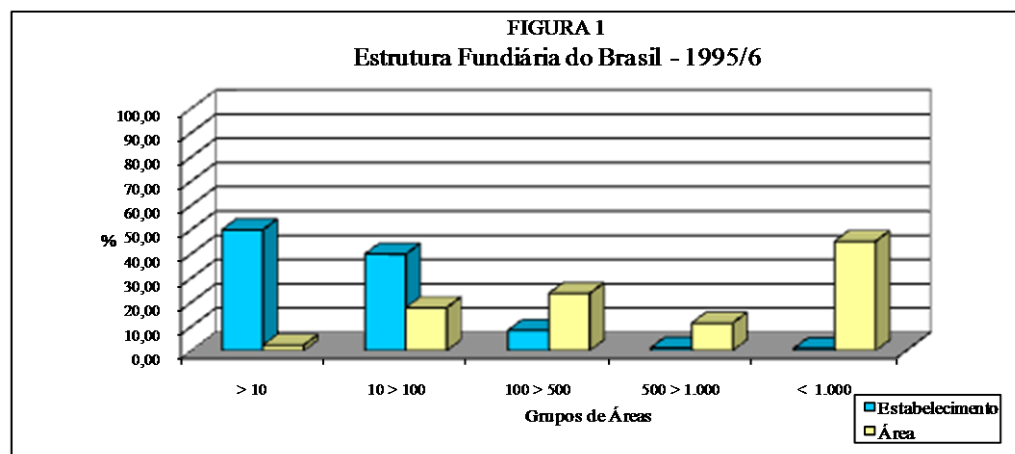
**Tabela 2**  
Brasil – Estrutura Fundiária ,1995

GRUPOS DE ÁREAS	n.º de estabelecimentos	%	Área (em hectares)	%
Menos de 10	2.402.374	49,66	7.882.194	2,23
10 a menos de 50	1.516.112	31,35	35.237.833	9,97
50 a menos de 100	400.375	8,28	27.455.753	7,76
100 a menos de 200	246.314	5,09	32.919.190	9,31
200 a menos de 500	165.243	3,42	50.436.030	14,26
500 a menos de 1.000	58.407	1,22	40.186.297	11,37
1000 a menos de 2.000	28.504	0,6	38.995.636	11,02
2.000 a menos de 5.000	14.982	0,3	44.178.250	12,49
5.000 a menos de 10.000	3.688	0,08	54.997.369	7,07
10.000 a menos de 100.000	2.147	0,04	43.031.313	12,17
100.000 a mais	37	0,0007	8.291.318	2,35
<b>TOTAL</b>	<b>4.838.183</b>	<b>100</b>	<b>353.611.246</b>	<b>100</b>

Fonte: Censo Agropecuário de 1995/1996

Elaboração: Projeto GeografAR - 2009

**Figura 2: Estrutura fundiária do Brasil, 1995-96.**



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 1995/96.  
Elaboração Projeto GeografAR.

Na Bahia a história da propriedade e do acesso a terra funde-se com o do Brasil. Abaixo poderemos ver a concentração fundiária da Bahia. Na tabela 3 estão representados os estabelecimentos agropecuários e no quadro 1 o Índice de Gini para o Estado da Bahia.

**Tabela 3.**

Estrutura Fundiária – Bahia 1995/96

Grupos de área total (ha)	Nº de Estabelecimentos	%	Área (ha)	%
> 10	401.734	57,48	1.373.886	4,60
10 > 100	251.752	36,02	7.534.252	25,25
100 > 500	37.078	5,31	7.408.480	24,82
500 > 1.000	4.796	0,69	3.219.130	10,79
< 1.000	3.563	0,51	10.307.151	34,54
<b>TOTAL</b>	698.923	100,00	29.842.899	100,00

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1995/96.  
Elaboração Projeto GeografAR.,2006.

**Quadro 1.**

Índice de Gini da Bahia 1920 a 1996

Índice de Gini	Bahia
1920	0,734
1940	0,784
1950	0,794
1960	0,779
1970	0,795
1975	0,805
1980	0,821
1985	0,835
1995/6	0,829

Fonte: IBGE. Censos Agrícolas e Agropecuários de 1920 a 1995/6.  
Elaboração Projeto GeografAR.,2006.



A análise do Índice de Gini da Bahia, entre os anos de 1920 e 1996, permite perceber evidentemente que a concentração fundiária tem se acentuado<sup>17</sup>. Mesmo a partir da década de 90, do século XX, quando houve uma maior pressão dos movimentos sociais a Reforma Agrária realizada pelo Estado brasileiro não muda a estrutura fundiária, pelo contrário: no período a estrutura tem sido mais concentradora.

Nesse quadro de concentração da posse da terra é que os movimentos sociais permanecem na história. No Brasil é fundado, na cidade de Cascavel, Paraná, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST. Na Bahia, o MST surge em 1987, no Litoral Sul, o território mais conflituoso do Estado. Em 1976, durante o Governo de Roberto Santos, surge à Comissão Pastoral da Terra na Bahia.

E, dessa forma, outros movimentos e organizações populares vão surgindo com o objetivo de pressionar o Estado realizar a democratização do acesso a terra. Entre eles o Movimento CETA que surge em 1995, a partir de acampamentos e assentamentos acompanhados pela CPT, em especial no Médio São Francisco. É neste quadro, de concentração da terra e de lutas sociais que surge o Movimento CETA.

Partindo da compreensão, segundo a qual para atuar na realidade é preciso conhecê-la, a CPT na Bahia, na reunião do seu Conselho, em dezembro de 1994, resolveu realizar uma pesquisa com o objetivo de diagnosticar a situação das áreas em que trabalhava. De antemão, pelo acompanhamento que vinha fazendo há muitos anos, a entidade já esperava o resultado: conflito pela posse da terra falta de infra-estrutura básica e para produção, problemas de acesso a crédito, entre outros. O problema dos conflitos fundiários já era notado pelos agentes das entidades, imprensa, órgãos públicos, e principalmente pelos trabalhadores que sofriam com a realidade que permeia o campo, não só na Bahia, mas em todo o país.

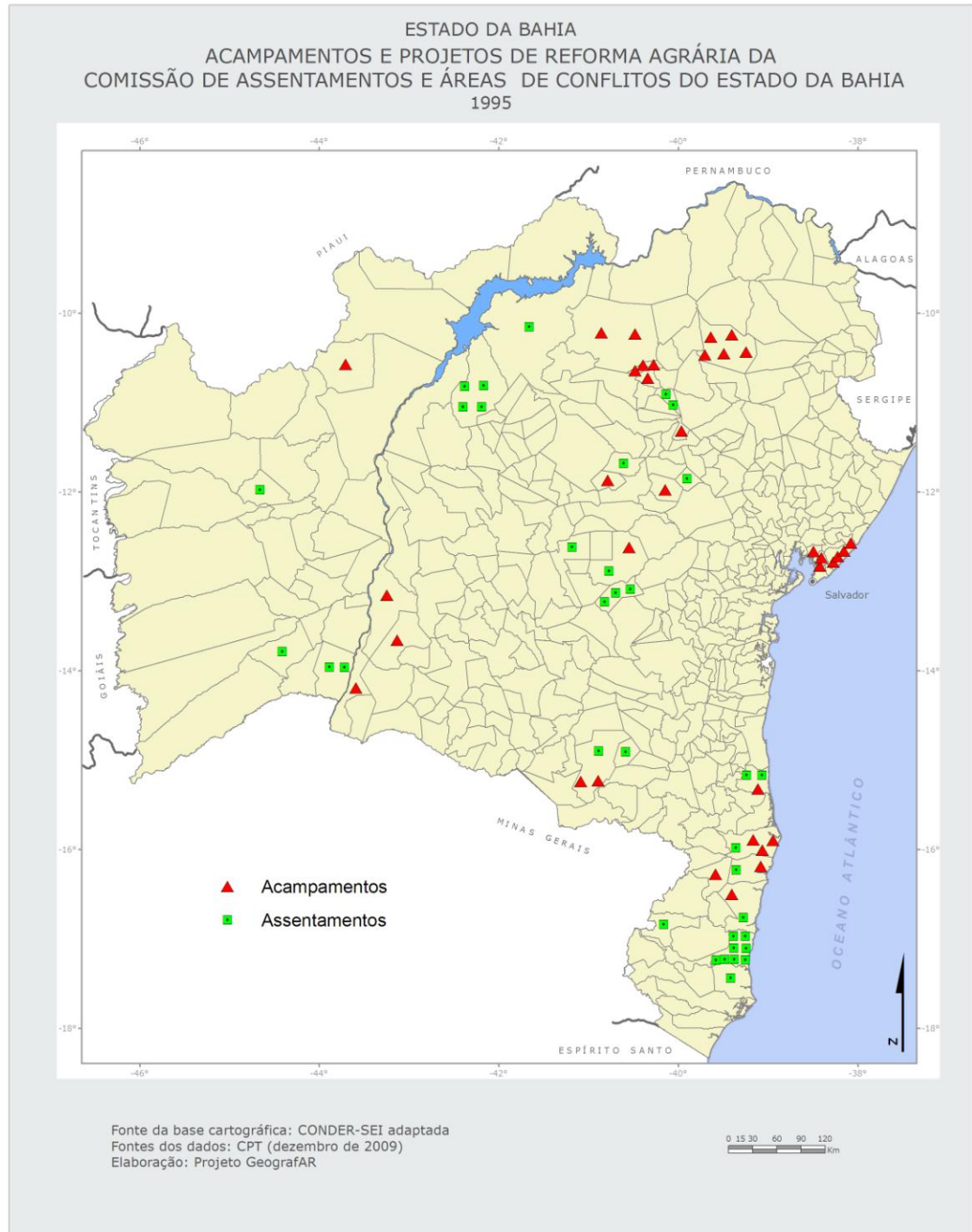
Deste modo, a realização visava ter um diagnostico mais preciso desta realidade. A pesquisa foi dividida em dois grandes blocos: “áreas de ocupações e conflitos” e “áreas de

---

<sup>17</sup> COEFICIENTE OU ÍNDICE DE GINI: possibilita mensurar o grau de concentração ou desigualdade de uma distribuição, neste caso da terra. Esse Índice é uma unidade variável adimensional, apresentando valores compreendidos entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 0, indica menor grau de concentração, uma distribuição equitativa. Quanto mais próximo de 1, maior o grau de concentração. Para interpretação do Índice de Gini é utilizada a classificação de Lourival Câmara (Boletim Geográfico n.º 77, agosto de 1949).

0,000 a 0,100 = concentração nula  
 0,101 a 0,250 = concentração nula à fraca  
 0,251 a 0,500 = concentração fraca à média  
 0,501 a 0,700 = concentração média à forte  
 0,701 a 0,900 = concentração forte à muito forte  
 0,901 a 1,000 = concentração muito forte à absoluta.

assentamentos”. Foram então realizadas pesquisas em 35 áreas de ocupações e conflitos e foram pesquisadas 37 áreas de assentamentos, totalizando 72 áreas pesquisadas, conforme figura 3 seguir.



**Figura 3: Espacialização dos Assentamentos e Áreas de Conflitos da  
Comissão de Assentamentos e Áreas de Conflitos – Bahia**

### 3.1 Às áreas de Conflitos e Ocupações

Analisando os principais resultado da pesquisa pode-se observar a situação dessas áreas. Começado pelas áreas de ocupações e conflitos, tem-se os seguintes dados: 65,71% dos conflitos e referiam à posse de terra, enquanto outros 34,26% eram ligados à ocupação de terra. O total dessas áreas chegaria a em torno de 30 mil hectares, em média 850 há cada uma. O número e famílias envolvidas giravam em torno de duas mil famílias, uma média de 60 famílias por área<sup>18</sup>. A área disputada por cada família era, em média, de aproximadamente de 15 ha, isto é, estaria, deste modo, abaixo do módulo fiscal de muitas regiões do Estado. Em 30 áreas, correspondendo a 85% dos casos pesquisados, os conflitos tinham se iniciado nos anos 1980-1990, enquanto somente em três casos (9%) já eram conflitos mais antigos, iniciado nos anos de 1960 e 1970, enquanto os outros dois não se tinha notícias de quando tinha se iniciado os conflitos. Na pesquisa também foi registrada que a violência se dava de diversas formas: intimidações, destruição de roças e lavouras, ofensas morais, ameaças de morte, entre outros. Na maioria desses casos, quando eram denunciados, os processos estavam parados.

Nessas áreas, os problemas com infra-estrutura básica (casas, escolas, saneamento básico, entre outros) e problemas com relação à produção e comercialização dos produtos eram alarmantes. Havia uma procuração dos trabalhadores com o acesso à água (40%) com casas (30%); com escolas e creches (20%); e capelas (10%). O quadro 2 abaixo apresenta as áreas de ocupações e acampamentos pesquisados

---

<sup>18</sup> É importante salientar que desde a realização da pesquisa até a sua discussão no Encontro de 1995 esses numero já tinha subido para 3.000 famílias, um aumento de mais de 50%.

**Quadro 2**  
Estado da Bahia  
Ocupações e Acampamentos pesquisadas, 1995

<b>Município</b>	<b>Nome</b>
Antônio Gonçalves	Fundo de Pasto Mucambo
Antônio Gonçalves	Brejo da Grota
Antônio Gonçalves	Lagoa Grande
Belmonte	Fazenda Areias
Belmonte	Fazenda Bacamarte
Belmonte	Disneilândia
Boa Vista do Tupim	Fazenda Crispim
Bom Jesus da Lapa	Fazenda Vale Verde
Buritirama	Fazenda Redenção/Crispim
Camaçari	Fazenda Santa Maria
Camaçari	Loteamento Bosque Juá
Camaçari	Jóia do Rio
Camaçari	Fazenda Boa Esperança
Campo Formoso	Fazenda Serra Geral
Campo Formoso	Casa Nova
Candeias	Fazenda Petecaba
Capim Grosso	Fazenda Rio do Peixe
Eunápolis	Palmares/Picada
Itaguaçu da Bahia	Fazenda Santa Isabel
Malhada	Fazenda Pau Dárco e Parateca
Monte Santo	Fazenda Monte Alegre
Monte Santo	Lagoa da Ilha
Monte Santo	Lagoa do Pimentel
Monte Santo	Paredão do Sou
Monte Santo	Poço do Biri
Pindobaçu	Fazenda Lutana
Porto Seguro	Coqueiro Alto
Riacho de Santana	Fazenda Brejo São José
Santa Cruz Cabrália	Camuruji
Simões Filho	Fazenda Telha
Simões Filho	Engenho Novo
Tapiramutá	Fazenda Santa Cruz
Uma	Cajueiro II
Vitória da Conquista	Fazenda IBC
Vitória da Conquista	Fazenda Paixão

Fonte: CPT (dezembro de 2008)

Elaboração: Projeto GeografAR, 2008.

### 3.2 A situação nos Projetos de Assentamentos (PA)

Nos assentamentos de reforma agrária a situação era precária. A falta de compromisso do Estado era notável. O primeiro dado que chama atenção foi que das 37 áreas pesquisadas, 29 estavam acompanhadas pelo INCRA, e outras oito áreas não constavam como áreas oficialmente desapropriadas pelo INCRA, isso porque eram processos de desapropriações a partir do governo estadual.<sup>19</sup> As regiões pesquisadas foram: Extremo Sul, Paraguaçu, Irecê, Chapada, Sudoeste, Sul, Oeste, e Baixo Médio São Francisco<sup>20</sup>.

A área envolvida era aproximadamente 220 mil hectares. Os anos de desapropriações estavam de 1985-1995, somando 24 áreas e constatou-se, ainda, que de 1986 a 1988 foram desapropriadas 22 áreas, período de maior número de desapropriações até então. Nesses assentamentos o número de famílias envolvidas era de aproximadamente 4.500, ou seja, 120 por assentamento. A relação área família tem-se o total de 45 hectares por família, obviamente que não se exclui dessa relação às áreas coletivas, de reserva, entre outras. A demarcação dos lotes tinha ocorrido em somente 70% dos assentamentos, ou seja, 26 áreas. Notou-se, ainda, que 70% ainda não tinham o título da terra.

Quando chegou-se a analisar a questão da produção e comercialização vê-se que havia um predomínio da agricultura sobre a pecuária, com concentração em cultura temporária (milho, feijão, mandioca, amendoim, entre outras culturas.). As culturas permanente, cerca de 25%, estavam vinculadas principalmente à plantação de café, sisal, cacau e dendê.

Para a comercialização da produção, dificuldades como acesso a terra (e de qualidade); falta de crédito; assistência técnica, eram as principais questões levantadas. A questão do armazenamento e falta de infra-estrutura, principalmente estradas, evidenciava o descaso do Estado frente as dificuldades enfrentadas pelos assentados, aprofundando os problemas socioeconômicos dos camponeses. Alguns dados poderiam expressar as condições a que nos referimos: falta de assistência técnica em 73% dos casos, crédito para a produção em 52% das

---

<sup>19</sup> Não se teve condição na análise do relatório final quais eram todas essas áreas, porém algumas puderam ser identificadas. Dados posteriores indicaram que se tratava de áreas desapropriadas pelo governo estadual e de áreas que constava com outras denominações no INCRA.

<sup>20</sup> Essa regionalização tem como referência à regionalização adotada pelo Estado à época, que eram as Regiões Econômicas. Mais tarde, com o desenvolvimento da Comissão, adota-se como referência a regionalização das Dioceses da Igreja Católica. Hoje, como veremos, adota-se a regionalização proposta pelo Movimento CETA.

áreas e problemas com infra-estrutura que atingia 25% dos assentamentos. Na maioria das análises sobre o desenvolvimento sustentável dos assentamentos, a questão da produção e comercialização aparece como fator primordial para que esses trabalhadores construir uma nova história. Infelizmente, o Estado ignora a questão, tratando-a, muitas vezes, como uma questão menor ou secundária.

Apesar de passar todas essas dificuldades, os procuram de outras formas escaparem da pauperização que o sistema lhe impõe, como por exemplo, vender direto para o consumidor, procurava as assessorias para conseguir algum apoio técnico. A formação de cooperativas era propagada como um meio de se conseguir um melhor preço para sua produção, fugindo, desse modo, das figuras dos atravessadores. Porém, era a solidariedade efetivada pelos trabalhadores, e incentivada pelas assessorias – principalmente a CPT – que se tornaria uma ótima opção. A relação de ajuda mútua se concretizava com aberturas de estradas alternativas, construção de casas de farinha, entre outras atividades. A questão do escoamento da produção ficava mais dramática quando se coloca que 60% dos assentamentos se situavam, em média, até 40 km do centro da cidade, enquanto os outros 40% se situavam de 40 a 80 km dos centros urbanos.

O problema da infra-estrutura nos assentamentos ficava, como vemos, a cargo dos próprios assentados que tentaram mudar a realidade vivida pelos mesmos. O principal tipo de organização eram os mutirões, onde os assentados se reuniam para a construção de casas, escolas, creches, construção de barragens, projetos para a captação de água e armazéns. Como já foi dito, esse espírito de solidariedade era propagado pela CPT, como forma de não somente resolver os problemas da vida material dos trabalhadores, mas também como forma de socialização e organização. O incentivo aos mutirões era uma das formas de efetivar o trabalho pastoral nesses assentamentos. Outra forma de organização era a criação de associações para busca de crédito e para a comercialização. Outra maneira de se organizar eram os sindicatos, e as cooperativas, em seguida trabalhavam nesse processo de organização as entidades, como a CPT, SASOP, AATR, Fundifran. Portanto, esta realidade colocava para os trabalhadores a necessidade de se organizarem. Conforme o quadro 3 explicitamos os Projetos de Assentamentos pesquisados.

<b>Quadro 3</b> Estado da Bahia Projetos de Assentamentos pesquisados, 1995	
<b>Município</b>	<b>Nome do Assentamento</b>
Alcobaça	40-45
Andaraí	Itaguaçu VII
Angical	Angical I e II
Barra do Choça	Mata Pau Brasil
Belmonte	Fazenda Paçava
Boa Vista do Tupim	Fazenda Cana Brava
Carinhanha	Nossa Senhora da Conceição
Carinhanha	PEC - Ressentamento Rápido
Coribe	Fazenda Pai João I
Itaguaçu da Bahia	Califórnia I
Itaguaçu da Bahia	Califórnia II
Itaguaçu da Bahia	Sertão Bonito
Itaguaçu da Bahia	Fazenda Almas
Itiúba	Fazenda Bela Conquista
Jucuruçu	Nova Deli
Marcionílio Souza	Furado de Espinho
Marcionílio Souza	Pau à Pique
Marcionílio Souza	Cachá
Monte Santo	Fazenda Desterro
Pintadas	Nova Esperança
Piritiba	Fazenda Pindombeira
Ponto Novo	Teimosia
Ponto Novo	Projeto Pajeú
Porto Seguro	Embimuci de Dentro
Prado	Riacho das Ostras
Prado	Três Irmãos
Prado	1° de Abril
Prado	Cumuruxatiba
Prado	Nossa Senhora do Rosário
Prado	Modelo
Prado	Corumbal
Prado	Guaíra
Santa Cruz Cabrália	São Miguel
Sento Sé	Fazenda Poção
Una	Cajueiro I
Una	Fazenda Fortaleza
Vitória da Conquista	Fazenda Amaralina

Fonte: CPT (dezembro de 2008)

Elaboração: Projeto GeografAR., 2008.

### 3.3 A formação da Comissão (1995-1999)

Diante deste diagnóstico, a CPT, Comissão de Justiça e Paz (CJP), a Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais (AATR), o Centro Ecumênico de Serviço (CESE), entre outros organismos, decidem realizar um Encontro com os trabalhadores dessas áreas. A proposta era de articular essas áreas que estavam abandonadas pelos órgãos responsáveis pela reforma agrária no Estado e que não tinha nenhum movimento social, a exemplo do MST que já atuava no estado desde 1987, para que trocas experiências e conseguir delinear uma linha de frente a essa situação, fortalecendo a luta e pressionando o Estado no caminho de proporcionar políticas públicas para o campo.

Em novembro de 1995 é realizado, na Sede da CPT em Salvador, o “Encontro de Assentamentos e Áreas de Conflito da Bahia”, que contou com a presença além das entidades promotoras acima citadas, a Pastoral Rural de Teixeira de Freitas, Fundifran, MST, APAEB, e a Paróquia de Angical. Participaram do Encontro 41 trabalhadores e assentados de diversas áreas. Nota-se desse modo, que o primeiro Encontro já contava com a participação de um número significativo de entidades de forte representação na sociedade civil, o que configura um esforço no sentido de evidenciar a situação de descaso que vinham passando os trabalhadores. Importante destacar que, em nossa avaliação, será esta confluência de organizações envolvidas na formação do Movimento que propiciará o seu papel de destaque no cenário de luta pela terra do Estado.

Iniciando o Encontro com a discussão da pesquisa, foram então discutidos os principais problemas levantados pelos próprios trabalhadores. As questões referente à terra estavam, principalmente, ligadas a problemas com desapropriações, pois havia uma lentidão nos processos acompanhados pelo INCRA. Já havia, também, naquele momento uma preocupação referente a discriminação das terras públicas, principalmente nas região do Médio São Francisco (MSF), apontados pelos trabalhadores como um empecilho ao acesso a terra. Houve relatos que denunciava a redução de áreas disputadas no processo de desapropriação, aliada à forte especulação imobiliária, que se refletiam principalmente na supervalorização de terras que estavam em processo de vistoria e aquisição pelo INCRA. A situação dos assentamentos não foi relatada de forma diferente pelo que havia sido constatada na pesquisa: carência de escolas – e quando existiam estavam em situação precária – só eram oferecidos cursos até a 4ª série do



ensino fundamental. Posto de saúde era uma ilusão nos assentamentos, e nas proximidades desses não era diferente a situação. Estradas em situações precárias, faltas de acesso à água.

Essa realidade era agravada pela situação de organização dos trabalhadores, que estava quase inerte, sem uma organização forte e atuante que os representasse. As formas de organização estavam reduzidas a trabalhos comunitários, associações que buscavam somente se organizar na busca por crédito, sindicatos mal estruturados e reféns dos grileiros e latifundiários<sup>21</sup>. Portanto, apontou-se que sem uma estrutura organizada não haveria força para lutar contra o descaso dos órgãos estatais e contra violência do latifúndio.

Vê-se que a situação apontada na pesquisa se evidenciava agora, com o depoimento dos trabalhadores no Encontro. Isso evidentemente comprometia a vida e o futuro dos assentados e dos acampados. E realidade criaria para os camponeses a necessidade de se organizarem. Na discussão que se seguiu no Encontro, ficou evidente que os próprios trabalhadores tinham a compreensão da importância e dos desafios na luta pela reforma agrária, não só para os homens e mulheres do campo, mas também da cidade, revelando desta maneira que esta se constituía, sim como luta de toda a sociedade. Já discutiam que “o desemprego e a violência colocam a reforma agrária como alternativa essa bandeira ultrapassa os limites do MST e do movimento sindical”<sup>22</sup>. Foi, também, questionada no plenário, a luta de hegemonia e legitimidade entre os grupos que se articulavam pela reforma agrária, e que isso propiciava a falta de articulação entre os trabalhadores.

Dentro dos relatos, ficou evidente o desrespeito do Estado em face de autonomia dos movimentos sociais, pois órgãos, como a EBDA tentavam intervir no direcionamento e na liberação e na aplicação dos créditos concedidos aos assentados. O poder público se colocava como uma dimensão política, intervindo na atuação dos movimentos sociais. Essa intervenção e tentativa de cooptação dos movimentos sociais eram indicadas, na avaliação dos trabalhadores, como a causada pela falta de direção política nessas áreas de assentamentos e conflitos. A formação de associações somente com a finalidade de adquirir créditos foi fortemente levantada

---

<sup>21</sup> Essa situação dos sindicatos era crítica. Primeiro porque se vivia numa época de desgaste do sindicalismo enquanto forma de luta política e organização dos trabalhadores. Essa situação de desgaste era advinda sobretudo do contexto de precarização do trabalho, que colocou em xeque o acesso ao trabalho, desarticulando dessa forma o poder contestado desses sindicatos. Também é importante salientar o papel da Igreja, principalmente da CPT, na tomada dos sindicatos das direções pelegas, agindo de forma a constituir as chamadas oposições sindicais, como forma de articular e evidenciar a luta dos trabalhadores. Esse tema deverá ser retomado neste trabalho.

<sup>22</sup> Frase de trabalhador rural retirada de relatório do Encontro em 1995.

como um empecilho à construção de associações com um caráter mais político. O associativismo, enquanto forma de organização política, eram apontadas como um caminho a ser seguido na construção de uma nova história. A forma que deveria ser trilhada essa nova história, num nível mais propositivo por parte dos trabalhadores, ficou assim registrado “[...] a terra, o trabalho e o transporte vem em primeiro lugar. A educação vem depois [...]”<sup>23</sup>. Evidente que se isso, de um lado demonstra certa coerência com a situação real que vivia os trabalhadores – que precisavam de medidas mais urgentes e imediatas – do outro demonstra que o surgimento de um movimento se constitui um processo lento e gradual, no qual os sujeitos envolvidos deixem, muitas vezes de explicitar e formular uma proposta mais concreta para superação dos problemas enfrentados<sup>24</sup>.

Os encaminhamentos do Encontro poderiam ser resumidos em: busca por assistência técnica; formação de cooperativas e criação de agroindústria. Foi então proposto que no momento o melhor a fazer eram entregar uma pauta de reivindicação dos assentamentos e áreas de conflitos para os órgãos públicos, que pautava acesso menos burocrático a créditos e mais recursos para os mesmos; recursos para infra-estrutura, que incluía desde água à construção de estradas. As reivindicações mais locais seriam anexadas a pauta geral do encontro. No último dia do Encontro havia sido agendada uma mesa de reivindicação com os órgãos públicos ligados à reforma agrária, entre eles o INCRA, Coordenação do Ordenamento e Reforma Agrário (CORA), Instituto de Terras da Bahia (Interba), Empresa baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), Secretaria da Agricultura e Banco do Nordeste. Esta reunião não obteve o êxito esperado, pois os representantes órgãos ratificaram a ingerência e o descaso para com a questão da terra. Mas, se por esse lado não obtiveram êxito, não se pode se desconsiderar a importância da reunião para que o Estado entendesse que surgia naquele momento uma organização que estaria pautando e organizando a luta dos trabalhadores.

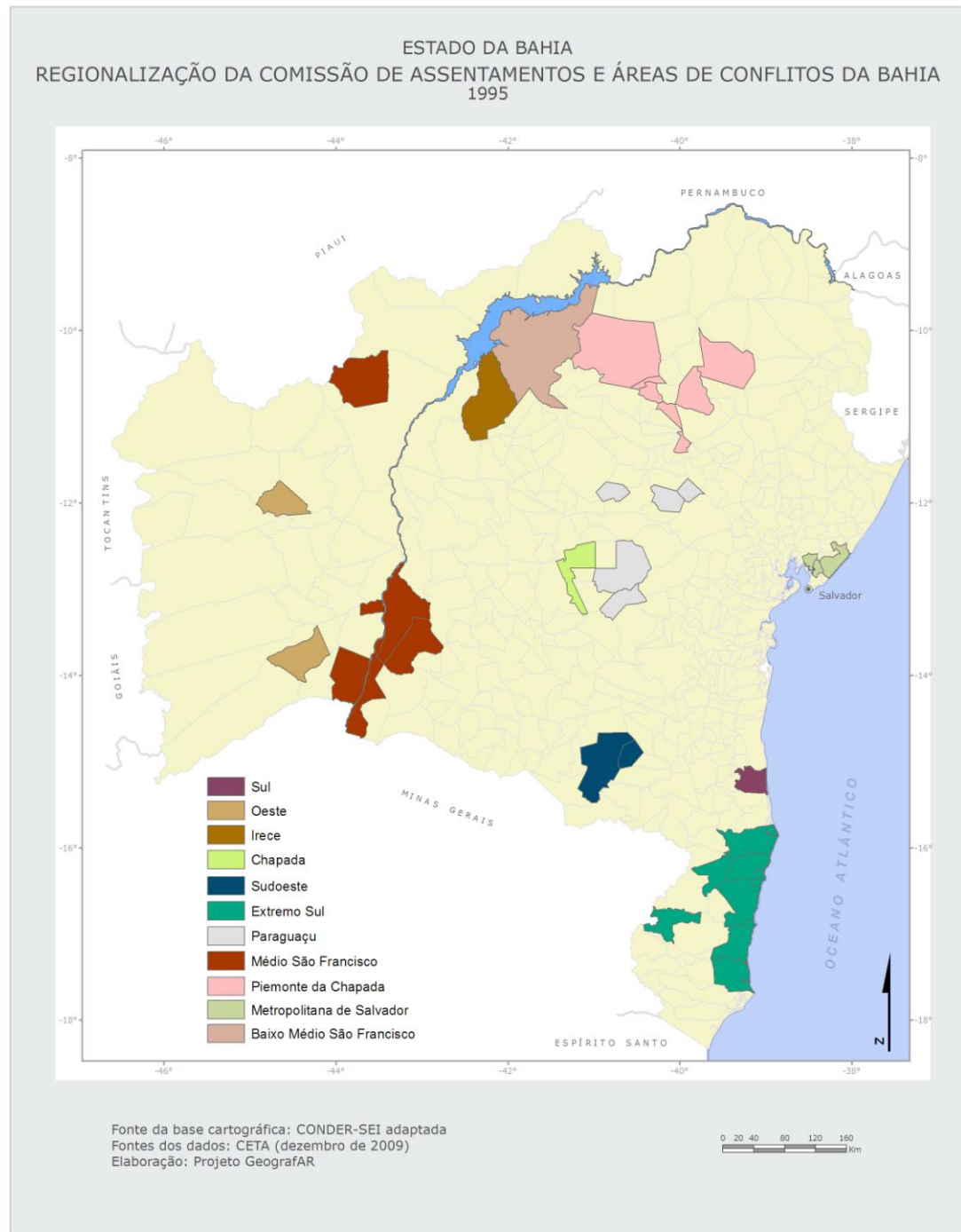
Após essa reunião, foi marcado um segundo encontro para o ano de 1996, e foi constituída então a “Comissão dos Assentados e Áreas de Conflitos da Bahia”. Essa Comissão tinha o dever de se articular nas suas regiões, fazer um levantamento mais apurado da realidade e

---

<sup>23</sup> Cf. referência na nota 22.

<sup>24</sup> Cabe aqui ressaltar que dou essa problemática será explicitada mais à frente. Porém, o que se quer registrar é que em outro momento em que tivermos analisando a CETA enquanto movimento social, em 2003, esse depoimento que diz “a educação vem depois”, dará lugar a constrição de um projeto próprio de educação, chamado de Projeto Político Pedagógico (PPP)

organizar a lutas e mobilizações. Foram então definidas as seguintes regionais, com destaque às regionais, Oeste, Sul, Extremo Sul, Médio São Francisco e Sudeste<sup>25</sup>, conforme figura 4.



**Figura 4: Regionalização da Comissão de Assentamentos e Áreas Conflitos da Bahia**

<sup>25</sup> Como já foi dito, essa regionalização teve como referência à regionalização das Dioceses da Igreja Católica.

No segundo Encontro, de novo na sede da CPT em Salvador, em junho de 1996, a Comissão voltou a se reunir de forma que fizesse uma avaliação que até aquele momento tinha sido encaminhada e se efetivado desde o encontro anterior. Constatou-se que os problemas identificados na Pesquisa e no Encontro anterior permaneciam. Da pauta de reivindicações encaminhada às instâncias responsáveis pouco, ou quase nada, tinha se resolvido. Isso serviu de reflexão sobre a importância da do fortalecimento da Comissão e da sua constituição como uma organização para se pudesse lutar para eu essas demandas fossem atendidas e materializadas. Os grandes mutirões continuavam sendo a principal forma de organização, mas todos avaliavam que esta forma era pouco eficaz frente ao descaso do Estado e a violência dos latifundiários. A Comissão tinha pautado como principais meio as reivindicações via ofícios aos órgãos, estratégia essa que se demonstrava como limitada, face à configuração da questão agrária. Analisando a resposta dos desses órgãos a Comissão, vê-se claramente o descaso: resposta como “não há recursos para projetos como esse para esse ano”, ou “isso é responsabilidade das prefeituras”, foram registradas nos documentos. A fuga, por parte do Estado, de assumir para si a responsabilidade pela reforma agrária foi o que permeou o conteúdo desses documentos.

A Comissão até aquele momento tinha caminhado pouco. Falta de recursos para deslocamento, desarticulação dos assentamentos, desarticulação dos representantes – tanto no nível regional quanto no estadual – entre outros problemas, era o que até aquele instante delimitava a trajetória da Comissão. Portanto, reforçar essa articulação era a tarefa posta. Neste sentido foi tirado como encaminhamento o fortalecimento das associações – sem reduzir estas à aquisição de créditos – propondo a criação de centrais de associações; criar um “fundo de viagens” de modo que cada assentamento contribuísse para as despesas com viagens dos representantes; construir, em nível regional, fóruns de reforma agrária onde se pudesse discutir a questão<sup>26</sup>. Mesmo não tendo nenhuma vinculação partidária, a Comissão deveria cobrar dos políticos dos partidos de esquerda uma atuação mais efetiva sobre o assunto. Incentivar o relacionamento com outras organizações, como CUT e MST, para articular as lutas. No final desse Segundo Encontro, um encaminhamento entre tantos outros chama atenção que foi a que a partir daquele momento a comissão deveria ser composta somente de trabalhadores, as entidades entraria somente com o apoio. Este último ponto torna-se importante, pois insere no movimento

---

<sup>26</sup> Com essa proposta de criar Fórum de Discussões e Mobilizações, a Comissão entra em consonância com uma das características mais adotadas pelos movimentos sociais dos anos de 1990.

aquilo que corresponde um dos princípios de sua principal assessoria, a CPT: o protagonismo dos trabalhadores. Por protagonismo se entende a prática pela qual os próprios sujeitos que vivem os problemas sejam os mesmo que encaminham e encampam as lutas pelas soluções destes problemas. Significa dizer que são os próprios camponeses que devem estar na formação e na direção de suas organizações e não seus apoiadores. Como nos relata Frei Luciano que o primeiro princípio da CPT seria

Frei Luciano: - [...] primeiro, nunca tomar posição, nunca mostrar o caminho, nunca tomar decisões e fazer mediações, deixar que sigam o seu caminho. [...] Às vezes são as práticas principais da metodologia da CPT, que se resume em uma só frase: fazer com que o povo seja protagonista de sua caminhada, das próprias decisões e a força das próprias pernas. A partir da força que os próprios trabalhadores camponeses descubrem dentro de si.

(CPT – Bahia, pesquisa de campo, janeiro de 2006)

Apesar de expressiva, nota-se que a linha que separa este discurso da prática junto aos movimentos sociais é muito tênue e difícil ser seguida a risca pela entidade, dado que em determinados contexto a não atuação mais direta da assessoria pode provocar refluxo nas lutas postas. Além do mais, o protagonismo muitas vezes se confunde com o basismo, que se configura muitas vezes como falta de direção e direcionamento das lutas.

Outro elemento a se destacar são os pilares que a Comissão deveria seguir a partir daquele momento: 1) Terra e Água; 2) Produção; 3) Comercialização; 4) infra-estrutura; 5) Organização. Deste modo a Comissão tinha várias demandas pela frente. A CPT e a Fundifran se comprometeriam a realizar cursos de capacitação aos trabalhadores.

Esse início do surgimento e da formação da CETA foi também marcado pelo destaque de dois massacres de trabalhadores rurais no Brasil. Em 9 de agosto de 1995, no município de Corumbiara, em Rondônia, várias famílias ocupavam, pacificamente, uma pequena parte da Fazenda Santa Elina, lutando pela sua desapropriação e conseqüente assentamento daquelas famílias. Na noite do dia 9 de agosto as famílias foram atingidas por balas, bombas de efeito moral, bombas de gás lacrimogêneo, entre outras armas, disparadas pela Polícia Militar e por capangas e jagunços da Fazenda. O saldo do ataque foram 12 pessoas mortas, entre elas uma criança de apenas 9 anos.

O Massacre de Eldorado dos Carajás foi outro de destaque, inclusive na mídia internacional. Em 17 de abril de 1996, 19 camponeses foram mortos, com requintes de crueldades, pela polícia estadual. O confronto ocorreu quando mais de mil camponeses ocupavam parte da Fazenda Macaxeira, lutando, também, por reforma agrária.

### Segundo Feliciano

Esses dois episódios de extrema violência no campo ficarão marcados na memória, como referencia de luta e resistência camponesa. Assim como o governo de Fernando Henrique Cardoso também ficará marcado como governo responsável pelo massacre mais violento do final do século XX. (Ibidem, 2006, p. 50).

Momentos como esses geram condições para a identidade camponesa, confluindo para a organização e rearticulação da luta pela terra. Esse fato foi de enorme importância, pois conseguiu criar um clima de maior simpatia sociedade civil como um todo pela necessidade de se fazer a reforma agrária no país como forma de justiça social<sup>27</sup>.

Os anos de 1997 e 1998 foram meio conturbados na organização da CETA. Isso porque havia um período nacional de discussão em torno da questão agrária, efeito dos Massacres de 1995 e 1996, em que o governo federal e os estaduais propunham uma “reforma agrária conversada”, onde fosse constituído um pacto entre o Estado e os movimentos sociais de modo que o processo de encaminhasse de forma “mais pacífica e ordeira”. Evidentemente, isso causou uma série de divergências entre os movimentos sociais. A polarização se deu basicamente entre duas visões: de um lado estava a FETAG que tentava convencer os trabalhadores que estava se constituindo um importante canal de diálogo aberto pelo governo e que os movimentos sociais deveriam encabeçar essa empreitada; do outro, o MST que não via com bons olhos este processo, compreendendo que era hora de radicalizar a luta, pois se tratava prioritariamente de um projeto para desarticular e deslegitimar o papel das ocupações de terra como forma de lutar pela terra. Essa política do Estado constituía o aprofundamento do modelo neoliberal para o campo. É o chamado “Novo Mundo Rural”, que em linhas gerais deveria aprofundar este modelo nas políticas públicas para o campo, propondo, entre outras medidas, um maior predomínio do

---

<sup>27</sup> Pelo massacre de Eldorado dos Carajás, dos 155 policiais envolvidos, 144 foram incriminados, mas apenas 2 foram condenados.

agronegócio em detrimento da agricultura familiar; entrada maciça de capitais estrangeiros na agricultura. Neste contexto, as políticas de assentamentos se tornariam não dever histórico do Estado mas políticas compensatórias e medidas que substituíssem o instrumento de desapropriação, como consta na Constituição, pelo mercado de terras como a criação do Programa Cédula da Terra. Também no bojo desse processo, foi proposta a “municipalização e descentralização da reforma agrária”, que passaria para as prefeituras a responsabilidade e poder de dar as diretrizes para a reforma agrária no país. Essa medida foi bastante polêmica, e altamente rechaçada pelos movimentos sociais do campo.

Este, sem dúvida alguma, foi um dos momentos decisivo para a luta pela terra no Brasil, e colocava um desafio de articulação desses movimentos, pois o Estado entrava agora mais forte em defesa do agronegócio e do latifúndio. A CETA, uma organização ainda muito jovem nessa correlação de força – mesmo contando com o acúmulo de discussões e ações das entidades envolvidas na sua composição -, sem uma identidade definida nem seus objetivos traçados de forma mais clara, preferiu tentar aderir a esse “pacto” proposto pelo governo. Sendo assim, em 1998 a proposta de pacto foi discutida dentro da Comissão de Assentados, onde foi colocado que a Coordenação de reforma Agrária e Associativismo, CORA, da Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Governo da Bahia e o INCRA- SR 05 estavam dispostas a assumir o compromisso com os assentados. No pacto, o governo estadual e federal se comprometeriam a investir a mesma quantidade de recursos cada um. O prazo de execução dos projetos seria de três meses, que seriam renovados caso as partes assim quisessem e fosse mantido o acordo mantido. Por parte dos movimentos este deveria se comprometer a não realizar ocupações de terras nesse período de três meses. O MST<sup>28</sup>, MLT/FETAG e a Comissão Estadual de Assentados deveriam, além disso, acompanhar os trabalhadores na execução das obras, que seriam por estes realizadas com os recursos destinados.

Assim, nota-se que a proposta dos governos passando a responsabilidade da execução das obras para os trabalhadores, e entrando somente com apoio técnico e os recursos, constitui uma estratégia chave para o entendimento de como se entendia a questão agrária no Estado. Novamente, como em outros momentos, o governo utilizou estratégia semelhante de

---

<sup>28</sup> O MST, mesmo mantendo suas divergências e desconfianças quanto ao pacto, resolveu concordar com o pacto desde que o período fosse de dois e não de três meses como estava propondo o governo. A Comissão resolveu também o mesmo que o MST, isto é, somente dois meses.

desmobilização e deslegitimação da atuação dos movimentos, estava claro que estava se eximindo da sua responsabilidade pelo planejamento e execução da reforma agrária. Utilizando o discurso de que “os sem-terras, por sua vez precisam ser envolvidos nas ações de reforma agrária”, a estratégia estava de fato com a intenção já sabida. Caso uma das partes não efetivasse seus compromissos, o pacto estaria então desfeito. Em sua proposta de compromisso, a Comissão se comprometia em também somente parar as ocupações por dois meses - de 1º de abril a 31 de maio de 1998. O pacto acabou não acontecendo. Vários motivos poderiam ser relatados, mas o principal seria que o governo além de ter como objetivo enfraquecer a luta dos movimentos sociais, o governo não cumprir com aquilo que tinha proposto.

Ainda em 1998, a Comissão participa da manifestação promovida pelo MST, em abril deste ano, em lembrança e protesto ao Massacre de Eldorados dos Carajás ocorrido há dois anos. O MST também convidou a Comissão para participarem da Marcha Nacional pela Reforma Agrária, mas esta declarou que não tinha condições nem materiais nem organizacionais de participar, preferindo apenas participar da mobilização nas suas regionais

Nesse ano aprofunda-se a discussão na Comissão referente a sua identidade. Na avaliação feita, foram pautadas reflexões sobre o rumo da organização. Foi avaliado que o modelo de Comissão já estaria “esgotado”, pois o processo de luta pela terra tinha se tornado muito mais complexo: aumento do número de áreas acompanhadas, aumento dos conflitos, maior poder de visibilidade e legitimidade face aos órgãos públicos, entre outras questões eram ressaltadas para balizar as discussões. A questão da estrutura da organização foi destaque na avaliação, como poderiam ter uma estrutura que pudesse dar condições à realização das demandas? Como poderia se organizar a nível estadual, regional e até mesmo local para encaminhar as demandas dos trabalhadores? Como garantir uma legitimidade política e jurídica frente aos órgãos públicos? Como conseguir autonomia jurídica, política, financeira?

Estes e outros problemas se referiam no plano mais geral da organização. Pois estava cada vez mais posto que a “entidade”<sup>29</sup> devesse procurar elaborar projetos integrados para os assentamentos, pois desse modo o poder de pressão frente ao poder público poderia ser mais efetivo e materializasse as reivindicações dos assentados e das áreas de conflito. Projetos esses que poderiam servir para o sustento da própria organização, dado que essa dependia

---

<sup>29</sup> Nos relatórios, lia-se muito esta denominação dos assentados e acampados com a Comissão. A nosso ver, esta questão remete à relação com as assessorias, muitas delas chamadas de “entidades” pelos camponeses.



financeiramente das contribuições dos assentamentos. Ficou então no encaminhamento que haveria discussões nas bases sobre o assunto.

### **3.4 De Comissão à Coordenação**

A solução definida para o problema da identidade e da organização foi a que a Comissão deixasse e, em 1999, a Comissão deixa de existir dando lugar a uma “Coordenação de Assentados e Acampados da Bahia”. As mudanças foram aos poucos se materializando na Coordenação. Os representantes seriam eleitos em assembleias regionais, onde todo assentado e assentada teriam direito a voz, a voto e ser votado. A estrutura organizacional ficou assim definida: coordenações regionais, com um número variado de coordenadores - que dependeria do tamanho da regional, número de municípios que abrangeria etc. – e uma coordenação estadual, que seria composta de dois representantes da coordenação regional indicados pelos trabalhadores e trabalhadoras. A escolha dos coordenadores se daria, a partir daquele momento a cada seis meses.

Porém, as dificuldades de organização eram ainda persistiam; poucas áreas e associações contribuíam financeiramente, faltava cursos de capacitação e cursos de formação de lideranças; os trabalhadores não participavam das plenárias; havia falta de uma identificação das bases com a Coordenação; havia falta de transporte e recursos para locomoção dos coordenadores, enfim, vários problemas que eram empecilhos a uma organização mais bem estruturada. Mas em meio essas dificuldades, naquele momento, também foi avaliado pelos trabalhadores que a CETA se constituía como de fundamental importância para o encaminhamento das suas pautas. As reuniões eram tidas como frutífera para que as bases da organização estivessem mais conscientes da problemática da questão agrária, e reconheciam as conquistas obtidas até o momento eram fruto daquela organização, que reforçava a formação de cooperativas, associações, entre outras medidas, situação que reforçava a representatividade da CETA.

Segundo os próprios trabalhadores, a entidade deveria prestar informações aos assentados e acampados. Tinha o papel de reivindicar, de articular os regionais da Coordenação, promover

formação política das lideranças para o enfrentamento com o Estado. Em suma, deveria ser a entidade representativa daquelas áreas.

Em um nível mais regional, estava a Coordenação estava encaminhado à formação de Conselhos de Reforma Agrária, com o objetivo de reforçar o apoio e a discussão na base, e também, ter a entidade, maior presença e visibilidade nessa base. Nesse sentido, áreas como Ibotirama e Boa Vista do Tupim efetivaram essa estratégia. Outro plano foi se descentralizar aos níveis municipais e discutir junto às prefeituras a viabilidade de projetos, e cobrar delas execução de obras que estaria sobre sua responsabilidade, como construção de postos de saúde, creches, entre outras demandas. A realização de seminários regionais foi outra tática para reforçar e aproximar as bases da organização.

Nessa discussão, dos rumos tomados pela Coordenação, a questão de gênero apareceu como também um ponto a ser encarado. Assentamentos e escolas passariam a ter o nome de mulheres, e iniciaram a defesa de que o PROCERA deveria incluir a mulher como beneficiária. A partir daquele momento, a CETA decidiu que nas suas reuniões e composição tivesse representação das mulheres, que já se organizavam em movimento próprio na Coordenação.

Medidas de maiores enfrentamentos giravam em torno da resistência em não aceitar o Programa Cédula da Terra, e informar os trabalhadores sobre os objetivos do programa<sup>30</sup>. Os assentamentos acompanhados tinham maiores acessos a crédito, via PROCERA e do Lumiar o que reforçava a atuação da coordenação. Nesse momento, entre 1999 e 2000, começam também os debates sobre os Planos de Desenvolvimento Sustentáveis (PDS), no entanto a Coordenação sabia que ainda não tinha discussão suficiente para encampar a empreitada, da mesma forma que compreendia que num futuro próximo a discussão dos PDS seriam uma de suas prioridades. Consegui-se firma também por ter viabilizado o PRONERA<sup>31</sup> nos assentamentos acompanhados, o que significava uma grande conquista para a educação nesses assentamentos, que desde tempos remotos careceriam de investimentos e acompanhamento nesse sentido. Disso resultou uma maior aproximação da Coordenação com a Universidade, em especial a Universidade do Estado

---

<sup>30</sup> O Cédula da Terra, que tinha se iniciado em 1997 como Programa piloto, passou a ser incorporado na Política Agrária do governo. Posteriormente chama-se Programa de Crédito Fundiário. Para informações conferir: SAUER, Sérgio; PEREIRA, João Márcio Mendes; (Orgs). **CAPITURANDO A TERRA**: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

<sup>31</sup> Programa Nacional de Educação nas Áreas de Reforma Agrária.

da Bahia, UNEB, ponto imprescindível através do qual reforça a responsabilidade social da instituição<sup>32</sup>.

Sobre a questão de assistência técnica, os problemas eram diversos: falta de assistência na maioria das áreas acompanhadas, e, quando existia a qualidade era posta em dúvida pelos assentados. Extinto o Lumiar, a situação tinha piorado para os assentamentos. A proposta do governo era cada vez mais privatizar, passando para a iniciativa privada a assistência técnica, eximindo-se da sua responsabilidade. As associações procuram assistência por conta própria sem apoio e com os escassos recursos recebidos do governo. A proposta da Coordenação foi de pensar um projeto próprio de assistência técnica, forçar o governo a credenciar e fiscalizar as empresas que prestam a assistência. Não outro nível promover nas regiões e nos assentamentos seminários sobre o assunto. Essa questão da participação dos movimentos em atribuições do estado é umas das caudas nos limite e refluxo dos movimentos sociais no campo atualmente. Ao assumir determinadas tarefas, os movimentos se confundem com o aparato do Estado ao qual quer, e por natureza se diferencia. A nosso ver, essas questões apontadas ainda nos anos 2000, são as bases para o aprofundamento dessa onda de “participacionismo” presente no contexto atual. Como veremos, a participação de movimentos sociais e entidades no campo em Conselhos de Desenvolvimento Territorial significam a radicalização dessa prática.

A CETA realizou em 2001, um seminário com o tema “Comercialização e Produção”, onde foi debatido a situação da produção e do seu escoamento em cada região e assentamento, bem como projetos para desenvolvê-la. A CETA faz críticas ferrenhas aos partidos de oposição do estado, principalmente ao Partido dos Trabalhadores, PT. As críticas vão no sentido de denunciar as coligações do PT com os partidos de direita – PFL, PSDB, PL, entre outros. Naquele momento, para à Coordenação esta postura do PT significava um afastamento das suas origens sociais, significava acima de tudo um retrocesso na conscientização política dos trabalhadores.

O número de ocupações cresce de modo que só na região de Bonfim são realizadas seis, sendo que quatro estavam com pedidos de reintegração de posse. A CETA também aposta nas mobilizações como um meio de ganhar representatividade nas bases dos trabalhadores rurais. Nesse sentido são reforçadas as participações em marchas nacionais, como a marcha a Brasília,

---

<sup>32</sup> Essa articulação resultou mais tarde, em 2003, que CETA constituísse o seu Projeto Político Pedagógico, em parceria com a UNEB e com a UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana.

em abril, em protesto a violência no campo e a lentidão na execução reforma agrária. Articulação com o MST cresce, e a partir daí foi construída uma mobilização em que foi ocupada em 2000 a sede do INCRA pelos dois movimentos. Em 2001 também aconteceu uma marcha históricas para os movimentos sociais da Bahia, que foi a conjunta do MST e da CETA, em abril, onde saíram de Feira de Santana em direção à Salvador, onde ocuparam novamente a sede INCRA. As reivindicações colocavam em ordem do dia as demandas dos movimentos e cobrava mais ligeireza no andamento da reforma agrária no Estado. Pontos como estes devem ser ressaltados, ao se avaliar que para a CETA seria imprescindível, se quisesse se constituir como um movimento forte deveria buscar essa articulação também com os outros atores sociais que lutam pela terra no estado, principalmente o MST.

Como consequência dessas ocupações no INCRA o órgão, em acordo com os movimentos decide realizar 75 vistorias que foram exigidas pela CETA e pelo MST. Dessas vistorias nada menos que 31 foram realizadas em áreas acompanhadas pela CETA. A Coordenação do Desenvolvimento Agrário do Estado da Bahia<sup>33</sup>, CDA, comprometeu-se, ainda, em acrescentar em 20% os recursos destinados para infra-estrutura. Conquistas como essas demonstram a força social que a Coordenação vinha adquirindo no processo de luta social ao mesmo tempo em que vinha ganhando visibilidade e legitimidade, tanto frente ao Estado quanto frente aos camponeses do Estado.

Por outro lado, a ocupação serviu para colocar novamente a discussão sobre a identidade da Coordenação na ordem do dia. Foi avaliado que a CPT – principal assessoria – teve uma postura, durante a ocupação e em outros momentos, que não colocava os trabalhadores como protagonistas da sua própria história. Em relato dos trabalhadores, em documento da época, lia-se a seguinte afirmação: “assessoria era muito bem-vinda, mas é necessário que os coordenadores se capacitem e sejam portadores das decisões e iniciativas [...]”<sup>34</sup>. A fragilidade da Coordenação, como questão financeira; local próprio para reuniões; falta de uma proposta de reforma agrária mais consistente, servia, sobretudo para perder, de certo modo, a autonomia que aos poucos vinha conquistando, e por isso a CPT, nas falas dos coordenadores, “às vezes atropelava”.

Foi motivo de debate que a CETA só teria sua autonomia quando conseguisse tomar algumas medidas, como reunir-se sozinha, isto, sem os parceiros, conseguir planejar e organizar

---

<sup>33</sup> Substituiu o ITERBA e o a CORA.

<sup>34</sup> Cf. referência na nota 22.

mobilizações próprias, entre outros aspectos. Nesse sentido, a CETA caminhava para a uma discussão mais profunda sobre sua identidade, que viria a desembocar na concepção de que havia se chegando à hora de deixar de ser uma simples Coordenação e passar a ser, efetivamente, um Movimento.

### **3.5 De Coordenação à Movimento**

As condições necessárias para caminhar na construção de um movimento social, forte, independente, e com força de mobilização, estavam colocadas. Há tempos, notava-se que a organização estava efetuando ações mais ousadas e independentes de suas assessorias, principalmente da CPT. Portanto caberia agora enfrentar o desafio de se estruturar com uma maior força internamente para que pudesse dar conta das demandas que essa nova situação colocava.

Tornando-se movimento, as decisões teriam que ser debatidas antes das reuniões, das audiências, para que demonstrassem a unidade e a direção política consolidada no Movimento. Contudo isso ainda não era realidade. Como não havia uma política de organização, nem recursos financeiros para isso, para a comunicação e troca de experiências entre as regiões – que somente se encontravam mais ou menos de seis em seis meses, em Salvador, nas audiências em reuniões com os órgãos públicos cada região queria resolver seus problemas de forma individual, mesmo porque não sabiam a situação das outras. Esse era outro problema a ser resolvido pelo movimento, ou seja, como combinar essa relativa autonomia das regiões com as decisões estaduais? Como a CETA poderia dar respostas a nível estadual sem esquecer-se das especificidades das regiões? Vê-se que questões que apareceram em épocas anteriores, e não resolvidas, voltam a ser tema de novas discussões.

Obviamente, que esse debate não tinha uma resposta clara e precisa. Era fruto, sobretudo, da evolução e da complexidade do processo de construção do Movimento. O movimento dialético, contraditório, aí se mostra com toda a sua força. Esse processo que tenta articular o particular com o todo, tentando compreender sua relação de dependência constitui bases do

processo dialético, que o CETA se não estava até então disposto, tinha que encarar e enfrentar. Os coordenadores tinham agora, o desafio de se capacitar para que pudesse ter conhecimento da realidade das áreas de assentamentos e ocupações para que pudesse falar em nome do CETA enquanto movimento social. Medidas como confecção de jornal próprio, criação de bancos de dados, e reforçar as finanças da entidade convergiam no sentido desse fortalecimento.

O ano de 2002 situa-se como um marco nesse processo de consolidação do Movimento. Nesse ano é pela primeira vez proposto a elaboração de um regimento interno CETA, que passava então a se denominar Movimento dos Trabalhadores Assentados e Acampados da Bahia. A sigla continuou sendo a mesma, porque o movimento já tinha uma visibilidade no Estado e a mudança na sigla poderia significar uma perda no que diz respeito a referência na base social, que conhecia o movimento pela sua sigla<sup>35</sup>. Realizam-se as primeiras plenárias regionais e uma estadual para definir a linha política do movimento e aprovar ente outras coisas o estatuto do movimento. É neste momento que se cria um símbolo para o Movimento, conforme figura 5



**Figura 5. Símbolo do Movimento CETA**

Fonte: Movimento CETA, pesquisa de campo, 2009.

<sup>35</sup> Até foi proposto mudar a sigla para MTA, logo descartada pelos argumentos descritos acima.

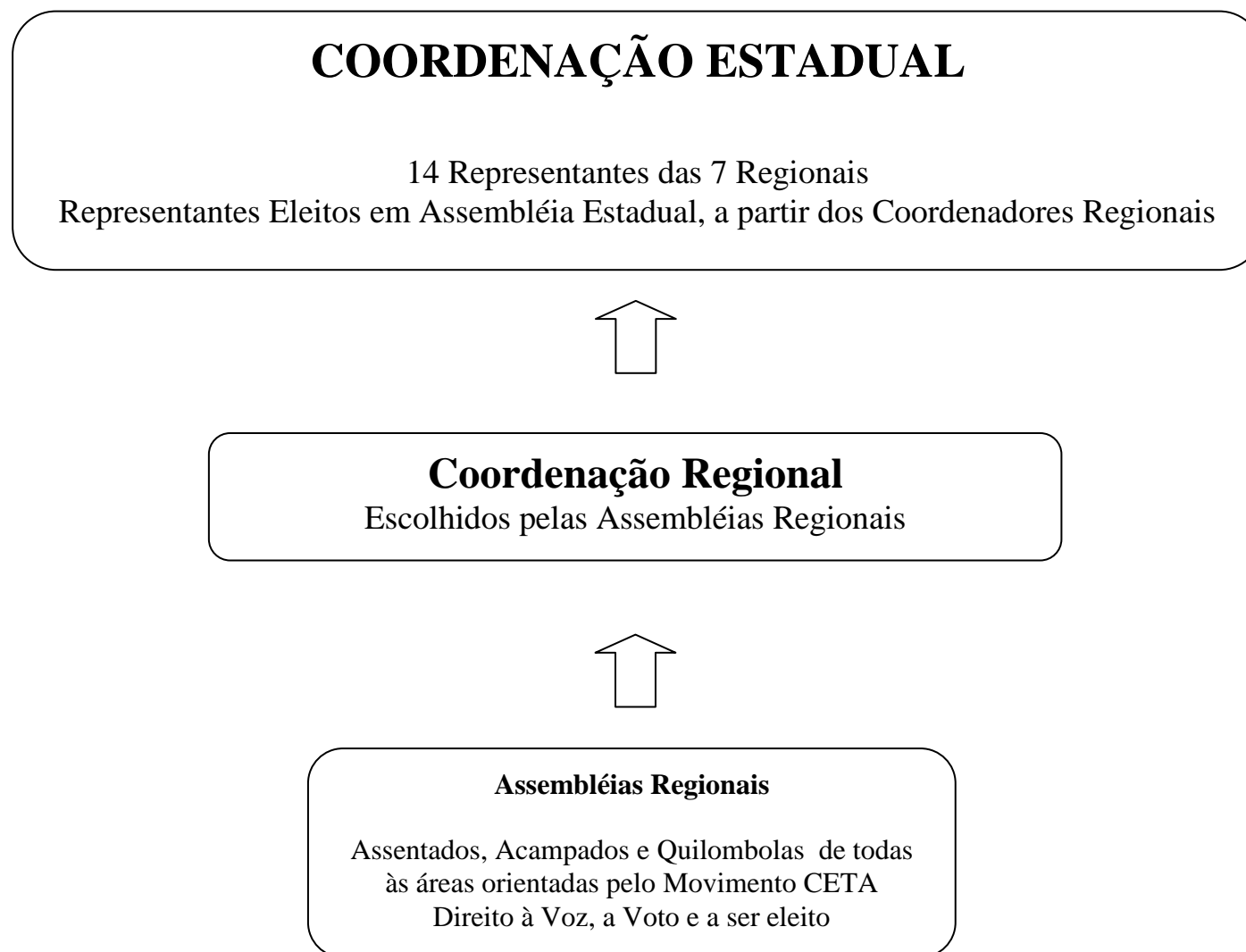
Os objetivos que orientava o Movimento era a reforma agrária baseada na distribuição de terra, no respeito ao meio ambiente, e que pudesse dar condições para que as pessoas pudessem viver na terra com dignidade. Estava também como pilar que a assistência técnica deveria ser pública e gratuita – em contraposição à lógica adotada pelo governo de privatização – balizada pelos princípios da agroecologia. Busca de uma educação pública para o campo e no campo; políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural, que respeitasse as diferenças e especificidades das regiões. Como objetivo estaria, também, se comprometendo com a luta pela extinção do latifúndio e combater todas as formas de repressão.

Os princípios que regiam a CETA seriam: protagonismo dos trabalhadores; participação democrática; respeito ao meio ambiente; solidariedade; relações equitativas de gênero; visão integrada e autonomia. Isso na luta pela promoção da vida digna dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. A promoção da cidadania seria uma busca constante para a materialização das demandas e aspirações desses atores sociais.

Para participar do CETA teria que estar associados ou organizados em assentamento ou acampamentos; concordar com seus princípios; ter um compromisso orgânico e ativo de participação nas lutas e mobilizações e que a ocupação ou assentamento fosse dirigido pelo CETA. Nota-se, com isso, um maior nível de organização, demonstrando maturidade e aproveitamento da experiência adquirida ao longo do processo de luta social.

Internamente, a estrutura passaria a ser composta de Coordenação Estadual, Coordenações Regionais e Plenárias. A eleição ocorreria de dois em dois anos, onde as plenárias regionais elegeriam a coordenação regional, e entre os leitos indicariam dois para compor a Coordenação Estadual. Totalizavam nesse sentido, 12 (doze) coordenadores estaduais, dos quais seriam eleitos, em plenária estadual, um coordenador geral, um secretário, e um tesoureiro para um mandato de igual período, isto é, dois anos, conforme figura 6, onde o organograma representa a organização do CETA.

**Figura 6**  
**Fluxograma de organização do Movimento CETA**



<sup>36</sup> O número de Coordenadores Regionais varia de acordo com a dimensão da regional.



A primeira Plenária ocorreu em Salvador, e contou com a presença de 55 trabalhadores de todas as regionais foi discutido o que era a CETA até então, quais sejam: Médio São Francisco, Chapada Diamantina, Lapa, Recôncavo, Bonfim e Sul. Como missão o CETA tinha que ser

Um movimento social de trabalhadores/as, assentados/as e acampados, sem distinção de cor, raça, sexo, credo, ideologia política que dá rumo e coordena a luta pela terra, mobilizando e articulando as regiões para a conquista da reforma agrária sonhada pelos (as) trabalhadoras e suas organizações<sup>37</sup>

Como objetivo do CETA, a Plenária estabelece que

Reforma Agrária que acabe com o latifúndio, preserve o meio ambiente e dê condições aos trabalhadores/as para permanecerem na terra, com crédito adaptado e rápido, acompanhamento técnico, apoio á produção e comercialização, moradia, lazer, educação, saude, garantias de direitos, visando o fortalecimento de nossas organizações, na perspectiva de uma nova sociedade<sup>38</sup>.

Importante ressaltar que a proposição de construir “uma nova sociedade” significava um avanço nas posturas do CETA, que até então tinha se pautado na busca por inserção no sistema e não como forma de denúncia do mesmo.

Foi relatado, ainda, que havia sido criada a regional Oeste<sup>39</sup>; foi reafirmada a posição do Movimento CETA em relação ao Cédula da Terra. Os trabalhadores avaliaram que a suas vidas tinham melhorado muito desde a atuação do Movimento, pois cresceu o número de desapropriações, muitos tinham tido acesso a infra-estrutura básica – água, energia elétrica, alimentação; o Pronera tinha se tornado uma realidade para algumas áreas e propiciado, através de uma educação voltada para o campo, uma maior visão crítica dos trabalhadores frente à realidade social.

---

<sup>37</sup> Relatório da Plenária do CETA, ocorrida entre os dias 23 a 25 de julho de 2002.

<sup>38</sup> Relatório da Plenária do CETA, ocorrida entre os dias 23 a 25 de julho de 2002.

<sup>39</sup> A Regional Oeste foi no início de 2003 dissolvida e incorporada à Regional Médio São Francisco.

A maneira como se tinha se encaminhado as mobilizações até então foi avaliado de forma positiva, pois propiciava a união, colocava os assentamentos e acampamentos no conjunto do estado e não de forma isolada. Através da regionalização, essa organização propiciava uma maior força e poder de luta nos municípios, com vista não somente junto ao poder público, mas também em face de outros problemas como assistência técnica e aos bancos. A falta ainda de uma maior organicidade, de uma autonomia financeira, era apontada como fator ainda a ser superado pelo Movimento. Problemas de individualismo entre os assentados e acampados foram discutidos, e deveria ser superado pela solidariedade entre os integrantes do Movimento. Esse sentimento de solidariedade foi apontado na plenária como um ponto importante de socialização das pessoas.

A capacitação das lideranças, mesmo com todos os problemas, era um ponto chave dessa nova realidade do movimento. Contudo, a carência de uma maior formação das bases foi apontada como dificuldade de se poder fazer uma nova história nessa realidade. Os trabalhadores achavam, naquele momento, que a discussão sobre a situação do país e do mundo deveria ser estendida às bases do movimento, fortalecendo a democracia interna e promovendo a construção dessa democracia na sociedade.

Foi realizada novamente uma marcha de abril, junto com o MST, que durou três dias, com outros dez de negociação com o INCRA. Planejam-se as atuações que seriam realizadas ao longo do ano pelo Movimento, o que demonstra claramente uma tomada mais no sentido de planejar e organizar suas ações. E paralelamente a isso foi ocupada a Usina Itapetingui, no município de Amélia Rodrigues.

Em 2003, o Movimento aprofunda seu planejamento e promove, junto com as entidades parceiras, cursos de formação de lideranças. Consegue mobilizar, sem o MST, 1500 trabalhadores, quilombolas e fundos de pasto em caminha a Salvador pressionando o governo a atender suas reivindicações. Essa mobilização coloca para análise novos elementos sobre o processo de consolidação do movimento. Primeiro que é a primeira grande mobilização do CETA sem a presença do MST. De certa forma o CETA necessitava, para ter uma maior visibilidade e representatividade junto à opinião pública, sair da sombra das mobilizações realizadas pelo MST. No imaginário do senso comum quando se falava em questão e de ocupação ou marcha de reivindicação falava-se em “sem terras” ou “é o pessoal do MST”, mas nunca se comentava, ou sabia que existiam outras organizações de luta pela terra no estado, inclusive a CETA. Percebe-se

que a compreensão que o movimento teve nesse momento é que essa era um caminho a ser trilhado para sua consolidação da sua autonomia. Por outro lado, congregando os Quilombolas e o Fundo de Pasto, capitaliza um grupo social importante na luta na/pela terra. Nesses grupos, principalmente os quilombolas em que a CETA desde o início de sua formação, já vinha desenvolvendo trabalhos de acompanhamentos, e onde o MST por diversas razões não consegue ter influência converge novamente para a consolidação da sua força no Estado.

Paralelamente a esta mobilização ocorre uma ocupação de uma Usina em Amélia Rodrigues. Como nos cita em depoimento Bartolomeu, antigo coordenador do CETA e hoje vice-prefeito do Município de Serra do Ramalho

Bartolomeu Guedes: - Durante dois dias, desde que saímos de Feira, caminhando, nós então conversávamos com a direção do movimento, e com a direção do MST pensando então em não chegar em Salvador e fazer uma ocupação uma ocupação. E aoi então fizemos a ocupação da Usina Itapipiui no município de Amélia Rodrigues né?! que estava os dois movimentos, ficamos lá cerca de 1000 trabalhadores , e ficamos lá alguns dias até que o processo de negociação avançasse. Dentro desse processo de negociação, negociando com o governo federal , através do INCRA, e aí então desocupamos a Usina, depois fizemos acampamentos nas margens da rodovia, a rodovia de Feira de Santana á Salvador, e que desse acampamento, acampamento conjunto com o MST, ficamos lá durante seis meses.

(Ex-coordenador do Movimento CETA, pesquisa de campo, novembro de 2005)

Importante ressaltar como o próprio Movimento busca iniciativas para sair da sombra das mobilizações propostas pelo MST e criar uma organicidade e visibilidade maior de suas ações

É também nesse ano que o Movimento CETA centraliza seu foco de preocupação para a educação. Também em 2003 o Movimento, nos moldes do que já vinha sendo realizado pelo MST, o constitui o seu Projeto Político Pedagógico (PPP), onde estão expressas as linhas que a educação no campo e para o campo deveriam ser direcionadas. Esse momento é interessante na medida em que nos discursos da formação do Movimento frases como “terra e trabalha vem primeiro, educação vem depois<sup>40</sup>”, abrem, agora, lugar a uma formulação mais complexa e mais política de educação. Demonstra, sobretudo, a maturidade e à experiência que o Movimento adquire no processo de luta social.

---

<sup>40</sup> Relato dos trabalhadores durante o Encontro em 1995.

### 3.5.1 As comunidades quilombolas e a articulação rural-urbana (2004-2006)

O ano de 2004 constitui-se, também, um ano chave para a compreensão da complexidade e da articulação que o Movimento CETA vinha alcançando até então. Neste ano realiza-se a Segunda Plenária do Movimento CETA que encaminha, entre outras deliberações, a inclusão do termo “Quilombola” à sua sigla, passando a se denominar “Movimento dos Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas da Bahia”. Esse aspecto precisa ser mais aprofundado e esclarecido.

Muito antes do surgimento do CETA, a própria Comissão Pastoral da Terra já vinha acompanhando e trabalhando junto às áreas remanescentes de quilombos. Muitas delas estavam lutando pelo reconhecimento frente ao Estado. Se antes, a luta dessas comunidades passava pela estratégia de se esconder, agora a tática para a sua sobrevivência é ganhar visibilidade frente ao Estado. O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição de 1988, diz, em seu Artigo. 68. “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Apesar de representar um marco para a luta dos quilombolas, esse direito não era muito articulado entre as próprias comunidades, servindo para ratificar ainda mais à sua marginalização social e repressão por parte do capital privado, e muitas vezes do próprio Estado.

Acontece que, em 1995, em Brasília, inúmeros movimentos sociais, em especial o movimento negro, organiza a Marcha Zumbi dos Palmares, em comemoração aos trezentos anos da morte de Zumbi, que se tornou um dos símbolos da luta contra a escravidão e por igualdade étnico-racial. Esta Marcha situa-se como um ponto forte de articulação das comunidades negras, tanto rurais quanto urbana. No que diz respeito às comunidades negras rurais quilombolas, esta serviu para que um ano depois, em 1996, fosse criada a Coordenação Nacional Quilombola, (CONAQ), significativo destacar que a criação desta entidade se deu no município de Bom Jesus da Lapa, onde o Movimento CETA articulou essas comunidades. Vale lembrar, ainda, que o Quilombo de Rio das Rãs, reconhecido como um dos principais focos de resistência e luta quilombola fica, também, localizado neste município. Essa entidade reivindicava naquele momento, entre outras coisas, o direito das próprias comunidades se auto-reconhecerem, sem

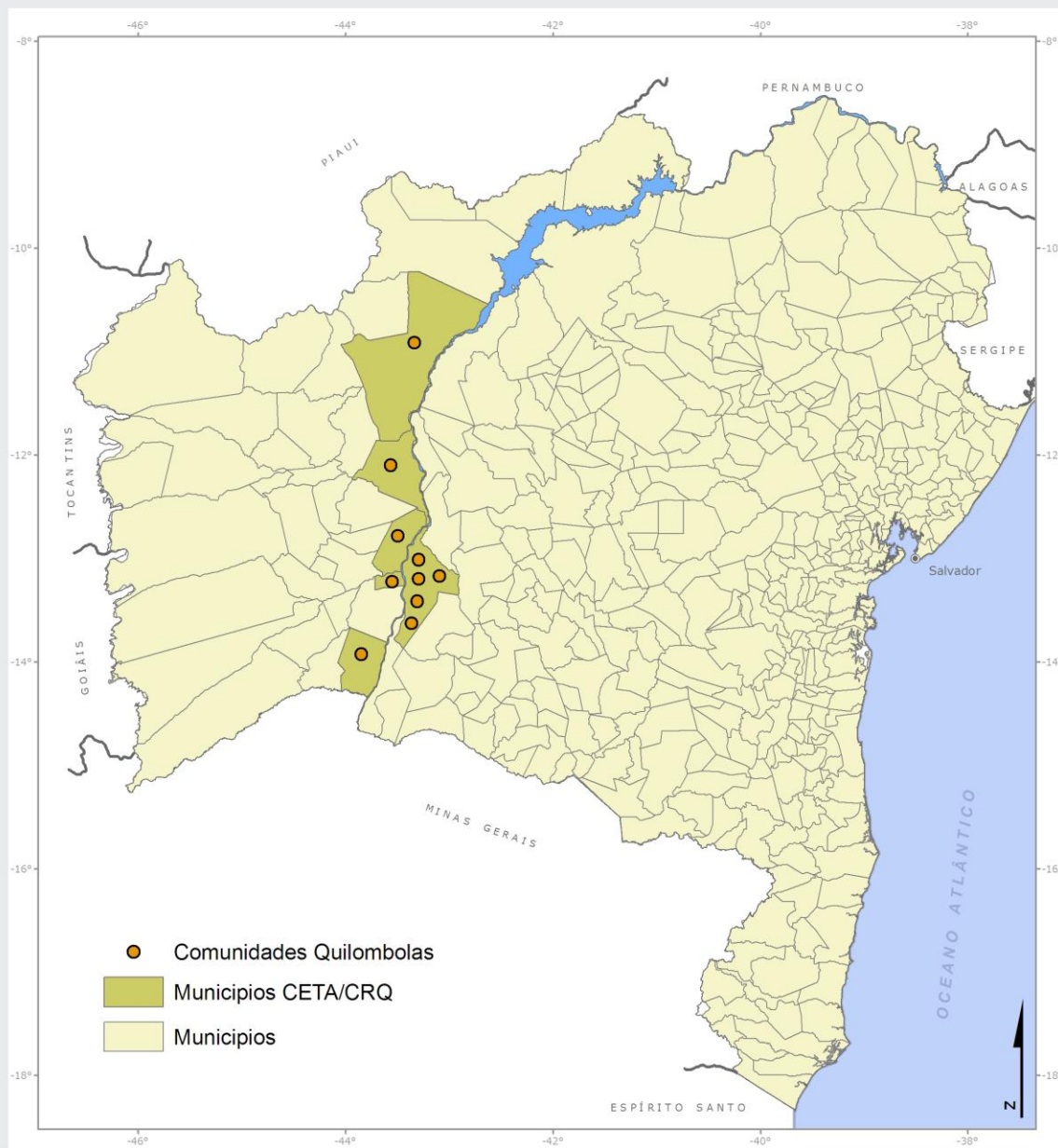
precisar de extensos laudos antropológicos para tal. Agregando 22 estados da Federação, ela conseguiu ser porta voz da luta das comunidades.

Então, no ano 2004, durante a segunda Plenária além de incorporar o termo quilombola à sua sigla, o Movimento CETA – a partir das demandas das comunidades – funda a Coordenação Regional Quilombola, a CRQ. Esta Coordenação Regional é responsável por articular cerca de 10 comunidades quilombolas na Região do Médio São Francisco. Como já vinham sendo formadas em outros estados, a exemplo no Maranhão e no Rio de Janeiro, organizações estaduais que estariam representando essas comunidades tanto a nível estadual quanto a nível nacional. Na Bahia ainda não tinha forças suficientes para que fossem formadas articulações estaduais, na região do Médio São Francisco isso foi possível. As condições históricas para que isso acontecesse eram muitas. Primeiro é que a região foi o palco da primeira área remanescente de quilombo reconhecida e titulada, o Quilombo do Rio das Rãs, marco histórico na luta. Segundo por que na região concentra-se um dos maiores números de quilombos da Bahia <sup>41</sup>. Depois, como já foi dito o apoio da Igreja, através da Comissão Pastoral da Terra, era uma conjunção de longas datas. Então, essas experiências anteriores passaram a agregar na sua composição dez comunidades quilombolas da região, segundo a figura 7.

---

<sup>41</sup> Mais a frente nos centraremos numa análise da questão quilombola e à sua espacialização no Estado.

ESTADO DA BAHIA  
COMUNIDADES QUILOMBOLAS - CETA/CRQ  
2009



Fonte da base cartográfica: CONDER-SEI adaptada  
Fontes dos dados: CETA, CRQ (dezembro de 2009)  
Elaboração: Projeto GeografAR

0 20 40 80 120 160  
km

**Figura 7: Espacialização das Comunidades Quilombolas orientadas pelo Movimento CETA/CRQ**

No primeiro ano de Governo Lula (2003- até os dias atuais), mais especificamente em 20 de novembro de 2003, Dia Nacional da Consciência Negra, foi publicado o Decreto nº. 4.887/03, que trazia um novo marco regulatório para o processo de reconhecimento, titulação e promoção de desenvolvimento socioambiental de territórios quilombolas. A partir deste Decreto, fruto de resistências e lutas seculares, a “questão quilombola” ganha maior visibilidade, e, dessa forma, o Movimento CETA, por ser, naquele momento, o único no Estado que atuava junto a essas comunidades passa a ter um papel de destaque no quadro de luta pela terra no Estado. Cabe ainda ressaltar, que naquele momento, o CETA era o único movimento social de luta pela terra do Estado que inseria nas suas discussões a questão quilombola.

Com esse processo, o Movimento CETA compreende que este momento era peculiar se quisesse, de alguma maneira, ter mais visibilidade e força tanto para atuar frente ao Estado, quanto para ganhar mais espaço entre os trabalhadores rurais, a tática de fazer mobilizações conjuntas com outros movimentos sociais rurais e urbanos. É o início da chamada Articulação Rural-Urbana.

A primeira ação dessa Articulação foi à ocupação, em 2004, do prédio da Coordenação do Desenvolvimento Agrário (CDA) em Salvador. Cerca de 1600 trabalhadoras e trabalhadores rurais de várias regiões do estado, bem como trabalhadores urbanos comunidades quilombolas e de fundo de pasto se uniram nessa ação. Estava presente a Pastoral Rural de Paulo Afonso, o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), o Movimento de Fundo de Pasto. Segundo Bartolomeu Guedes, coordenador estadual do CETA, em entrevista ao Jornal A Tarde em 28.04.2004 ele relata que “Na maioria dos assentamentos feitos falta quase tudo, as famílias não tem como sobreviver”<sup>42</sup>. A morosidade do governo estadual frente à questão agrária e a falta de execução das obras que estavam prevista no plano de reforma agrária do INCRA pode ser apontado como uma das causas da ocupação. Segundo entrevista com Bartolomeu, cerca de 2000 policiais foram chamados pelo Governo do Estado para expulsar os trabalhadores do local.

---

<sup>42</sup> Jornal A Tarde 28.04.2004.

Bartolomeu Guedes: - Ficamos três dias, apesar das dificuldades conseguimos mobilizar mais de 1600 trabalhadores levar esses três dias de negociação com representantes do estado [...]

Acabou que no segundo para o terceiro dia o Movimento sofreu um despejo, de forma arbitrária, por que foi três horas da madrugada e a lei não permite que se faça ações como essas. Mas o governo do estado, infelizmente da forma que age, arbitrariamente, acabou, três horas da manhã mobilizou dois mil policiais, né?! Chegaram já tentando intimidar, alguns companheiros foram agredidos dentro do prédio. Mas como corria um risco de confronto naquele momento, por que o trabalhador ta lá por que ele esta defendendo, reivindicando seus direitos, então não vamos aceitar que ninguém venha aqui intimidar né?

(Ex-coordenador do Movimento CETA, pesquisa de campo, novembro de 2005)

Isso, de fato, demonstrava que o poder de articulação deveria ser muito forte. Uma articulação, sem uma continuidade nem organicidade, não seria suficiente para enfrentar as dificuldades e concretizar as demandas.

Assim, em 2005, a tática foi mais ousada. Fizeram ações em dois locais: em Salvador quando ocuparam o prédio do INCRA, com mais de 1500 trabalhadores; e na Usina do Funil em Ubaitaba, no sul do estado. Em Salvador, o alvo foi o governo federal. Na ocupação ficou mais nítida a crítica a política econômica e a política agrária e agrícola do governo. Além de cobrar as demandas por regularização fundiária, créditos, infra-estrutura, entre outras. A ocupação da Usina, representada nas figuras 8 e 9, foi uma façanha para os conjuntos dos movimentos sociais do Estado. Essa Usina é responsável pela distribuição de energia na região Sudeste, Sul e Estremo Sul. Com 500 manifestantes, o alvo foi o governo estadual e para a sua inexistente política agrícola, agrária e de emprego e renda.



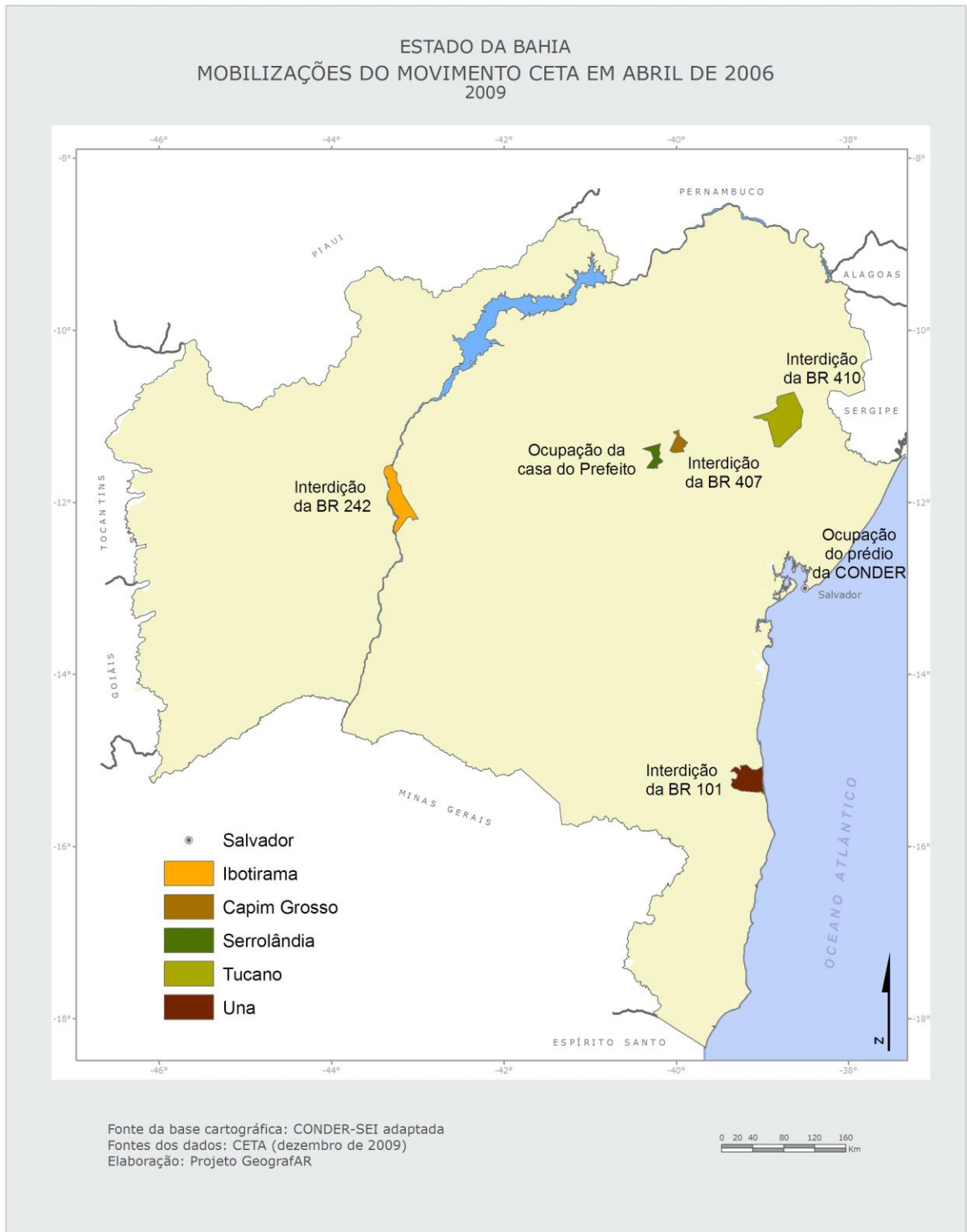


**Figuras 8 e 9. Trabalhadores Rurais de diversos movimentos sociais, entre eles o CETA, ocupam a Usina do Funil em Ubaitaba, Bahia.**

Fonte: Movimento CETA, pesquisa de campo, dezembro de 2006

Dentre as conquistas da mobilização podemos destacar: vitorias em 141 áreas, infraestrutura para os assentamentos, cestas básicas para as ocupações rurais e urbanas, acesso dos trabalhadores às políticas de distribuição de renda como a Bolsa Família, entre outras conquistas. Essa mobilização marca a volta de ações conjuntas com o MST, mas em outro patamar: se nas mobilizações anteriores o objetivo era ter mais visibilidade para o Movimento CETA, nesta ficou explícito que a necessidade de articulação dos movimentos contra a falta de política agrária do Estado.

O processo e a experiência na luta social fazem com que essa articulação demonstre cada vez mais ousadia e organização. Então, em 2006, fazem um processo de descentralização das mobilizações. Em Salvador, cerca de 600 trabalhadores fizeram ocupação da Companhia de Desenvolvimento Urbano do estado da Bahia, (CONDER); em Ibotirama, Médio São Francisco, 600 manifestantes interditaram a BR 242, que liga a Bahia à Brasília; no Sul, juntamente com os índios ocuparam a BR 101; na Chapada interditaram a BR 410; em Capim Grosso, norte do Estado, ocuparam a BR 407; em Serrolândia, também no Norte do Estado, ocuparam a casa do Prefeito onde prefeitos de 11 municípios da Região se reuniam e interditaram, no município de Tucano, a BR 410, Conforme espacialização representada pela figura 10.



**Figuras 10. Espacialização da Mobilização do Movimento CETA em 2006, Bahia.**

A descentralização se torna eficaz tanto do ponto de vista do trabalho mais próximo da base, quanto para diminuir o custo das mobilizações além que dessa forma consegue agregar muito mais trabalhadores e movimentos sociais. As mobilizações realizadas pelo Movimento CETA em de 2006, em conjuntos com outros movimentos, ficará marcado na história de mobilizações no Estado, não só porque conseguiu ser realizadas paralelamente, mas por articular movimentos diversos em torno de pautas gerais, e, ao mesmo tempo, específicas de cada grupo.

Por várias questões, inclusive pela divergência dos movimentos sobre a relação com os governos estadual e federal, leva ao fim da chamada “Articulação Rural-Urbana”. No entanto, ela deixara clara para o Estado o poder de articulação dos movimentos sociais no Estado.

### **3.6 O Movimento CETA nos dias atuais.**

Em abril de 2007, novamente marcham, em conjunto com MST em direção ao Centro Administrativo da Bahia (CAB) com o objetivo de colocar as demandas ao novo governador, Jacques Wagner, eleito pelo PT e tido como aliado da Reforma Agrária. Interessante notar que depois de alguns anos o CETA volta a realizar ações em conjunto com o MST, e, outro ponto é que à época eles entraram no CAB com os instrumentos de trabalho utilizados em seu cotidiano, como foice, facão e enxadas. Esse fato foi significativo na medida em que todas as outras mobilizações nunca fora permitido a entrada no CAB com esses instrumentos. A figura 11 ilustra a chegada dos movimentos no CAB.



**Figura 11. Chegada do Movimento CETA e do MST no Centro Administrativo da Bahia, 2007.**

Fonte: Projeto GeografAR, pesquisa de campo, abril de 2007

O fato do Governador do Estado ter colocado o boné do MST na chegada dos movimentos (conforme figura abaixo) é revelador e imprescindível para entender a configuração atual da luta pela terra no Estado. Ocorre que, a partir de então os movimentos sociais iniciam uma relação mais estreita com o Estado, em seus níveis federais e estaduais, e, os limites entre Estado e movimentos sociais ficam menos explícitos e, portanto, menos clara fica uma polarização entre os dois. A Política de Desenvolvimento Territorial, implementada pelo Governo Federal em 2003 e incorporada pelo Governo Estadual em 2007, é a expressão mais evidente dessa relação entre movimentos e governos. Ao criar mecanismos de “participação”, a exemplo dos Conselhos de Desenvolvimento Territorial, o Estado atribui aos movimentos tarefas que são do Estado, e ao atribuir essas tarefas o Estado passa a transferir responsabilidades suas aos movimentos sociais. As figuras 12 e 13 representam a questão.



**Figuras 12 e 13. Movimentos sociais com o Governador Jacques Wagner e na Assembléia Legislativa da Bahia, 2007**

Fonte: Projeto GeografAR, pesquisa de campo, abril de 2007

Ainda em abril de 2007, em consonância com a tendência de se articular em redes, o CETA realiza em conjunto com o Movimento dos Atingidos por Barragens, (MAB), a ocupação da 2ª Superintendência Regional da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, (CODEVASF), em Bom Jesus da Lapa. Essa ocupação teve o objetivo de protestar contra o projeto de Transposição do Rio São Francisco, proposto pelo Governo Federal. Foram mobilizadas mais de 600 pessoas de diversos acampamentos, assentamentos e quilombos do entorno do Rio São Francisco, que seriam impactadas com as obras. A ocupação durou cerca de três dias, sob a qual os movimentos passaram ameaças diversas, entre as quais ameaça de reintegração da posse do prédio. Esta mobilização coincidiu com o período em que o pesquisador estava em campo, sendo, portanto, testemunha dessa experiência.

Os anos de 2008 e 2009 o Movimento CETA sofre certo isolamento político. O isolamento se deu por que os movimentos sociais rurais do Estado, sobretudo o MST, vem radicalizando a relação com o Governo, principalmente o estadual. Neste sentido, aprofunda-se

um período que é tanto de refluxo das lutas sociais no Estado, quanto um período de cooptação dos movimentos sociais por parte do governo<sup>43</sup>.

As mobilizações em 2008 e 2009, entre elas ocupações dos prédios da Secretaria de Agricultura em Reforma Agrária, Seagri, (figuras 14 e 15) e do INCRA em Salvador (figura 16) vão além das pautas anteriores que se centravam nas questões dos assentamentos e o Movimento passa à reivindicar mais a regularização fundiária dos territórios das comunidades quilombolas.



**Figuras 14 e 15: Ocupação da Secretaria Estadual de Agricultura e Reforma Agrária da Bahia, abril de 2008.**

Fonte: Projeto GeografAR, pesquisa de campo, abril de 2008.

---

<sup>43</sup> Significativo expressar que Walmir Assunção, uma de suas principais lideranças do MST e da luta pela terra no Estado, é atual Secretário de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza de Estado do Governo Wagner.



**Figura 16 : Assembléia do Movimento CETA realizada no Prédio da Superintendência do INCRA na Bahia, durante a ocupação, abril de 2008.**

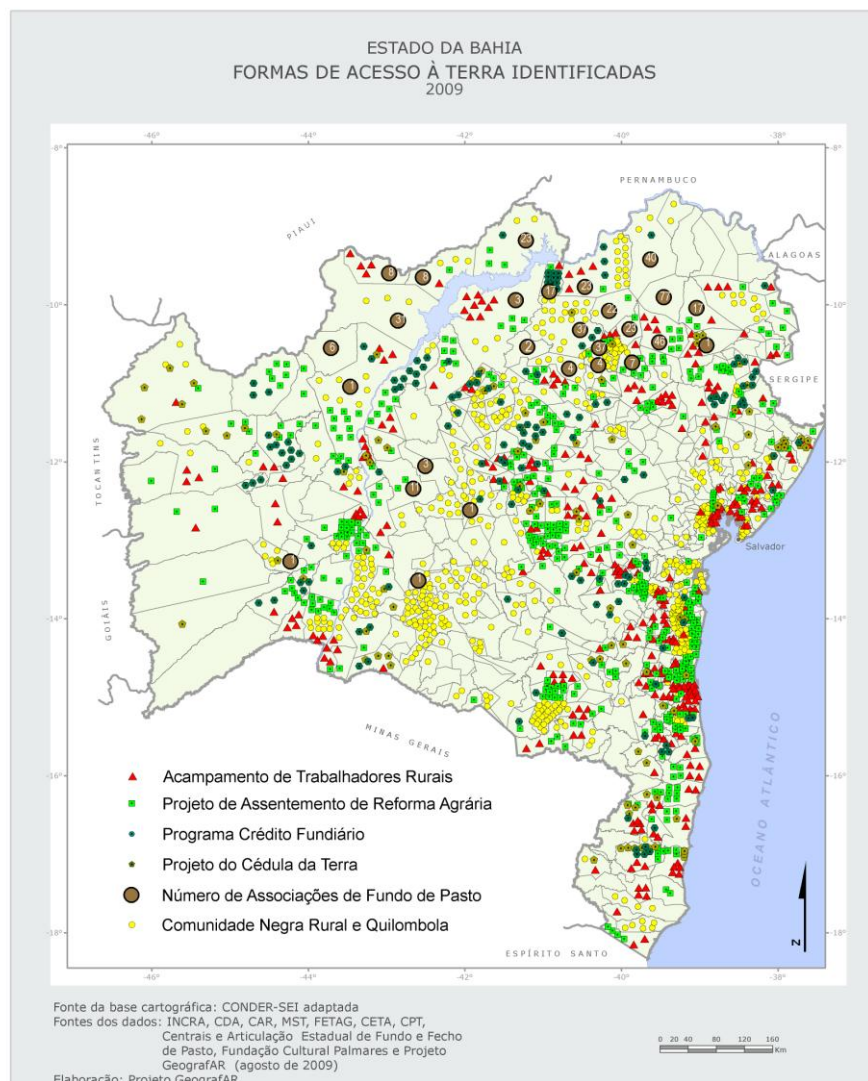
Fonte: Projeto GeografAR, pesquisa de campo, abril de 2008.

A mobilização de 2009, além de pautar as questões que afligiam os acampados, assentados e quilombolas ligados ao Movimento CETA, teve o caráter de “denunciar” os “privilégios” que o MST tinha, segundo a avaliação do CETA, junto ao INCRA da Bahia. Uma das questões de fundo era problematizar a relação que o atual Superintendente do INCRA na Bahia, Luiz Gugé, com o MST, dado que o mesmo tinha sido indicado a ocupar o cargo pelo MST da Bahia. Os “privilégios” ao MST, segundo o CETA, se tratavam de vistorias, desapropriações, cestas básicas, entre outras, que o INCRA da Bahia priorizava para as áreas sob orientação do MST.

### 3.7 Territorialização do Movimento CETA

No Estado da Bahia, como já foi afirmado anteriormente, encontra-se uma diversidade de atores sociais no campo: de um lado as empresas nacionais, multinacionais, fazendeiros, entre outros; de outro, trabalhadores sem terra, posseiros, ribeirinhos, comunidades negras rurais quilombolas, comunidades indígenas, comunidades de fundo e fechos de pasto, enfim, uma série de sujeitos envolvidos em conflitos no âmbito estadual.

Essa diversidade de sujeitos, que tem origem na posse e no uso da terra, também se expressa nas configurações da apropriação do *espaço* no campo, onde as paisagens explicitam essa heterogeneidade: acampamentos, assentamentos, Projetos Cédula e Crédito Fundiário, territórios quilombolas, reservas indígenas, entre outras, conforme explicita a figura 17.



**Figura 17: Espacialização das Formas de Acesso à Terra na Bahia, 2009**



A ação do Estado para resolver ou amenizar conflitos agrários, concretiza-se na formato dos projetos de assentamentos rurais, que se tornam *locus* privilegiado de análise entre os cientistas sociais, a partir da década de 90 do século XX, dada a complexidade e diversidade no processo de formação, desenvolvimento e consolidação dessa política.

O expressivo número de assentamentos constituído e de camponeses acampados demonstra que a luta pela reforma agrária ainda é presente, por mais que alguns autores ainda acreditem no fim do mundo rural e na hegemonia do processo de urbanização do país. No caso do Estado da Bahia, há um expressivo número de assentamentos: 468 assentamentos de reforma agrária com mais de 40.000 famílias assentadas nestes projetos. A maioria dos Projetos de Assentamentos concentra-se nos Territórios do Litoral Sul (65 Projetos), do Velho Chico (57 Projetos) e na Chapada Diamantina (46 Projetos), conforme expressa a tabela 4 e a figura 18.

**Tabela 04**

Estado da Bahia

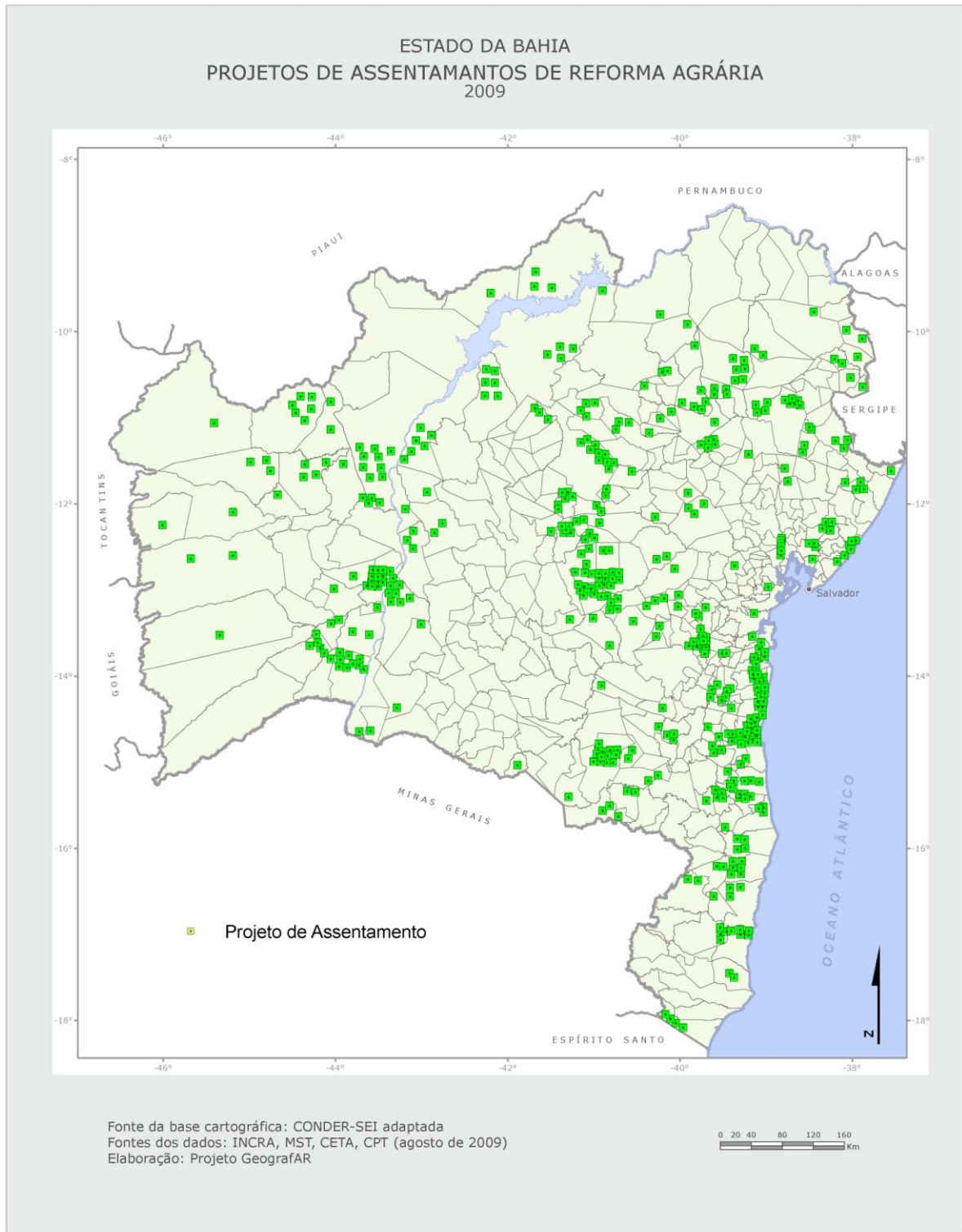
Projetos de Assentamentos no Estado da Bahia por Território de Identidade 2009

<b>Território de Identidade<sup>44</sup></b>	<b>Nº Projetos</b>	<b>Nº Famílias</b>	<b>Área Total (ha)</b>
Irecê (01)	17	1632	90.644,17
Velho Chico (02)	57	8197	338.248,81
Chapada Diamantina (03)	46	4214	119.970,80
Sisal (04)	33	1590	64.320,38
Litoral Sul (05)	65	2686	39.924,58
Baixo Sul (06)	35	1862	30.453,68
Extremo Sul (07)	32	2560	49.525,17
Itapetinga (08)	5	247	3.985,37
Vale do Jiquiriçá (09)	17	1595	45.335,89
Sertão do São Francisco (10)	11	1354	41.759,01
Oeste Baiano (11)	22	4543	249.396,92
Bacia do Paramirim (12)	0	0	0,00
Sertão Produtivo (13)	1	60	2.300,18
Piemonte do Paraguaçu (14)	24	2990	67.927,39
Bacia do Jacuípe (15)	4	330	12.733,12
Piemonte da Diamantina (16)	8	362	15.617,01
Semi-Árido Nordeste II (17)	12	616	23.312,16
Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte (18)	16	730	17.098,55
Portal do Sertão (19)	1	212	13.009,51
Vitoria da Conquista (20)	24	1565	34.715,12
Recôncavo (21)	8	589	9.551,45
Médio Rio das Contas (22)	5	230	4.062,54
Bacia do Rio Corrente (23)	11	1500	90.395,19
Itaparica (BA/PE) (24)	0	0	0,00
Piemonte Norte do Itapicuru (25)	8	797	25.625,09
Metropolitana de Salvador (26)	6	283	4.159,08
<b>TOTAL</b>	<b>468</b>	<b>40744</b>	<b>1.394.071,17</b>

Fonte: INCRA, 2009 (dados dezembro/2009)

Elaboração: Projeto GeografAR

<sup>44</sup> Adotou-se aqui a divisão do Estado da Bahia por Território de Identidade, nova forma de regionalização implementada pelo Estado, tanto a nível federal quanto a nível estadual.



**Figura 18: Espacialização dos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária Bahia, 2009**

Ainda que pareça expressiva, a política de assentamentos rurais não tem dado conta da demanda, tendo o Estado da Bahia ainda registrado um total de 348 acampamentos, com mais de 36.000 famílias acampadas<sup>45</sup>, conforme tabela 5 e figura 19.

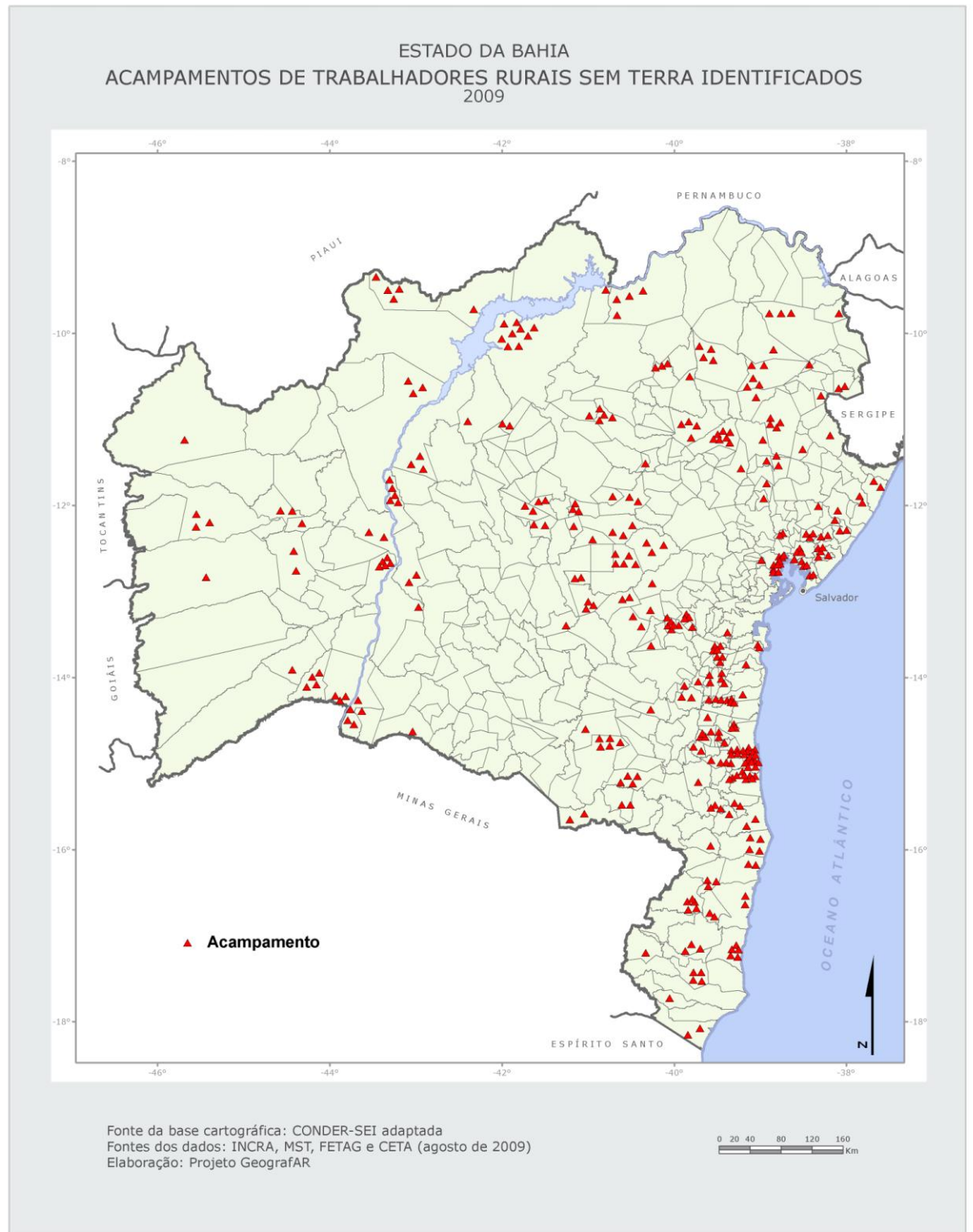
**Tabela 5**  
Estado da Bahia  
Acampamentos Identificados nos Territórios de Identidade, 2009

Território de Identidade	Acampamentos	
	Nº Acampamentos	Nº Famílias
Irecê (01)	8	423
Velho Chico (02)	31	1.762
Chapada Diamantina (03)	17	1.009
Sisal (04)	27	1.900
Litoral Sul (05)	64	4.538
Baixo Sul (06)	13	1.076
Extremo Sul (07)	35	7.612
Itapetinga (08)	4	1.133
Vale do Jiquiriçá (09)	12	1.428
Sertão do São Francisco (10)	23	2.547
Oeste Baiano (11)	9	1.288
Bacia do Paramirim (12)	0	0
Sertão Produtivo (13)	2	600
Piemonte do Paraguaçu (14)	14	2.518
Bacia do Jacuípe (15)	1	40
Piemonte da Diamantina (16)	5	179
Semi-Árido Nordeste II (17)	14	781
Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte (18)	20	1.940
Portal do Sertão (19)	3	628
Vitoria da Conquista (20)	10	1.117
Recôncavo (21)	12	1.903
Médio Rio das Contas (22)	8	699
Bacia do Rio Corrente (23)	1	79
Itaparica (BA/PE) (24)	0	0
Piemonte Norte do Itapicuru (25)	3	153
Metropolitana de Salvador (26)	12	1.377
<b>TOTAL</b>	<b>348</b>	<b>36.730</b>

Fonte: INCRA (dados dezembro/2009)

Elaboração: Projeto GeografAR, 2009.

<sup>45</sup> O INCRA aponta a existência de mais de 8.000 (oito mil) assentamentos de reforma agrária no país e um total de 900.000 (novecentas mil) famílias acampadas.



**Figura 19: Especialização dos Acampamentos na Bahia, 2009**

É na compreensão de que há um processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (contraditórios, desiguais combinados) dos grupos sociais, que se tentou analisar a territorialização do da luta na e pela terra pelo Movimento CETA, e que o colocou como locus privilegiado de análise. Entende que, agregados sob a denominação “assentados”, acampados e quilombolas os diferentes atores excluídos da terra ou de políticas públicas para o acesso à terra, buscam, também, sob o signo do Movimento, se reterritorializar (caso sejam sem terras, compreendidos aqui como inseridos na luta *pela* terra) ou aqueles que possuem a terra objetivam ratificar a conquista do território (casos esses dos assentados e comunidades quilombolas, compreendidos aqui como integrantes da luta *na* terra).

Como nos lembra Grzybowski

[...] as lutas pela terra afirma, histórica e politicamente, a diferenciação de classes existentes no interior dos trabalhadores rurais. As lutas pela terra forjam como classe diferentes frações do campesinato em clara oposição à exploração imposta pela expansão capitalista. (Ibidem, 1991, p.18).

Esses sujeitos também se revestiram de diversos modos e representação, mas tendo como oposição a manutenção das terras nas mãos de uma minoria.

Concordamos com Raffestin quando este afirma que,

[...] o espaço é anterior ao território [...] ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator ‘territorializa’ o espaço [...] O território nesta perspectiva é o espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (Ibidem, 1993, p.144).

Se compreendermos a apropriação do espaço como constituição de territórios, existe em todo o país uma “conflituosidade territorial”, e aqui concordamos com Fernandes (2004) que entende essa conflituosidade como um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo onde se evidencia a “territorialização-desterritorialização-reterritorialização” de diferentes relações sociais.

Como já fora destacado anteriormente, a análise dos movimentos sociais rurais torna-se peça fundamental para análise das transformações, que vem passando a sociedade brasileira. É

nesse sentido que se quer ratificar os movimentos sociais enquanto categoria sociológica, que embora tenha sido tratado, e deva, por outras disciplinas e áreas do conhecimento. E com isso discordamos com Fernandes (2000) quando este tenta minimizar o componente sociológico dos movimentos sociais e reforçar o componente geográfico

Não se quer aqui criar uma celeuma ou oposição entre a Sociologia e a Geografia, mesmo porque à Geografia tem uma contribuição importante neste trabalho. O que se quer destacar é o componente sociológico essencial da categoria movimento social. No entanto, compreendemos também que os movimentos sociais produzem sim uma geografia em suas ações.

Tanto queremos a contribuição da Geografia que analisaremos os acampamentos, assentamentos e comunidades quilombolas como espaços de reafirmação da luta de movimentos sociais rurais, como espaços que são produzidos diferentemente pelos grupos sociais que os territorializam.

Haesbaert (2002) contribui amplamente para a nossa compreensão afirmando que o processo de apropriação do espaço também incorpora a dimensão simbólica, a visão de mundo e os valores dos grupos que se territorializam no espaço. Neste sentido, o autor define o território como sendo: “[...]o produto de um relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou o controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados”. (Ibidem, 2002, p.121)

Os acampamentos, assentamentos e à resistência dos quilombolas na terra reafirmam como novos espaços construídos e constituídos a partir da luta social, tem um forte componente social. É neste sentido que os mapas abaixo explicitam ainda mais o componente territorial das ações dos movimentos sociais que atuam na/pela terra no Estado.

O Movimento CETA, conforme sua regionalização abaixo se encontra espacializado em quase todas as regiões do Estado, não tendo inserção apenas no Território do Extremo Sul e pouca espacialização no Litoral Sul. Isso se deve a inúmeros fatores, mas, sobretudo, pela espacialização do MST nessas regiões e à relação estabelecida entre à CPT e às respectivas dioceses. Por outro lado, o CETA tem grande influencia nos assentamentos e acampamentos do Território da Chapada Diamantina e de Velho Chico. Conforme tabela 6 e figura 20 à seguir.

**Tabela 6**  
Estado da Bahia  
Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária orientados pelo Movimento CETA (1987-2009)

Município	Projeto de Assentamento	Imóvel Rural	Famílias		Área (ha)	Ato Criação
			Capacidade	Assentadas		
Barra	Curral do Rio Grande II /Antônio Conselheiro	Curral do Rio Grande II	21	14	1.900,69	14/07/2004
Barra	Faz. Itacutiara	Itacutiara	727	727	31.172,91	30/09/1988
Barra	Faz. Santana	Santana	148	148	6.370,00	28/01/1988
Barra	Ferradura	Ferradura	76	76	5.496,51	20/01/2003
<b>Total</b>	<b>03 PA's</b>		<b>972</b>	<b>965</b>	<b>44.940,11</b>	
Boa Vista do Tupim	Faz. Crispim	Crispim	275	24	6.063,00	01/09/1987
Boa Vista do Tupim	Reunidas Sta. Fé	Reunidas Sta. Fé e Faroeste	125	98	3.503,34	28/12/1999
<b>Total</b>	<b>02 PA's</b>		<b>400</b>	<b>122</b>	<b>9.566,34</b>	
Bom Jesus da Lapa	Batalha	Batalha	450	442	14.946,79	08/05/2003
Bom Jesus da Lapa	Campo Grande I	Campo Grande I	120	120	4.368,67	20/06/2000
Bom Jesus da Lapa	Nova Volta	Pajuçara, Volta e Volta Cariacá	255	162	9.241,32	20/06/2000
Bom Jesus da Lapa	Rio das Rãs II	Algozarques	70	66	2.641,70	30/12/1998
Bom Jesus da Lapa	Santa Rita/Bandeira	Santa Rita	250	244	8.593,90	20/11/2000
<b>Total</b>	<b>05 PA's</b>		<b>1145</b>	<b>1034</b>	<b>39.792,38</b>	
Camacan	Dois Irmãos Camacã/ Entre Rios	Dois Irmãos	30	30	321,69	03/08/2004
<b>Total</b>	<b>01 PA</b>		<b>30</b>	<b>30</b>	<b>321,69</b>	
Cansação	Nova Esperança e Alto Bonito	Riacho Direito e Faz. Volta	130	112	6.391,18	11/03/1998
Cansação	Rio Verde	Rio Verde	19	18	209,86	13/12/2004
<b>Total</b>	<b>02 PA's</b>		<b>149</b>	<b>130</b>	<b>6.601,04</b>	
Carinhanha	Feirinha/Marrequeiro	Feirinha e Marrequinho	819	785	24.382,64	14/11/1995
Carinhanha	São Lucas	São Lucas	137	137	4.123,36	28/12/2000
Carinhanha	Brasilândia	Brasilândia	41	41	1.183,88	09/12/2003
Carinhanha	Boqueirão e Outras	Boqueirão e Outras	36	36	1.137,68	28/12/2000
Carinhanha	Geraias Salinas/Caatinga de N. Srª Conceição	não informado	45	45	1.529,00	09/12/2003
Carinhanha	Mel de Abelha	não informado	24	24	1.559,43	2005
<b>Total</b>	<b>06 PA's</b>		<b>1102</b>	<b>1068</b>	<b>33.915,99</b>	
Coribe	Faz. Reunidas Pai João	Reunidas Pai João	414	253	14.763,00	12/05/1987
Coribe	Ponta D'Água	Ponta D'Água	120	80	4.351,61	03/10/2001
Coribe	Faz. Serra Grande	Serra Grande	58	56	4.678,98	19/09/2006



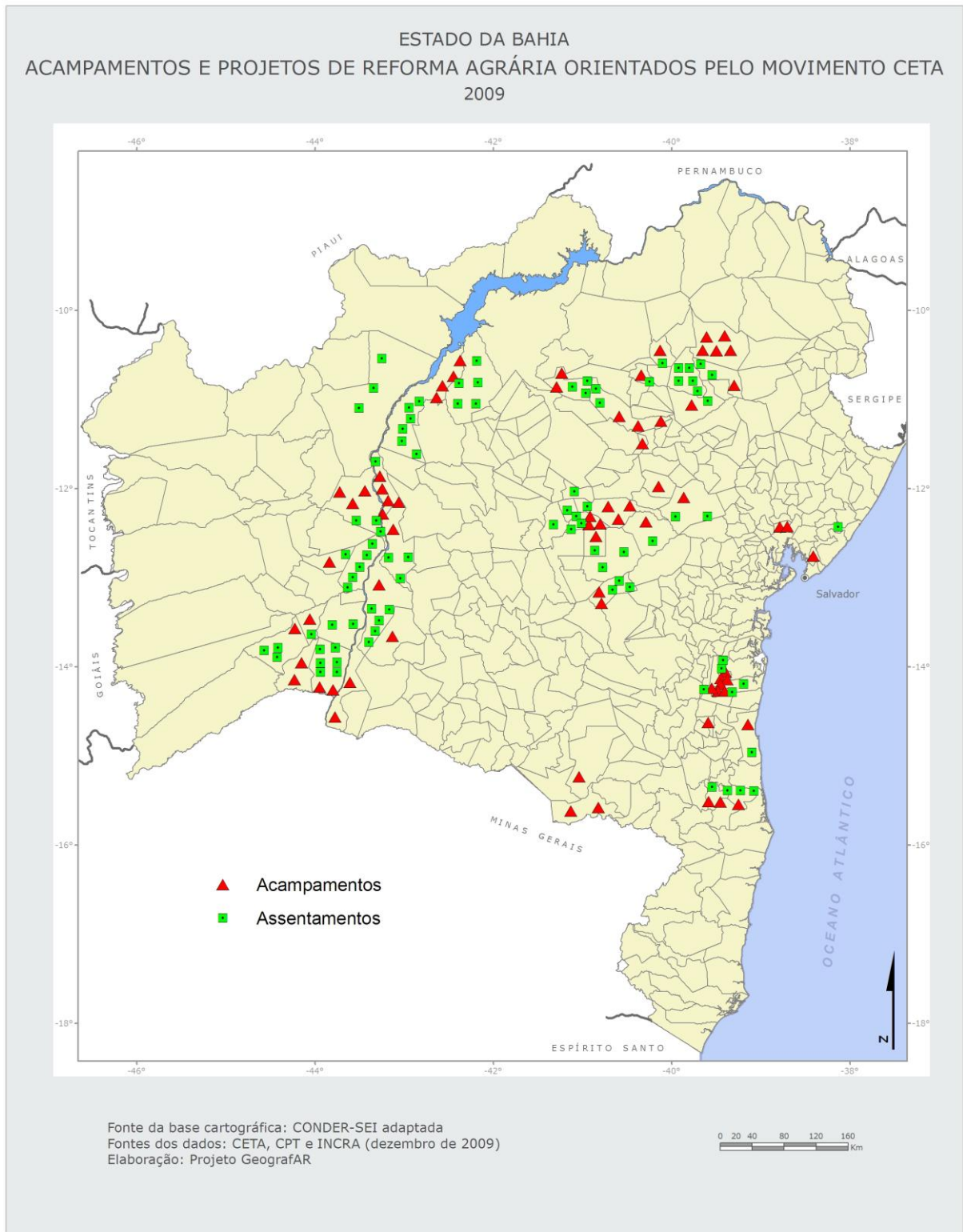
<b>Total</b>	<b>03 PA's</b>		<b>592</b>	<b>389</b>	<b>23.793,59</b>	
Gongogi	Santa Irene	Santa Irene	87	82	930,89	09/05/2003
<b>Total</b>	<b>01 PA</b>		<b>87</b>	<b>87</b>	<b>930,89</b>	
Ibiquera	Fazenda Munduri	Munduri	98	98	3.330,06	23/03/2004
<b>Total</b>	<b>01 PA</b>		<b>98</b>	<b>98</b>	<b>3.330,06</b>	
Ibirapitanga	Conjunto São João	Conjunto São João	44	44	727,96	15/09/2005
Ibirapitanga	Serra de Areia I e II	Serra de Areia I e II	37	37	469,21	07/10/2004
<b>Total</b>	<b>02 PA's</b>		<b>37</b>	<b>37</b>	<b>1.197,17</b>	
Ibotirama	Nova Conquista	Nova Conquista	32	32	1.289,22	27/03/1995
	<b>01 PA</b>		<b>32</b>	<b>32</b>	<b>1.289,22</b>	
Ilhéus	Dois Irmãos	Dois Irmãos	25	23	461,87	12/04/2000
<b>Total</b>	<b>01 PA</b>		<b>25</b>	<b>23</b>	<b>461,87</b>	
Ipirá	Aldeia	Aldeia	81	84	3.265,60	06/06/1997
Ipirá	Agropastoril Santa Isabel/Dom Matthias	Agropastoril Santa Izabel	150	109	4.919,03	01/09/2005
<b>Total</b>	<b>02 PA's</b>		<b>231</b>		<b>8.184,63</b>	
Itaberaba	Floresta e Outras	Floresta e Outras	17	17	708,29	28/12/2000
<b>Total</b>	<b>01 PA</b>		<b>17</b>		<b>708,29</b>	
Itaguaçu da Bahia	Califórnia I	Califórnia	35	35	1.540,00	01/09/1987
Itaguaçu da Bahia	California II	Recife	46	46	3.273,00	12/05/1987
Itaguaçu da Bahia	Faz. Almas	Almas	188	188	8.840,00	12/05/1987
Itaguaçu da Bahia	São Caetano	São Caetano	36	36	1.140,00	20/07/1992
Itaguaçu da Bahia	Sertão Bonito	Sertão Bonito	76	76	3.273,00	14/08/1987
<b>Total</b>	<b>05 PA's</b>		<b>381</b>	<b>381</b>	<b>18.066,00</b>	
Itiúba	Sítio do Meio	Sítio do Meio e P. Redondo	85	81	2.367,21	23/08/1996
Itiúba	Nova Conquista de Itiúba	Ouricuri Torto	20	25	1.378,00	06/12/2000
Itiúba	Novo Paraíso	Novo Paraíso	16	16	135,95	13/12/2004
Itiúba	Bela Conquista	Bela Conquista	35	35	688,00	01/01/2000
Itiúba	Cassatinga	Cassatinga	42	42	1.036,86	17/10/2008
<b>Total</b>	<b>05 PA's</b>		<b>198</b>	<b>199</b>	<b>5.606,02</b>	
Jacobina	Alagoinha	Alagoinha	47	47	492,00	27/12/1995
Jacobina	Varzea do Curral	Varzea do Curral	50	27	566,28	21/12/1998
<b>Total</b>	<b>02 PA's</b>		<b>97</b>		<b>1.058,28</b>	
Lajedinho	Santo Antônio e São José	Reunidas Santo Antônio e Outras	40	40	1.456,41	26/04/2004
Lajedinho	Piabas	Piabas	44	44	1.567,80	12/11/2004
Lajedinho	Nova Vida I	Pedra Branca e Outras	40	39	1.397,18	23/08/2006
<b>Total</b>	<b>03 PA's</b>		<b>124</b>	<b>123</b>	<b>4.421,39</b>	

Lençóis	Novo Horizonte	Novo Horizonte	26	26	745,48	27/12/2002
<b>Total</b>	<b>01 PA</b>		<b>26</b>	<b>26</b>	<b>745,48</b>	
Maraú	Conjunto Laranjeira	Conjunto Laranjeira/Floresta do Sul	30	30	927,00	30/10/2001
<b>Total</b>	<b>01 PA</b>		<b>30</b>	<b>30</b>	<b>927,00</b>	
Marcionílio de Souza	Cachá	Cachá	488	449	11.383,00	11/11/1986
Marcionílio de Souza	Rancho Nevado	Rancho Nevado	80	75	3.319,96	30/12/1997
Marcionílio de Souza	Segredo e Riachuelo	Segredo e Riachuelo	49	49	1.453,19	20/01/2004
<b>Total</b>	<b>03 PA's</b>		<b>617</b>	<b>573</b>	<b>16.156,15</b>	
Mata de São João	Barro Branco	Barro Branco	21	21	246,37	01/04/2004
<b>Total</b>	<b>01 PA</b>		<b>21</b>	<b>21</b>	<b>246,37</b>	
Muquém do S. Francisco	Anice	Anice	48	48	1.140,00	30/12/1996
Muquém do S. Francisco	Santa Barbara	Santa Bárbara	64	64	2.920,10	30/12/1998
Muquém do S. Francisco	Manoel Dias	não informado	81	81	1.000,00	28/06/1905
<b>Total</b>	<b>03 PA's</b>		<b>193</b>	<b>193</b>	<b>5.060,10</b>	
Ourolândia	Santa Luzia	Santa Luzia	64	64	4.830,28	22/12/2002
Ourolândia	Lagoa de Dentro I e II	Lagoa de Dentro I e II	40	37	2.261,62	19/12/2003
Ourolândia	São João da Casa Nova	São João, Casa Nova	52	40	2.516,34	22/09/2005
<b>Total</b>	<b>03 PA's</b>		<b>156</b>	<b>569</b>	<b>9.608,24</b>	
Paratinga	Lagoa Dourada	Lagoa Dourada	22	22	1.324,46	04/08/2004
Paratinga	Nova União	Capoeira I e II	60	60	5.309,84	29/10/1998
Paratinga	Riacho dos Porcos	Angico	500	500	31.842,08	24/04/1995
<b>Total</b>	<b>03 PA's</b>		<b>582</b>	<b>582</b>	<b>38.476,38</b>	
Pindobaçu	Nova Canaã	Nova Canaã	84	81	2.671,21	25/07/2006
<b>Total</b>	<b>01 PA</b>		<b>84</b>	<b>81</b>	<b>2.671,21</b>	
Queimadas	Nova Paz	Murici	17	17	832,05	04/08/2004
<b>Total</b>	<b>01 PA</b>		<b>17</b>	<b>17</b>	<b>832,05</b>	
Ruy Barbosa	Poço Longe	Poço Longe, Cajaiba, Nova Vista, Kágados	123	105	3.982,28	17/01/2000
<b>Total</b>	<b>01 PA</b>		<b>123</b>	<b>105</b>	<b>3.982,28</b>	
Santa Luzia	Puxim/Sarampo	Sarampo	78	66	1.514,00	11/08/1986
Santa Luzia	Conjunto Coary	Coary e Terra Boa	18	18	258,34	30/10/2001
Santa Luzia	Terra de Santa Cruz	Santa Luzia	25	25	382,68	12/04/2000
<b>Total</b>	<b>03 PA's</b>		<b>121</b>	<b>109</b>	<b>2.155,02</b>	
São Felix do Coribe	Faz Bom Sucesso e Outras	Bom Subesso e Terra Nova e Aguada Nova	20	20	1.519,64	06/11/2003
<b>Total</b>	<b>01 PA</b>		<b>20</b>	<b>20</b>	<b>1.519,64</b>	

Senhor do Bonfim	Serra Verde	Suíssa	18	18	600,34	14/02/2007
<b>Total</b>	<b>01 PA</b>		<b>18</b>	<b>18</b>	<b>600,34</b>	
Serra do Ramalho	Reserva Oeste	não informado	841	614	28.037,99	14/11/1995
Serra do Ramalho	Extrativista São Francisco	PEC/SR Reservas 1 2 3	600	600	20.820,06	27/11/1995
<b>Total</b>	<b>02 PA's</b>		<b>1477</b>	<b>650</b>	<b>48.858,05</b>	
Serra Dourada	Lagoa da Onça	Lagoa da Onça Sussuarana	115	83	4.872,20	29/11/2002
<b>Total</b>	<b>01 PA</b>		<b>115</b>	<b>83</b>	<b>4.872,20</b>	
Sítio do Mato	Mangal II	Mangal	100	93	8.179,05	31/12/1997
Sítio do Mato	Mangal I	Mangal	60	58	3.000,00	15/10/1998
Sítio do Mato	Reunidas José Rosa	Reunidas José Rosa	60	48	2.730,00	30/12/1997
Sítio do Mato	Riacho dos Cavalos	Riacho dos Cavalos I e II	60	57	2.104,00	31/12/1997
Sítio do Mato	São Caetano II	São Caetano	58	56	2.281,12	14/11/2001
<b>Total</b>	<b>05 PA's</b>		<b>338</b>	<b>312</b>	<b>18.294,17</b>	
Ubaitaba	Conjunto Cruzeiro do Sul	Conj. Cruzeiro do Sul	60	56	909,88	28/12/2000
<b>Total</b>	<b>01 PA</b>		<b>60</b>	<b>56</b>	<b>909,88</b>	
Utinga	Pau Peba	Pau Peba e Outras	55	58	2.068,91	14/08/2000
<b>Total</b>	<b>01 PA</b>		<b>55</b>	<b>58,00</b>	<b>2.068,91</b>	
Wagner	Conjunto Palestina	Conjunto Palestina	60	38	1.125,65	13/06/1997
<b>Total</b>	<b>01 PA</b>		<b>60</b>	<b>38</b>	<b>1.125,65</b>	
Xique-Xique	Fazenda Cajueiro II	Cajueiro II	130	116	3.706,29	24/03/2004
Xique-Xique	Picada	Picada	600	597	46.503,79	04/04/1997
Xique-Xique	Serra Azul	André I e II	41	36	3.800,00	29/11/1998
Xique-Xique	Utinga	Utinga	100	100	5.840,99	18/06/2001
Xique-Xique	Faz Cajueiro I	Cajueiro	135	126	3.927,99	07/10/2003
Xique-Xique	Lagoa de Itaparica	Reunidas Lagoa de Itaparica	50	45	2.327,13	27/12/2004
<b>Total</b>	<b>06 PA's</b>		<b>1056</b>	<b>1020</b>	<b>66.106,19</b>	
<b>TOTA GERAL</b>	<b>38 PAs</b>		<b>10750</b>	<b>9598</b>	<b>423.812,22</b>	

Fonte: INCRA/BA, dezembro/2009

Elaboração: Projeto GeografAR.



**Figura 20: Espacialização dos Assentamentos e Acampamentos orientados pelo Movimento CETA na Bahia, 2009**

No caso dos acampamentos, vê-se que o Movimento CETA tem orientado nos dias de hoje cerca de 67 acampamentos. No quadro de 368 acampamentos existentes no Estado, este número é significativo, dado que compartilha com o MST, a FETAG, o MLT e o MPA praticamente a totalidade dos acampamentos no Estado. Conforme tabela 7.

**Tabela 7**  
Estado da Bahia  
Acampamentos orientados pelo Movimento CETA, 2009.

<b>Município</b>	<b>Acampamento</b>	<b>Nº de Famílias</b>
Amélia Rodrigues	Fábio Henrique Cerqueira	128
Amélia Rodrigues	Usina Abandonada Itapetingui	400
	<b>02 AC's</b>	<b>528</b>
Bom Jesus da Lapa	Faz. Pitombeira	3
	<b>01 AC</b>	<b>3</b>
Camacan	Dois Irmãos	6
Camacan	Natal	10
	<b>02 AC's</b>	<b>16</b>
Cansanção	Caraíba e Água Salgada	70
	<b>01 AC</b>	<b>70</b>
Carinhanha	Milagre	23
Carinhanha	Tamburiu/Mel de Abelha	37
	<b>02 AC's</b>	<b>60</b>
Coaraci	17 de Abril/ Paulo Jackson	70
	<b>01 AC</b>	<b>70</b>
Coribe	Faz. Filgueira	79
	<b>01 AC</b>	<b>79</b>
Encruzilhada	Lindaura Lacerda dos Santos	135
	<b>02 AC's</b>	<b>135</b>
Feira da Mata	Ente Rios	36
Feira da Mata	Buritis	42
	<b>02 AC's</b>	<b>78</b>
Ibiquera	Munduri	98
	<b>01 AC</b>	<b>98</b>
Ibirapitanga	São João	30
Ibirapitanga	Santa Luzia	30
Ibirapitanga	Dois Riações	30
Ibirapitanga	Serra de Areia I e II	15
	<b>04 AC's</b>	<b>105</b>
Ibotirama	Andorinhas	100
Ibotirama	Genipapo I	26
Ibotirama	Genipapo II	33
Ibotirama	Novo Horizonte	24
Ibotirama	Santa Clara Caraibas	20

<b>Município</b>	<b>Acampamento</b>	<b>Nº de Famílias</b>
	<b>05 AC's</b>	<b>203</b>
Ilhéus	São Bento	12
	<b>01 AC</b>	<b>12</b>
Ipirá	Dom Mathias	52
	<b>01 AC</b>	<b>52</b>
Itaberaba	Reunidas Cajueiro	108
	<b>01 AC</b>	<b>108</b>
Jacobina	Corte Grande	12
Jacobina	Pilões	20
Jacobina	São Francisco	17
	<b>03 AC's</b>	<b>49</b>
Lajedinho	Faz. Piabas	145
Lajedinho	Santo Antônio	70
Lajedinho	Pedra Branca	92
	<b>01 AC</b>	<b>307</b>
Malhada	Faz. Parateca	100
Malhada	Rumo ao Rio I	54
	<b>04 AC's</b>	<b>154</b>
Marcionilio Souza	Zacarias dos Santos	28
Marcionilio Souza	Anativa	40
	<b>02 AC's</b>	<b>68</b>
Monte Santo	Faz. Atrás da Serra	6
Monte Santo	Faz. Saco do Juá	10
Monte Santo	Angico Giboia	28
Monte Santo	Fazenda Lagoa do Coqui	10
Monte Santo	Riacho Alegre	10
	<b>05 AC's</b>	<b>64</b>
Múquem de São Francisco	Manoel Dias	81
Múquem de São Francisco	Lagoa do Morro	24
Múquem de São Francisco	Morro de Cima	29
	<b>03 AC's</b>	<b>134</b>
Ourolândia	Riacho da Esperança	100
Ourolândia	São João de Casa Nova	20
	<b>01 AC</b>	<b>120</b>
Paratinga	Faz. Nova Lagoa Santa Cecília	70
	<b>01 AC</b>	<b>70</b>
Pindobaçu	Fazenda Canaã	77
	<b>01 AC</b>	<b>77</b>
Queimadas	Nova Paz/Antigo Murici	15
	<b>01 AC</b>	<b>15</b>
Ruy Barbosa	Campo da Paz	26
Ruy Barbosa	Esperança	97
Ruy Barbosa	Tapiraípe	49

<b>Município</b>	<b>Acampamento</b>	<b>Nº de Famílias</b>
	<b>03 AC's</b>	<b>172</b>
Santa Luzia	Zueiro	30
	<b>01 AC</b>	<b>30</b>
São Félix do Coribe	Associação Boa Esperança	129
	<b>01 AC</b>	<b>129</b>
Senhor do Bonfim	Suissa	20
	<b>01 AC</b>	<b>20</b>
Serra Dourada	Lagoa da Onça	121
	<b>01 AC</b>	<b>121</b>
Simões Filho	Danda	23
	<b>01 AC</b>	<b>23</b>
Sítio do Mato	Faz. Brejolândia II	69
	<b>01 AC</b>	<b>69</b>
Ubaitaba	Terra Vida	37
Ubaitaba	Unidos Venceremos	70
Ubaitaba	Nossa Senhora	22
	<b>03 AC's</b>	<b>129</b>
Varzea do Poço	Fazenda Pampulha	26
	<b>01 AC</b>	<b>26</b>
Vitória da Conquista	Santo Dias	180
	<b>01 AC</b>	<b>180</b>
Xique-Xique	Pequeiro I	42
Xique-Xique	Saco dos Bois	35
Xique-Xique	Povoado de Utinga	100
Xique-Xique	Cajueiro I	55
	<b>04 AC's</b>	<b>232</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>67 AC's</b>	<b>3.806</b>

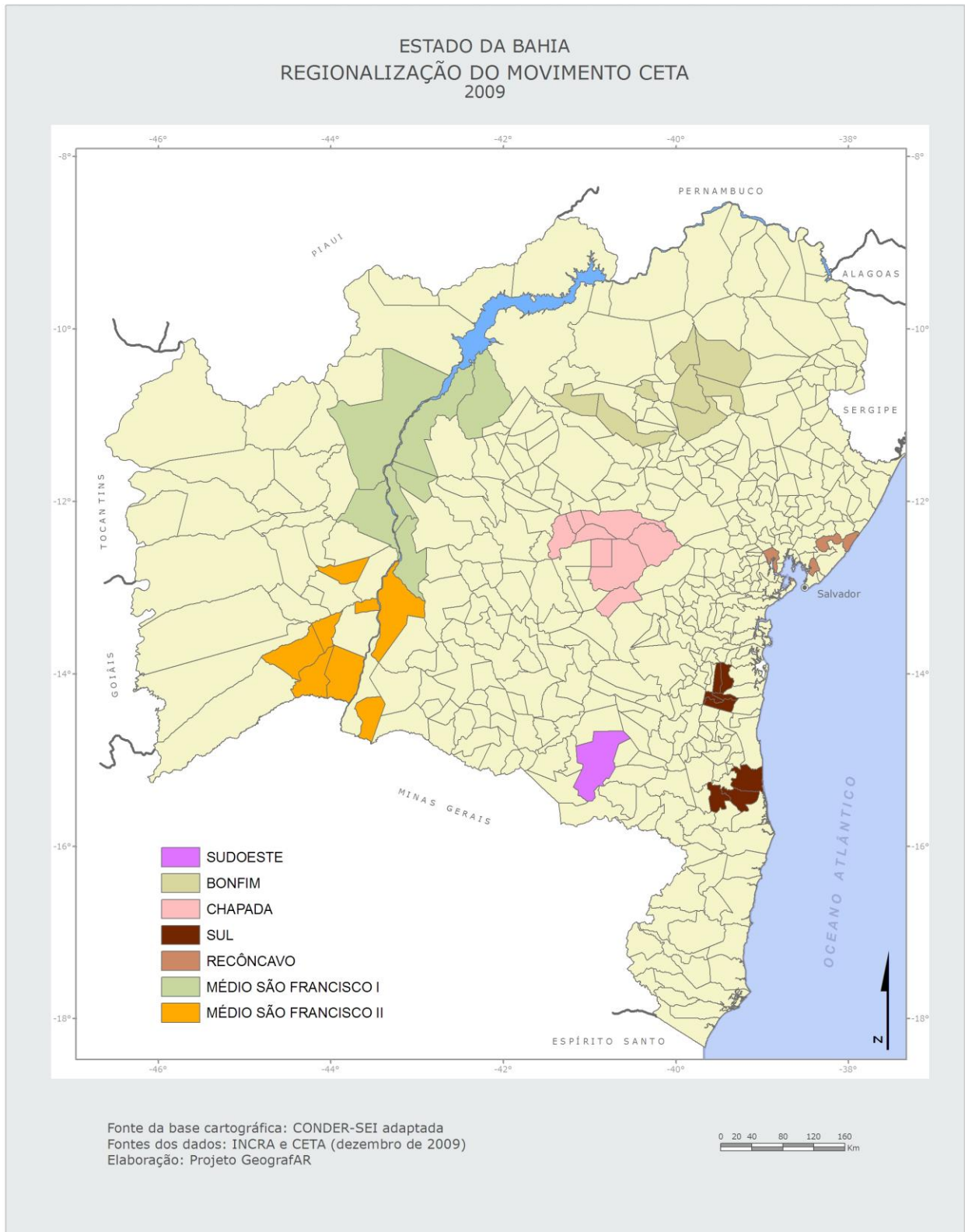
Fonte: INCRA, CETA e CPT ( dados de dez/2009)

Elaboração: Projeto GeografAR, 2009.

Conforme vemos na tabela, há uma expressiva atuação do CETA nos municípios de Xique-Xique (4 ACs), Monte Santo (5 ACs) e Ibirapitanga (4 ACs). Esses números de explicam devido a forte articulação do Movimento com a CPT das regiões, bem como a forte conflituosidade nas respectivas regiões.

Embora pareçam apenas pontos, a representação cartográfica explicita a ação desses movimentos no Estado. Os pontos em um mapa não são apenas pontos, mas sim a representação material da expressão da luta na e pela terra no Estado.

A síntese da territorialização do Movimento CETA aparece abaixo com à sua regionalização, conforme figura 21 a seguir



**Mapa 21: Regionalização atual do Movimento CETA na Bahia, 2009**



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto até aqui, viu-se a trajetória do Movimento CETA no quadro de luta na e pela terra que se desenrola no Estado da Bahia. Acredita-se que o objetivo tenha sido cumprido, sobretudo por inserir o Movimento em um amplo processo de luta na/pela terra que se desenvolve no País, onde focamos a Bahia como expressão ao mesmo tempo peculiar e ao mesmo tempo dentro do contexto nacional. O principal limite a um detalhamento maior dos princípios, ações, estratégicas e práticas cotidianas do Movimento CETA se deu por conta da escala, pois ao atuar em um Estado das dimensões da Bahia requer um maior tempo, para que as regionais possam ser analisadas de formas mais detalhada.

Vê-se que os processos de produção e reprodução, criação e recriação do campesinato brasileiro tem se mostrado resistente e dinâmico frente à expansão do capitalismo no campo, e, conseqüentemente, na tentativa de eliminação do campesinato. Embora o processo de reprodução do capital tenha aprofundado à expropriação e à subjugação do modo camponês de vida, a resistência desse mesmo campesinato, sobretudo em movimentos sociais organizados, são mais que provas da dinamicidade desse grupo social.

Acredita-se que a existência do Movimento CETA no Estado tenha sido importante para a luta na/pela terra no Estado, sobretudo por dar mais visibilidade a lutas antes invisibilizadas sob o rótulo de “trabalhadores rurais”. Hoje, como visto no mapa de espacialização das formas de acesso a terra no Estado, se expressam conflitualidades territoriais envolvendo várias frações do campesinato, a exemplo das comunidades quilombolas e das comunidades de fundo e fecho de pasto, sem falar da luta dos pescadores/quilombolas/marisqueiras que expressam seus territórios para além da terra, no mar.

Às disposições da regionalização atual do Movimento CETA, contado com 7 regionais, orientando cerca de quase 4 mil famílias em 67 acampamentos, 38 assentamentos de reforma agrária e 10 comunidades quilombolas, corresponde ao processo de territorialização do Movimento. Apesar de iniciado com os trabalhos da CPT, foi correspondendo a um processo ganho de espaço e de legitimação frente aos grupos sociais que atuam na luta na e pela terra. No entanto, a regionalização ainda apresenta dificuldade nos níveis organizativos e no acompanhamento das regionais em suas especificidades: a região de Bonfim onde se encontra os

assentamentos mais antigos sob orientação do CETA; às regiões do Médio São Francisco, embora haja um grande número de assentamentos e acampamentos, há um deslocamento do Movimento para atender, prioritariamente às demandas das comunidades quilombolas existentes na regional; na região do Sul há uma dificuldade de articulação, sobretudo pela forte presença do MST e do afastamento da CPT das respectivas Dioceses das regiões do entorno; no Sudoeste confirma-se ainda a pouca expressão do Movimento, tendo o MST como o movimento social de luta pela terra da região, sobretudo no município de Vitória da Conquista, onde orienta 11 dos 13 assentamentos de reforma agrária existente; na Chapada o Movimento CETA tem grande articulação, especialmente devido à parceria com a CPT de Ruy Barbosa e Itaberaba; no Recôncavo do Estado, apesar da pouca expressividade o CETA tem expandido suas ações para estreitar os laços com as comunidades quilombolas da região, que apesar de articuladas com o Conselho Pastoral da Pesca (CPP), não dispõe de uma organicidade.

Observa, ainda, que nesses anos a articulação com a CPT tem se tornado mais complexa, dado as relações e diferenças entre as regionais. Enquanto as coordenações do Movimento na Chapada e em Bonfim tenha uma relação mais estreita com a CPT, nas regiões do Médio São Francisco a relação tem sido a mais conflituosa, dado que a CPT tem ainda uma forte inserção nas áreas das regiões o que tem causado certos embates, principalmente no que se refere à discussão sobre a autonomia do Movimento. Se analisarmos os mapas que correspondem a regionalização da Comissão em 1995 e do Movimento em 2009, observamos que há uma maior organização e uniformidade no momento atual, dada à crescente – embora não conclusa – autonomia do Movimento. Se, em 1995 a regionalização estava muito mais vinculada à regionalização das Dioceses da Igreja Católica, em 2009 a regionalização corresponde à lógica de inserção do Movimento junto aos grupos sociais que orienta não mais pautado na regionalização da Igreja, mas da possibilidade de acompanhamento e orientação das áreas e no avanço da visibilidade e legitimidade frente aos grupos sociais.

Por fim, três questões abrem-se como perspectiva de análise do CETA.

À primeira diz respeito a relação do Movimento com a questão quilombo no Estado da Bahia. Apesar de orientar 10 comunidades quilombolas do Estado este número é pequeno frente à existência das 629 comunidades identificadas. Além do mais, a concentração do trabalho do CETA nas regiões do Médio São Francisco aponta para a pouca expressividade do Movimento frente à questão, por mais que destaquemos que o CETA era até 2004 o único movimento social

de luta pela terra que tinha inserção e que pautava nas suas discussões a questão quilombola. O fato do Serviço de Regularização dos Territórios Quilombolas do INCRA na Bahia não dispor do profissional de antropologia, responsável pela elaboração do Relatório Antropológico, parte integrante do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território das comunidades (RTID), é significativo para entender avanços e recuos da política de regularização fundiária dessas comunidades. Dependendo da compreensão que o Movimento tenha deste fato, o CETA pode ser um dos responsáveis pela manutenção da inércia do Estado frente à questão ou pode, ao pressionar este mesmo Estado, ser elemento imprescindível no avanço da política de regularização de territórios quilombolas.

O segundo ponto refere-se à relação do CETA com outros movimentos sociais. Sem dúvida o processo de saída das “sombras” do MST tenha sido eficaz para a visibilidade do Movimento e de suas lutas. A articulação em rede com outros movimentos, especialmente o MPA e o MAB, proporcionou ao CETA um maior poder de reivindicação no Estado. O Movimento CETA tem avançado nas lutas e como uma das respostas é que o CETA inicia uma relação mais estreita com a Via Campesina, entidade internacional que agrega movimentos sociais de luta na/pela terra. Por outro lado, a “necessidade” do Movimento ser visível e autônomo frente aos outros movimentos revela uma disputa pelo processo de mediação das lutas sociais pela terra. O processo de mediação compreende relações complexas que vão desde a necessidade de viabilizar que as famílias em acampamentos sejam assentadas; que os movimentos viabilizem tanto economicamente os assentamentos que orientam, quanto a necessidade de reconhecimento político e social dos assentados. Compreende-se, também que a existência de diversos mediadores nos processos sociais no campo além de demonstrar a heterogeneidade entre os grupos existentes pode expor o processo de fragmentação da luta e das contradições existentes no campo.

O terceiro aspecto é a relação com o Estado. Nos últimos anos, principalmente a partir do Governo Lula e, no plano estadual, do Governo Wagner, os movimentos embarcam na “onda participacionista”, que se caracteriza especialmente pela participação em Fóruns, Conferências, Comitês, Conselhos, entre outras formas, demonstra que há um processo de refluxo e redirecionamento dos espaços de luta. Se ante as mobilizações eram pautadas, a partir da realidade vivida, nos dias atuais as mobilizações e enfrentamentos são muitas vezes pautados nas relações estabelecidas pelos dirigentes do aparato estatal. Se nos governos, em seus diversos

níveis, existem “aliados” a luta se esvazia e não faz sentido, já que pode ser telefona, mandar um e-mail ou conversar que as coisas são resolvidas. Por outro lado se os governantes e/ou grupos políticos são “inimigos” do movimento, o mesmo está pronto para o ataque. Essa relação de cooptação dos movimentos sociais do campo tem feito com que os movimentos sociais de luta pela terra passem do discurso e da luta agrária para o discurso do consenso do desenvolvimento territorial e, portanto, a luta pela terra aos poucos perde à sua centralidade e o sua importância.

No entanto, acredita-se que esses (des) caminhos dos movimentos sociais no campo, aos qual o Movimento CETA está submerso, esteja circunscrito em um processo de experiência de luta do campesinato brasileiro. Esperamos que essas contradições, a partir, principalmente, na perda da centralidade da questão agrária e da relação com o Estado, possam abrir perspectivas de avanço nas lutas sociais, a partir da compreensão, por parte dos movimentos, tanto dos limites do Estado quanto das amplas possibilidades de lutas dos movimentos sociais rurais.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- \_\_\_\_\_. **Lutas camponesas no nordeste**. São Paulo: Ática, 1986.
- \_\_\_\_\_. **Abolição e Reforma Agrária** São Paulo: Ática, 1987.
- CATÃO, Francisco. **O Que é Teologia da Libertação**. São Paulo: Nova Cultural; Brasiliense, 1983. (Coleção Primeiros Passos, nº 83).
- FABRINI, João Edmilson. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. In: TOMASI, Eliane; FABRINI, João Edmilson. (Orgs). **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular; UNESP, 2008. p- 273- 301. (Coleção Geografia em Movimento).
- FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento Camponês Rebelde: a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: Formação e Territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- \_\_\_\_\_. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.
- \_\_\_\_\_. Entrando nos territórios do território. In: TOMASI, Eliane; FABRINI, João Edmilson. (Orgs). **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular; UNESP, 2008. p- 273- 301. (Coleção Geografia em Movimento).
- GANCHO, Cândida Vilares Gancho; LOPES, Helena de Queiroz Ferreira; TOLEDO, Vera Vilhena de. **A Posse da Terra**. Ática: São Paulo, 1991.
- GERMANI, Guiomar Inez. **Cuestión Agraria y Asetamiento de Población en el Área Rural: La Nueva Cara de La Lucha por la Tierra**. Bahia, Brasil (1964 – 1990). Tese de Doutorado, Barcelona: Universidad de Barcelona, 1993.
- \_\_\_\_\_. Reforma Agrária: ações públicas e movimentos sociais. **Caderno de Geociências**. Salvador: Edufba, 2001.
- \_\_\_\_\_. Condições Sociais e Históricas que regulam o acesso à terra no espaço agrário brasileiro. **GeoTextos**, vol. 2, n. 2, 2006. p. 115-147

GRAZIANO, Francisco. **O que é Questão Agrária**. 16 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. (Coleção Primeiros Passos, 18).

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

GOHN, Maria da Glória. **Historia dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 1995.

\_\_\_\_\_. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2000.

\_\_\_\_\_. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2008.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de. COSTA, Paulo César da Costa. CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p-165-205.

IOKOI, Z. M. G. **Igreja e camponeses: teologia da libertação e movimentos sociais no campo – Brasil e Peru (1964-1984)**. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 1996.

LIBANIO, João Batista. **O que é pastoral**. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Coleção Primeiros Passos, 69).

LOWY, Michael. **Marxismo e Teologia da Libertação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; v.39).

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de; et al (Orgs.) **Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: EDUNESP, 1994.

MEDEIROS, L.S e LEITE S.P. Perspectivas para a análise das relações entre assentamentos rurais e região. In: SANTOS, R. e outros et al (Orgs.). In: **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

MEDEIROS, L.S.; LEITE S.P. **Impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais**. Relatório de Pesquisa CPDA/UFRRJ – FINEP. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção Brasil Urgente).

\_\_\_\_\_. Luta pela terra e política fundiária: os caminhos das últimas décadas. In: ROMANO, Jorge O.; ANDRADE, Maristela de Paula; ANTUNES, Marta. (Orgs.). **Olhar Crítico sobre Participação e Cidadania: a construção de uma governança democrática e participativa a partir do local.** São Paulo: Expressão Popular, 2007. (Coleção Olhar Crítico, 2). p. 33-64

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura.** São Paulo: Ática, 1986.

\_\_\_\_\_. **A geografia das lutas no campo.** São Paulo: Contexto, 1988.

\_\_\_\_\_. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STEDILE, João Pedro (Org). **A questão agrária hoje.** Porto Alegre: UFRGS. p. 45-67.

PAIVA, Vanilda. Introdução. In: \_\_\_\_\_ (Org). **Igreja e questão agrária.** São Paulo: Loyola, 1985. p. 11-40.

PALMEIRA, Moacir. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, Vanilda.(Org). **Igreja e questão agrária.** São Paulo: Loyola, 1985. p. 43-51.

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1979.

Projeto GeografAR. **Leitura geográfica das formas de acesso a terra na Bahia.** Banco de Dados. Salvador: UFBA, 2008.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS e SANTOS, Cirlene Jeane. **O processo de territorialização do MST no projeto de assentamento Eldorado a partir da sua espacialização no estado da Bahia.** 216 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Mestrado em Geografia, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova.** 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

\_\_\_\_\_. **Espaço e método.** 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, Tiago Rodrigues. **CETA: de comissão de assentados e áreas de conflitos à movimento estadual dos trabalhadores assentados, acampados e quilombolas da Bahia.** Relatório IC/PIBIC/Projeto GeografAR. Salvador, 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais.** 3. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

STEDILE, João Pedro (Org.) **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: EDUFGRS/ANCA, 1994.



## **ANEXOS**